

-----**ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LISBOA**-----

-----**Mandato 2017-2021**-----

----- **SESSÃO ORDINÁRIA – SEGUNDA REUNIÃO REALIZADA NO DIA SEIS DE MARÇO DE DOIS MIL E DEZOITO.** -----

-----**ATA NÚMERO TREZE**-----

----- Aos seis dias do mês de março de dois mil e dezoito, em cumprimento da respetiva convocatória e ao abrigo do disposto nos artigos vigésimo sétimo e trigésimo do Anexo I da Lei número setenta e cinco de dois mil e treze, de doze de setembro, e nos artigos vigésimo quinto e trigésimo sexto do seu Regimento, reuniu a Assembleia Municipal de Lisboa, na sua sede, sita no Fórum Lisboa, na Avenida de Roma, nº 14, em Lisboa, em Sessão Ordinária, segunda reunião, sob a presidência da sua Presidente efetiva, Excelentíssima Senhora Maria Helena do Rego da Costa Salema Roseta, coadjuvado pelo Excelentíssimo Senhor Rui Paulo da Silva Soeiro Figueiredo e pela Excelentíssima Senhora Maria Virgínia Martins Laranjeira Estorninho, respetivamente Primeiro Secretário e Segunda Secretária. -----

----- Assinaram a “Lista de Presenças”, para além dos mencionados na Mesa da Assembleia, os seguintes Deputados Municipais: -----

----- Álvaro da Silva Amorim de Sousa Carneiro, Ana Maria de Campo Pedroso Mateus, Ana Maria Gaspar Marques, Ana Sofia Soares Ribeiro de Oliveira Dias Figueiredo, André Nunes de Almeida Couto, António Manuel Pimenta Prôa, António Modesto Fernandes Navarro, Artur Miguel Claro da Fonseca Mora Coelho, Carla Cristina Ferreira Madeira, Cláudia Alexandra de Sousa e Catarino Madeira, Davide Miguel Santos Amado, Diogo Feijóo Leão Campos Rodrigues, Fábio Martins de Sousa, Fernando Garcia Lopes Correia, Fernando Manuel Moreno D’Eça Braamcamp, Fernando Manuel Pacheco Ribeiro Rosa, Francisco Américo Maurício Domingues, Francisco José Nina Martins Rodrigues dos Santos, Graciela Lopes Valente Simões, Inês de Drummond Ludovice Mendes Gomes, Isabel Cristina Rua Pires, Joana Margarida Durão Ferreira Alegre Duarte, João Luis Valente Pires, João Maria Correa Monteiro Macieira Condeixa, Jorge Manuel Jacinto Marques, José Alberto Ferreira Franco, José António Barbosa Borges, José António Cardoso Alves, José Luis Sobreda Antunes, José Manuel Rodrigues Moreno, José Maximiano Albuquerque Almeida Leitão, Luís Filipe da Silva Monteiro, Luis Pedro Alves Caetano Newton Parreira, Manuel Malheiro Portugal de Nascimento Lage, Margarida Carmen Nazaré Martins, Maria Alexandra Almeida da Cunha Cordeiro da Mota Torres, Maria Cristina da Fonseca Ataíde Castel-Branco Alarcão Júdice, Maria do Carmo do Amaral Cabral da Câmara Pereira Munoz, Maria da Graça Resende Pinto Ferreira, Maria Irene dos Santos Lopes, Maria Simoneta Bianchi Aires de Carvalho Luz Afonso, Maria Teresa Craveiro Pereira, Mário Jorge Paulino de Oliveira de Almeida Patrício, Miguel Alexandre Cardoso Oliveira Teixeira, Miguel Farinha dos Santos da Silva Graça, Miguel Nuno Ferreira da Costa Santos, Natalina Nunes Esteves Pires Tavares de Moura, Patricia Carla Serrano Gonçalves, Paula Inês Alves de Sousa Real, Pedro Filipe Mota Delgado Simões Alves, Ricardo de Sant’Ana Godinho Moreira, Rodrigo Maria Santos de Mello Gonçalves, Rosa Maria Carvalho da Silva, Rui Pedro Costa

DRAFT

Lopes, Rute Sofia Florência Lima de Jesus, Silvino Esteves Correia, Tiago Maria Sousa Alvim Ivo Cruz, Vasco André Lopes Alves Veiga Morgado, Natacha Machado Amaro, Margarida Afonso, Susana Maria da Costa Guimarães, Ana Margarida Mota Vieira da Silva Morais, José Roque Alexandre, Pedro Miguel Tadeu Costa, Eduardo de Carvalho Viana, Nuno Santos Silva, Margarida Isabel Bentes Penedo, Gabriel Maria Baptista Fernandes, Mário Nelson Morais Freitas e Gonçalo Maria Vassalo Moita.-----

----- Faltaram à reunião os seguintes Deputados Municipais:-----

----- José Inácio da Silva Ramos Antunes Faria e Mafalda Ascensão Cambeta. -----

----- Fizeram-se substituir, ao abrigo do disposto no artigo 78.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com a redação dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro, o qual se mantém em vigor por força do disposto, *a contrario sensu*, na alínea d), do n.º 1, do artigo 3.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e do artigo 8.º do Regimento da Assembleia Municipal de Lisboa, os seguintes Deputados Municipais:-----

----- André Moz Caldas (PS), Presidente da Junta de Freguesia de Alvalade, por um dia, tendo sido substituído pelo substituto legal Deputada Municipal Margarida Afonso. -----

----- Pedro Miguel de Sousa Barrocas Martinho Cegonho (PS), Presidente da Junta de Freguesia de Campo de Ourique, por um dia, tendo sido substituído pelo substituto legal Deputado Municipal Pedro Miguel Tadeu Costa. -----

----- José António Nunes do Deserto Videira (PS), Presidente da Junta de Freguesia de Marvila, por um dia, tendo sido substituído pelo substituto legal Deputada Municipal Susana Maria da Costa Guimarães. -----

----- Augusto Miguel Gama (PS), por um dia, tendo sido substituído pela Deputada Municipal Ana Margarida Morais. -----

----- Hugo Lobo (PS), por um dia, tendo sido substituído pelo Deputado Municipal José Roque Alexandre. -----

----- Patrocínia César (PS), por um dia, tendo sido substituída pelo Deputado Municipal Nuno Santos Silva. -----

----- João Diogo Santos Moura (CDS-PP), por um dia, tendo sido substituído pelo Deputado Municipal Gabriel Maria Baptista Fernandes. -----

----- Maria Luisa Aguiar Aldim (CDS-PP), por um dia, tendo sido substituída pela Deputada Municipal Margarida Isabel Bentes Penedo. -----

----- Ana Margarida Carvalho (PCP), por um dia, tendo sido substituída pela Deputada Municipal Natacha Amaro. -----

----- Raul Santos (MPT), por um dia, tendo sido substituído pelo Deputado Municipal Mário Nelson Morais Freitas. -----

----- Aline Gallash-Hall de Beuvink (PPM), por um dia, tendo sido substituída pelo Deputado Municipal Gonçalo Maria Vassalo Moita (CDS-PP).-----

----- Paulo Jorge Velez Muacho (IND), por um dia, tendo sido substituído pelo Deputado Municipal Eduardo de Carvalho Viana.-----

----- A Câmara esteve representada pelo Senhor Presidente da CML, Fernando Medina, Vice-Presidente da CML, Duarte Cordeiro e pelos Senhores Vereadores João

Paulo Saraiva, Paula Marques, Catarina Vaz Pinto, Ricardo Robles, Miguel Gaspar e Manuel Salgado. -----

----- Estiveram ainda presentes os Senhores Vereadores da oposição: João Gonçalves Pereira, Maria Conceição Zagalo, João Pedro de Abreu Costa, Carlos Moura e Ana Jara. -----

----- Às quinze horas e vinte e cinco minutos, constatada a existência de quórum, **a Senhora Presidente da Assembleia** declarou aberta a reunião. -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Já estamos em condições de começar e hoje temos uma Ordem de Trabalhos bastantes extensa e, portanto, convém aproveitarmos bem os nossos minutos todos. ---

----- Há matérias da Ordem de Trabalhos que têm prazo limitado e que têm que ser mesmo decididas hoje e, portanto, eu pedia a vossa atenção que a vossa colaboração. -

----- Senhores Deputados e terminámos a reunião anterior conforme se lembram, a discutir um ponto que depois houve interrupção na Reunião à espera de mais informação. -----

----- Essa informação, um Parecer do Departamento Jurídico da Câmara já chegou, foi distribuída, ela está disponível no *site* para eventualmente cidadãos que estejam a acompanhar este Debate quererem saber o que é que foi exatamente o que foi dito, que está disponível no *site* da Assembleia Municipal e, portanto, creio que estamos em condições de retomar a matéria.-----

----- Entretanto houve vários documentos apresentados por várias forças políticas sobre a mesma questão, portanto, havia uma Recomendação inicial do PSD e uma segunda Recomendação do Bloco de Esquerda, uma terceira Recomendação também do PSD e uma Moção subscrita pelo Partido Socialista e pelo Bloco de Esquerda e pelos Independentes e ainda uma Recomendação do PCP. -----

----- Portanto, temos todos estes documentos, a Mesa vai-vos propor o seguinte: nós temos uma grelha que eu propus que fosse duas vezes a grelha base para todos terem o mesmo tempo, naturalmente que a Mesa dará a palavra em primeiro lugar aos que Grupos Políticos que são autores de documentos e depois aos restantes. -----

----- Parece-me que isto é razoável para termos conhecimento de todas as Propostas que estão na Mesa, portanto pela ordem de entrada, a Mesa irá dando lugar aos autores dos documentos para apresentarem e depois podem gastar o resto tempo como quiserem, mas, pelo menos para termos aqui uma apresentação sucinta dos vários documentos. -----

----- Pedia, portanto, em primeiro lugar ao PSD, que tem Recomendação 12/02 e a Recomendação 12/23 que fizesse o favor de vir aqui a usar da palavra. -----

----- É o Senhor Deputado Luís Newton que o vai fazer. -----

----- Eu verifico que há aqui um tempo a apresentação e, portanto, este tempo para a apresentação que tem que ser contabilizado para todos os partidos que têm documentos para apresentar, portanto, consideram esse tempo adicional. -----

----- Como sabem o nosso Regimento prevê que os autores de Propostas têm sempre um minuto quando é uma grelha base, aqui neste caso, contamos duas vezes a grelha

base e estamos a pôr 2 minutos para a apresentação, portanto, todos terão esses 2 minutos e depois fazemos o Debate normal, inscrevem-se com os 6 minutos para o Debate normal. -----

----- Todos os que tiverem documentos têm estes 2 minutos iniciais para fazer a apresentação, podem juntar essa apresentação com o resto da intervenção ou podem separar, isso é como quiserem, é igual para nós, para a Mesa é igual, o que significa que tem 2 minutos a mais quem apresentou documentos. -----

----- **PONTO 6 - APRECIACÃO CONJUNTA DAS SEGUINTE PROPOSTAS: RECOMENDAÇÃO 012/02 (PSD) – DEVOLUÇÃO AOS LISBOETAS DA TAXA MUNICIPAL DE PROTEÇÃO CIVIL COM JUROS, NOS TERMOS DA MESMA E AO ABRIGO DO DISPOSTO NA ALÍNEA E)DO N.º 1 DO ART.º 47.º E DA ALÍNEA A) DO N.º 2 DO ART.º 48.º, AMBOS DO REGIMENTO; RECOMENDAÇÃO 012/22 (BE) - PELA EVENTUAL DEVOLUÇÃO DAS QUANTIAS INDEVIDAMENTE PAGAS A TÍTULO DE TAXA MUNICIPAL DE PROTECCÃO CIVIL COM JUROS INDEMNIZATÓRIOS, RECOMENDAÇÃO 012/23 (PSD) - PELA REPOSIÇÃO DA CONFIANCA NOS SERVICOS MUNICIPAIS E MOÇÃO 012/06 (PS/BE/IND) - PELA GARANTIA DO PAGAMENTO DE JUROS INDEMNIZATÓRIOS EM CASO DE DECLARAÇÃO DE INCONSTITUCIONALIDADE COM FORÇA OBRIGATÓRIA GERAL DE NORMA TRIBUTÁRIA, NOS TERMOS DAS MESMAS E AO ABRIGO DO DISPOSTO NO N.º 12 DO ARTIGO 48º DO REGIMENTO; 2 X GRELHA-BASE – 68 M;** -----

----- **PROPOSTA DE RECOMENDAÇÃO N.º. 012-02 (APRESENTADA PELO PSD) - DEVOLUÇÃO AOS LISBOETAS DA TAXA MUNICIPAL DE PROTEÇÃO CIVIL COM JUROS;** -----

----- (A Proposta de Recomendação n.º. 012-02, do PSD, fica anexado a esta Ata como **Anexo I** e dela faz parte integrante)-----

----- **RECOMENDAÇÃO N.º. 012-22 (APRESENTADA PELO BE) – PELA EVENTUAL DAS QUANTIAS INDEVIDAMENTE PAGAS A TÍTULO DE TAXA MUNICIPAL DE PROTEÇÃO CIVIL COM JUROS INDEMNIZATÓRIOS;** -----

----- (A Recomendação n.º. 012-22, do BE, fica anexado a esta Ata como **Anexo II** e dela faz parte integrante) -----

----- **RECOMENDAÇÃO N.º. 012-23 (APRESENTADA PELO PSD) – PELA REPOSIÇÃO DA CONFIANCA NOS SERVICOS MUNICIPAIS;** -----

----- (A Recomendação n.º. 012-23, do PSD, fica anexado a esta Ata como **Anexo III** e dela faz parte integrante)-----

----- **MOÇÃO CONJUNTA N.º. 012-06 (APRESENTAD PELO BE, PS E IND) – PELA GARANTIA DO PAGAMENTO DE JUROS IMDEMNIZATÓRIOS EM CASO DE DECLARAÇÃO DE INCONSTITUCIONALIDADE COM FORÇA OBRIGATÓRIA GERAL DE NORMA TRIBUTÁRIA;** -----

----- (A Moção Conjunta n.º. 012-06, do BE, PS e IND, fica anexado a esta Ata como **Anexo IV** e dela faz parte integrante) -----

----- **RECOMENDAÇÃO N.º. 013-02 (APRESENTADA PELO PCP) – RESSARCIR OSD MUNICÍPES DOS PREJUÍZOS CAUSADOS PELA TAXA DE PROTEÇÃO CIVIL;** -----

----- (A Recomendação n.º. 013-02, do PCP, fica anexado a esta Ata como **Anexo V** e dela faz parte integrante)-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Luís Newton (PSD)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Senhora Presidente, Senhores Deputados, Senhores Vereadores. -----

----- Senhor Presidente, dar nota de que na discussão que começou na Sessão anterior a Proposta que o PSD apresenta, aliás, as duas Recomendações complementares que o PSD apresenta têm sobretudo um grande objetivo, em primeiro lugar colocar nesta Casa a discussão sobre este tema, uma vez que ele já decorria em sede também de Executivo Municipal e, em segundo lugar, porque o PSD em Dezembro de 2017 lançou aqui em primeira mão o repto para que se procedesse, de facto, a uma devolução, não a uma eventual devolução, mas uma devolução e, portanto, aquilo que nós queremos que se discuta hoje aqui e que fique claro para todos é a diferença do princípio. O princípio que deve dizer que há uma vontade política de reconhecimento do erro que não há uma confusão relativamente às opções políticas que estão em cima da Mesa e que para o PSD é por demais evidente que tem que existir a vontade política é de que exista uma devolução de um dinheiro que não resulta a de um ato, de uma ação que foi revogada, de uma decisão foi revogada e esta parte é particularmente importante porque no último Parecer que nos fez chegar a Senhora Presidente permanece aqui a grande confusão dos Serviços Jurídicos entre aquilo que é um a revogação de um ato e aquilo que é um ato nulo, as consequências jurídicas são muito diferentes nas duas e, portanto, a Câmara continua a insistir na defesa jurídica do ato revogado, quando aquilo que nós temos é um ato nulo, mas isso é uma discussão jurídica e a diferença de princípio é tão-somente esta: o PSD entende que os esforços da Câmara, todo o investimento jurídico da Câmara deve ser para encontrar uma solução para hoje devolver aos Municípios aquilo que lhes foi a ilegalmente retirado nos últimos anos, esta é a primeira questão de princípio e apresentámos duas Recomendações, uma clara no princípio que diz exatamente o que pretendemos, não é eventual a devolução é a devolução imediata e uma segunda que tem como objetivo permitir aquilo que a Câmara Municipal não permite, que é a Câmara Municipal por um lado diz que não há condições a não ser que as pessoas contestem, mas a verdade é que a própria Câmara Municipal não criou as condições nem a informação necessária para que os Municípios pudessem protestar e contestar a decisão.-----

----- Por isso Senhora Presidente são essas as duas Recomendações que temos hoje aqui votação, elas não se anulam, elas não se contradizem, elas complementam-se e esta a vontade que nós queremos que seja claro para todos os lisboetas, quem é que quer a devolução e o esforço na devolução imediata e quem é que quer, enfim, chutar isto para as calendas. Muito obrigado.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Rui Costa (BE)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado Senhora Presidente, Senhoras e Senhores Vereadores, Senhoras e Senhores Deputados Municipais, demais Público presente.-----

----- É com profunda satisfação que ouvimos hoje a intervenção do líder parlamentar do PSD nesta Assembleia Municipal a reconhecer de forma inequívoca que revogação não é igual a anulação e conseqüentemente deve um pedido de desculpas à bancada do Bloco de Esquerda, relativamente a todas as afirmações que aqui proferiu porque quando o Bloco de Esquerda disse “não à revogação da taxa” foi para permitira a devolução integral a todos os contribuintes da taxa indevidamente paga.-----

----- Reconhecemos o evoluir da posição, mas queríamos dizer mais, teríamos gosto, Senhor Deputado Luís Newton, teríamos muito gosto e muito orgulho em podermos acompanhar o Grupo Municipal do PSD no que propõe hoje, mas há uma diferença fundamental entre as Propostas que aqui estão em jogo propostas pelo Bloco de Esquerda, pelo PS, pelo BE e pelos Deputados Independentes e até pelo Partido Comunista Português com a Proposta que os Senhores aqui trazem, e a diferença é a mesma entre os termos e as expressões cabotagem e cabotinagem, o Bloco de Esquerda nesta matéria vem aqui fazer navegação de cabotagem, perto da Costa e à vista, porque há um Parecer, há um Parecer Jurídico que faz recair sobre os eleitos responsabilidade financeira e há grandes dúvidas em relação à Lei.-----

----- Já agora permitam-me Senhoras e Senhores Deputados, permitam-me que vos lembre que a Lei Geral Tributária que impede segundo os Pareceres e já agora as decisões do Supremo Tribunal Administrativo, a devolução dos juros é uma norma iníqua e que já agora, PS, PSD, porque eu gosto ser justo nas críticas e CDS, enquanto ocuparam pastas nos assuntos fiscais, nada fizeram sobre essa matéria, mas estamos aqui hoje para corrigir e para propor e pedir ao Parlamento que acabe com esta iniquidade que é uma norma ser inconstitucional e depois declarada inconstitucional, porque os contribuintes não a impugnaram individualmente, ser-lhes negado o ressarcimento dos juros, isto é compensar, compensar o abuso em relação à Constituição, quer seja feita pelo legislador, quer seja feito pela administração tributária e essa ao nível da Moção que aqui é proposta conjuntamente com o PS e com os Deputados Independentes é a primeira grande medida a tomar.-----

----- A segunda é persistir, mas persistir num quadro de legalidade, para que a Taxa Municipal de Proteção Civil possa ser devolvida com juros, mas com segurança jurídica, não é com a certeza daqueles que queriam a revogação da taxa e que podiam ter causado uma situação semelhante à de Portimão, conforme referiu o Senhor Provedor de Justiça. Tirar à custa de uma bandeira política, isto é, da cabotinagem, tirar o direito aos lisboetas e aos contribuintes de receberem a sua taxa de volta. -----

----- É em nome dessa cautela e dessa responsabilidade que vimos aqui também hoje, independentemente da posição conjunta com o Partido Socialista e com os Deputados Independentes, pedir à Câmara que estude a questão, que peça Pareceres e que devolva sim o pagamento de juros no quadro dessa legalidade. Disse.” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigada Senhor Deputado, eu não o quis interromper, mas naturalmente a referência a “cabotinagem”, aplicada a seja quem for desta Assembleia não é correta e, portanto, a Mesa chama a atenção para que não devem ser utilizadas essas expressões quando nos dirigimos uns aos outros, independentemente das nossas divergências!” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Modesto Navarro (PCP)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Senhora Presidente, não farei a intervenção de 2 minutos, farei a intervenção global, se está de acordo.” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra continuou: -

----- “Fará como entender Senhor Deputado.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Modesto Navarro (PCP)** no uso da palavra prosseguiu: -----

----- “Então Senhoras e Senhores Vereadores, Caros Deputados e Caras Deputadas, Público presente. -----

----- A nossa posição política juntamente com esta Recomendação que apresentamos é votar favoravelmente as Propostas que proponham que a Câmara Municipal de Lisboa devolva os juros, caso isso seja possível legalmente e não nos vincularmos a opiniões jurídicas que podem ser rebatidas por Pareceres Jurídicos, como as que já temos e que serão até contraditórias. -----

----- O PCP desde sempre se manifestou contra a insistência da Taxa Municipal de Proteção Civil, em especial nos moldes em que a mesma foi criada pelo Município de Lisboa. A Taxa Municipal de Proteção Civil de Lisboa foi criada para substituir a antiga taxa de conservação de esgotos que, por imposição legal foi incluída no tarifário da água e conseqüentemente extinta. -----

----- A Taxa Municipal de Proteção Civil então criada nada mais foi que a forma encontrada para que o Município continuasse a obter essa receita, taxando assim duplamente os Municípios de Lisboa, facto a que o PCP sempre se opôs, tendo para tal votado contra todo o processo de aprovação da mesma, apresentando mesmo uma Proposta para a sua revogação, chumbada pelo PS e pelo Bloco de Esquerda. -----

----- Agora que a taxa foi considerada ilegal e conseqüentemente desaplicada, entende o PCP que é de elementar justiça ressarcir os Municípios dos prejuízos que lhes foram causados pela mesma, ou seja, a devolução dos montantes pagos e dos juros vencidos e vincendos, até à data do seu integral pagamento, isto porque o Município de Lisboa apoderou-se indevidamente do dinheiro dos Municípios durante a vigência da Taxa e dele fruiu como muito bem entendeu, tendo por isso proveitos ilícitos e sem causa que no limite consubstanciam enriquecimento sem causa, pelo que é entendimento dos eleitos do PCP na Assembleia Municipal de Lisboa que os valores pagos indevidamente pelos Municípios lhes devem ser devolvidos acrescidos dos respetivos juros, pois só assim existirá uma verdadeira situação pré-existente à entrada em vigor da taxa indevida, termos em que os Deputados do PCP na Assembleia Municipal de

Lisboa propõem que a Assembleia delibere recomendar que a Câmara Municipal desenvolva todos os procedimentos legais necessários para proceder ao pagamento dos juros devidos pelos montantes pagos pelos Municípios a título de Taxa de Proteção Civil. Muito obrigado.” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “ Muito obrigada Senhor Deputado, vamos prosseguir. Creio que neste momento os documentos que estão disponíveis para discussão já foram todos apresentados, portanto, agora são as intervenções normais, nos tempos disponíveis.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Francisco Santos (CDS-PP)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Senhora Presidente da Assembleia Municipal, Senhoras e Senhores Vereadores, Senhoras e Senhores Deputados Municipais. -----

----- Creio que a este caso se poderia aplicar bem um adágio popular que diz que “Se a teimosia pagasse imposto esta Câmara estaria altamente carimbada”, mas deu-se o insólito e neste particular a teimosia não pagou imposto, gerou-o e quem foi extorquido do seu próprio dinheiro foram todos os Municípios de Lisboa, que viram ser-lhes cobradas quantias indevidas, pese embora os reiterado e sucessivo alarmes terem sido veiculados pelas forças da oposição designadamente pelo CDS, que desde a primeira hora que se opôs à execução desta cobrança por considerá-la manifestamente ilegal! -----

----- E ela redundou na cobrança de uma taxa a cerca de 220 mil Municípios e arrecadação e aplicação de cerca de 52 milhões de euros por parte do Executivo Municipal.-----

----- Ora, sucedeu que em dezembro de 2017 o Tribunal Constitucional em boa hora declarou a inconstitucionalidade, com força obrigatória geral das normas constantes do regulamento das taxas, preço e outras receitas do Município de Lisboa. -----

----- No entanto existiu nesta pronúncia do Tribunal Constitucional um vazio quanto aos efeitos concretos da aplicação desta decisão proferida, designadamente no que concerne à operacionalização da devolução dos valores pagos pelos Municípios e foi aí que aberta à discussão e os Pareceres Jurídicos sabemos são como as cerejas, há muitos e para todos os gostos, a Câmara Municipal apressou-se, a soldo dos seus serviços a apresentar um Parecer que referia que apenas são devidos juros indemnizatórios nas situações em que os sujeitos passivos tenham reclamado ou impugnado judicialmente as liquidações destas mesmas taxas.-----

----- Ao bom epíteto Socialista de “quem não chora não mama” as decisões do Tribunal Constitucional declararam a fiscalização abstrata da inconstitucionalidade de uma Norma, que tem força, como se sabe obrigatória e geral e tem valor normativo para todas as pessoas físicas e coletivas juridicamente afetadas nos seus direitos e obrigações pela Norma declarada inconstitucional. -----

----- Isto significa que todos os Municípios e eu aqui destaco todos os Municípios tenham que ser tratados de igual modo independentemente de terem ou não impugnado a liquidação desta mesma taxa, caso contrário estaríamos perante uma

violação crassa do princípio da igualdade, que também está consignado, como todos sabemos na nossa Constituição. -----

----- Por essa mesma razão este pagamento não pode ser classificado a título de pagamento indevido, antes respeita a juros devidos por uma cobrança, ela sim ilegal uma vez que é inconstitucional e assim foi declarada. As Autarquias, como bem sabemos, não podem consubstanciar na sua ação enriquecimentos indevidos à custa dos Municípios, ora pois, pois foi precisamente isto que aconteceu! -----

----- Por essa mesma razão elas próprias são civilmente responsáveis por todas as suas ações onde resulte a violação dos direitos, liberdades e garantias constantes na Constituição! -----

----- Por essa mesma razão o CDS-PP, em coerência com todos os sentidos de voto, quer em Câmara Municipal ou em sede de Assembleia vem assim propor que deverão ser pagos juros indemnizatórios a todos os Municípios e não apenas àqueles reclamaram ou impugnaram as respetivas liquidações. Tenho dito.” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- Muito obrigado Senhor Deputado. Da mesma forma que há pouco alertei o Senhor Deputado do Bloco de Esquerda, também queria alertar o Senhor Deputado que não é correto dizer que “a Câmara está soldo dos serviços municipais”, o Departamento Jurídico é um serviço da Câmara, é respeitado como todos os outros e a Câmara colabora com os serviços e os serviços colaboram com a Câmara, é isso que está previsto, é isso que acontece e os funcionários e juristas que trabalham no Departamento Jurídico têm a sua imparcialidade garantida pela simples deontologia do exercício da sua atividade e, portanto, eu gostaria que ficasse claro, porque não estamos aqui a soldo de ninguém, nem a Câmara nem os Deputados, estamos por eleição, por direito próprio e para nossa consciência. -----

----- Vamos prosseguir.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Mário Freitas (MPT)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Excelentíssima Senhora Presidente da Assembleia Municipal, Excelentíssimo Senhor Presidente, Senhores Vereadores, Caros Colegas, Público presente, Comunicação Social. -----

----- Em relação à Recomendação 12/02, subscrita pelo Grupo Municipal do PSD o Partido da Terra, obviamente que a apoiará favoravelmente. O partido da Terra, desde 16 de dezembro de 2014 até ao momento, em que a Taxa de Proteção Civil foi declarada inconstitucional pelo Tribunal Constitucional sempre se manifestou contra a mesma, alertando em várias sessões de discussão orçamental, e não só, para a sua inconstitucionalidade” -----

----- Atendendo às características da Taxa Municipal de Proteção Civil o Partido da Terra sempre defendeu que esta taxa não reunia as características inerentes a uma verdadeira taxa, tratando-se sim de um imposto encapotado, não podendo por isso ser criado por um legislador de caráter Municipal, dado ser matéria de reserva legal da

Assembleia da República, como consta da alínea i) do número 1 do Artigo 165 da Constituição da República Portuguesa. -----

----- De salientar que o Tribunal Constitucional considera que a necessidade dos Serviços de Proteção Civil não deve ser determinada em função do risco de determinado imóvel ou atividade e muito menos a aferição desse risco em si mesmo considerado pode representar ou substituir a contraprestação do serviço necessário à caracterização do tributo como taxa, argumentos que Partido da Terra subscreve e assina. -----

----- Não obstante o Senhor Vereador das Finanças ter referido aquando da declaração constitucionalidade da Taxa Municipal de Proteção Civil, que a Câmara não pode fazer outra maneira, porque é isso que manda a Lei, ao qual acresce o facto da devolução dos valores pagos relativos a esta taxa estar acautelado na reserva contingência, é certo que a Câmara Municipal não pretende devolver com juros esses valores, alegando que a própria Jurisprudência do Tribunal Constitucional corresponde a essa interpretação, que à Câmara está vedado fazer esse pagamento com juros! Nada que ao Partido da Terra surpreenda, até porque no dia seguinte à declaração de inconstitucionalidade o Senhor Presidente da Câmara Municipal reiterou nesta Assembleia que o Município implementou a Taxa Municipal de Proteção Civil de boa-fé! -----

----- A este propósito considera o Partido da Terra que o Senhor Presidente esteve de boa-fé para implementar a taxa, bem assim deve corroborar essa boa-fé na devolução dos valores cobrados acrescidos de juros. -----

----- Neste íterim importa salientar que os Artigos 43º e 100º da Lei Geral Tributária preveem a consagração de juros indemnizatórios e o seu pagamento corresponde à concretização de um direito de indemnização que tem raiz Constitucional no Artigo 22º da Constituição da República Portuguesa, esta disposição estabelece que o Estado e demais entidades públicas são civilmente responsáveis em forma solidária que os titulares dos Órgãos, funcionários ou agentes, por ações ou omissões praticadas no exercício das suas funções e por causa desse exercício de que resulte a violação dos direitos, liberdades e garantias ou prejuízo para outrem. -----

----- Atendendo ao exposto o Partido da Terra exige que a Câmara Municipal de Lisboa assumira um compromisso sério e transparente para com os seus Municípios, devolvendo com a maior celeridade possível o que lhes é de direito em razão da matéria, ao invés de culpabilizar o Estado por uma decisão que foi única e exclusivamente Camarária. Muito obrigado.” -----

----- **A Senhora Deputada Municipal Inês Corte Real (PAN)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigada e muito boa-tarde a todos e a todas, de forma abreviada cumprimento na pessoa da Senhora Presidente da Assembleia Municipal. -----

----- Aquilo que nos traz hoje aqui é a apreciação e a votação conjunta de vários documentados pendentes da Sessão Ordinária de 27 de fevereiro, referentes à controvertida questão da devolução dos juros indemnizatórios associados às quantias indevidamente pagas a título de Taxa Municipal de Proteção Civil com juros

indemnizatórios, na sequência do Acórdão do Tribunal Constitucional n.º 848/2017 que declarou a inconstitucionalidade com força obrigatória geral de normas do Regulamento Geral de Taxas e Outros Preços do Município de Lisboa. -----

----- Ora o que importa aqui definir antes de mais, é a questão de princípio do Grupo Municipal do PAN relativamente à questão da devolução dos juros, sem prejuízo da posição assumida por este Grupo Municipal no passado claramente assente num erro quanto aos pressupostos de direito relativamente à competência orgânica para a aprovação da referida Taxa. -----

----- De acordo com o parecer da Divisão de Execuções Fiscais do Departamento Jurídico da Câmara Municipal de Lisboa, fica restringida a obrigação de pagamento de juros indemnizatórios aos sujeitos passivos que hajam reclamado e/ou impugnado judicialmente as liquidações, ou ainda no caso de a Câmara Municipal não processar a respetiva nota de crédito no prazo de 30 dias após a anulação dos atos de liquidação. --

----- Com efeito e fora os casos de anulação do ato de liquidação por iniciativa da autoridade tributária, nesse caso pelo Município, julgamos que o pagamento dos juros indemnizatórios estará sempre dependente de uma relação controvertida entre o sujeito passivo e aquela, sob pena de falta de enquadramento legal para se proceder ao respetivo pagamento. -----

----- No entanto e apesar de se entender não ser possível proceder ao pagamento dos juros indemnizatórios em obediência ao princípio da legalidade, não se deverá por força dos demais princípios que deverão pautar a atuação da administração pública, designadamente dos princípios da igualdade, da proporcionalidade e da boa-fé, criar nos particulares a perceção de uma desresponsabilização por parte da administração tributária, neste caso do município, que simultaneamente aprovou as normas agora julgadas inconstitucionais e liquidou os tributos ao abrigo de tais normas. -----

----- Assim sendo e no que toca à Recomendação 012/02 (PSD) – Devolução aos Lisboetas da Taxa Municipal de Proteção Civil com Juros, sem prejuízo da questão de princípio com a qual concordamos, ao fundamentar a pretensão do pagamento dos juros indemnizatórios no disposto no artigo 100.º da LGT, julgamos que peca por insuficiente fundamentação, razão pela qual nos iremos abster quanto à sua votação. ---

----- No tocante à outra Recomendação do PSD, designadamente a Recomendação 012/23 (PSD) - Pela reposição da confiança nos serviços municipais, defendem a responsabilidade da Câmara Municipal em indemnizar os danos provocados aos munícipes, competindo-lhe repor a situação que existiria se os atos de cobrança nulos não tivessem sido praticados, compreendendo essa reposição o pagamento de juros indemnizatórios e vamos acompanhar esse mesmo sentido votando favoravelmente. ---

----- Fundamentam tal pretensão no disposto no artigo 70.º conjugado com o artigo 102.º ambos do Código de Procedimento e Processo Tributário, uma vez que a reclamação graciosa e a impugnação judicial de atos que tem como fundamento a sua nulidade, poderá ser apresentada a todo o tempo, pelo que serão totalmente irrelevantes as considerações tecidas na Informação n.º 126/SG/DEF/2018, relativamente à alegada inércia dos munícipes. -----

----- Ora e sem prejuízo dos argumentos de direito aduzidos na referida recomendação, os quais não são suficientemente claros, não podemos deixar de concordar com a faculdade cometida aos sujeitos passivos de apresentar agora reclamação ao abrigo do disposto no n.º 1 conjugado com o n.º 4 do ambos artigo 70.º do Código de Procedimento e Processo Tributário, no qual se prevê que a reclamação graciosa possa ser deduzida com os mesmos fundamentos previstos para a impugnação judicial, em caso de documento ou sentença superveniente, bem como de qualquer outro facto que não tivesse sido possível invocar no prazo previsto no n.º 1, contando-se o mesmo a partir da data em que se tornou possível ao reclamante obter o documento ou conhecer o facto. -----

----- Com efeito e é importante destacar, que não podemos deixar de considerar que a inconstitucionalidade agora declarada pelo Tribunal Constitucional constitui um facto superveniente, na aceção daquele que ocorre ou é desculpavelmente conhecido depois do momento até ao qual devia ter sido alegado, deixando por esta via aberta a possibilidade de ressarcimento dos juros em questão, matéria sobre a qual, e mal, o parecer do Departamento Jurídico não se pronunciou e o deveria ter feito. -----

----- Por este motivo iremos votar favoravelmente a referida Recomendação 012/23 (PSD) e bem assim a Recomendação 012/22 (BE), designadamente na parte em que recomenda a solicitação de pareceres a entidades externas sobre a possibilidade de proceder ao pagamento de juros indemnizatórios aos sujeitos passivos e bem assim, sobre a questão da eventual responsabilidade financeira dos responsáveis que aprovem ou procedam ao pagamento de juros compensatórios. -----

----- Por último e no que toca à Moção 012/06 (PS/BE/IND) apresentada no sentido de solicitar ao Governo e à Assembleia da República para que tomem medidas com vista ao reconhecimento do direito dos contribuintes a juros indemnizatórios, sempre que os mesmos decorram da anulação de atos tributários em função da declaração de inconstitucionalidade das normas que os fundam, preferencialmente através de lei interpretativa ao artigo 43.º da Lei Geral Tributária, temos a esclarecer o seguinte: -----

----- Não obstante considerarmos como já atrás referimos, a possibilidade de eventualmente haver lugar ao pagamento dos juros indemnizatórios, desde que fundamentada tal pretensão no disposto no n.º 4 do artigo 70.º do Código de Procedimento e Processo Tributário, matéria sobre a qual deveria ser solicitada a emissão de parecer a entidade externa, consideramos que a Moção em análise peca pelo seguinte. -----

----- Com efeito a interpretação do n.º 1 do artigo 43.º da Lei Geral Tributária pode por em causa, o disposto no artigo 18.º, n.º 2 da Constituição da República Portuguesa, por violação do Princípio da Proporcionalidade, na medida em que o ónus de impugnação e os custos que lhe estão associados podem superar o próprio valor do tributo liquidado com base em normas inconstitucionais e bem assim o artigo 282.º da Constituição da República Portuguesa, na medida em que ao negar o direito aos juros indemnizatórios está a por em causa a reconstituição da situação que existiria caso a norma inconstitucional nunca vigorasse. -----

----- Contudo e para além da chamada “interpretação doutrinal” que o intérprete estará apto a fazer, existe a possibilidade de existindo dúvidas acerca do sentido e alcance de uma lei anterior, o legislador deter competência para lhe fixar o sentido e alcance através de uma nova lei: a chamada lei interpretativa, tal como vem proposto e aqui estaremos perante uma “interpretação autêntica”. -----

----- No entanto temos dúvidas que o reconhecimento do direito dos contribuintes a juros indemnizatórios, decorrentes da anulação de atos tributários em função da declaração de inconstitucionalidade das normas que os fundam, possa corresponder ao pensamento legislativo que esteve subjacente à definição da previsão normativa do artigo 43.º da Lei Geral Tributária, e que fundamente uma lei interpretativa conforme vem proposto. -----

----- Assim consideramos que a solução mais correta e coerente que acautele o pagamento de juros e que não colide com o princípio da não retroatividade da lei fiscal, previsto no n.º 3 do artigo 103.º da CRP, uma vez que é em benefício do sujeito passivo, é o de uma Lei nova à qual seja atribuída eficácia retroativa. -----

----- Apresentamos uma declaração de voto escrito nesse mesmo sentido, que iremos entregar à Senhora Presidente, porque entendemos obviamente o Grupo Municipal do PAN, que é uma questão de justiça esgotar todos os meios legais ao nosso dispor para restituir a situação que existiria se nunca tivesse sido cobrada a taxa Municipal aos municípios lisboetas. Muito obrigada. “-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- Muito obrigada Senhora Deputada.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal José Leitão (PS)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “ Senhora Presidente da Assembleia Municipal, Senhor Presidente da Câmara Municipal, Senhores Vereadores, Senhoras e Senhores Deputados, Cidadãos e Cidadãs. -----

----- A Taxa Municipal de Proteção Civil foi declarada inconstitucional. Apesar de termos sustentado sempre que se traduzia numa outra prestação específica de serviço aos cidadãos em matéria designadamente de criação de condições para um combate mais eficaz aos incêndios e que devia ser considerada como uma taxa, outro foi o entendimento do Tribunal Constitucional, por isso o que está em causa neste momento é proceder de forma célere e eficaz à devolução das quantias entregues, o que está a ser feito pela Câmara de forma exemplar, como todos sabemos!-----

----- O Senhor Presidente da Câmara pretendia inclusive que esse pagamento fosse feito com juros, pretensão que acompanhamos. Suscitou-se contudo a dúvida se seria devida juros indemnizatórios. -----

----- O Departamento Jurídico, Divisão de Execuções Fiscais, num Parecer muito bem fundamentado na jurisprudência abundante existente nesta matéria, não em quaisquer outras considerações, concluiu que nos casos em que não houve reclamação ou impugnação das liquidações da taxa não haverá lugar ao pagamento de juros

indemnizatórios. Mais, concluiu que o pagamento de juros fora destes casos poderá levar o Tribunal de Contas a assacar responsabilidades financeiras aos responsáveis.---

----- Somos favoráveis ao pagamento de juros indemnizatórios em caso de declaração de inconstitucionalidade com força obrigatória geral da norma tributária e, por isso, assumindo que defendemos opinião diversos sobre a Taxa de Proteção Civil, convergimos com o Bloco de Esquerda e com os Deputados que exerce o seu mandato como Independentes, na apresentação de uma Moção que solicite ao Governo e à Assembleia da República que tomem medidas que reconheçam esse direito, preferencialmente através de Lei interpretativa, o Artigo 43 da Lei Geral Tributária. --

----- O pagamento de juros indemnizatórios só poderá ter lugar quando tal for legalmente admissível e sem que esse pagamento permita assacar responsabilidades financeiras sancionatórias ou reintegratória a quem proceder ao seu pagamento fora dos casos expressamente previstos. -----

----- A resposta às questões oportunamente colocadas pela Presidente Helena Roseta e prontamente respondidas pelo Departamento Jurídico só vieram reforçar o bem fundada esta nossa posição. A informação do Departamentos Jurídico mostra, aliás, que a recomendação 012/02, apresentada pelo PSD, invocando o disposto no artigo 284 número 4 da Constituição e no Artigo 100 da Lei Geral Tributária, não tem qualquer fundamento legal, deverá ser rejeitada, aliás, para nós esta informação dispensa mais pareceres sobre esta matéria. -----

----- Não posso deixar de terminar sem me pronunciar sobre as considerações que o PSD e o CDS fizeram sobre esta matéria, aliás, destituídas de fundamento, de qualquer fundamento jurídico válido e que, portanto, só podem ser considerada como um ato de contrição pela forma como agiram no Governo, coagiram nomeadamente confiscando pensões e salários aos funcionários públicos! Este ato de contrição batendo no peito da Câmara, no entanto, não é forma adequada de obter perdão! Disse.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Miguel Graça (IND)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Senhora Presidente da Assembleia Municipal, Senhor Presidente da Câmara, Senhores Vereadores, Caros Colegas Deputados.-----

----- Como é do conhecimento público e na sequência do Acórdão do Tribunal Constitucional foi decretada a inconstitucionalidade, com força obrigatória geral, das Normas do Regulamento Geral de Taxas e outros preços do Município de Lisboa e concretamente da Taxa Municipal de Proteção Civil, estando a Câmara Municipal, como é do conhecimento de todos, a proceder à devolução destas quantias. -----

----- Sabemos também que independentemente da opinião das várias forças políticas, que já foram aqui expressas e de nós próprios Deputados Municipais Independentes – Cidadãos Por Lisboa e até diria do próprio Presidente da Câmara que declarou que a sua vontade era proceder ao pagamento com juros, porém é restringida a obrigação do pagamento com juros aos munícipes, aos sujeitos que hajam reclamado ou impugnado judicialmente esta decisão e, portanto, as recomendações do PSD e do PCP que aqui são apresentadas ou as declarações inflamadas do CDS que ouvimos, nada, não são

mais do que iniciativas ou pedidos que pedem que a Câmara Municipal de Lisboa tome uma decisão ilegal, com a qual não podemos concordar. -----

----- Contudo, o facto de não se proceder ao pagamento de juros, ainda que com fundadas razões legalidade, constituem apesar disso uma situação de especial injustiça apenas se indemnizando alguns dos contribuintes, ou seja, os que clamaram nesta primeira fase do processo. -----

----- Por isso no nosso entender deveria a Assembleia da República, mediante lei interpretativa corrigir esta injustiça e por isso pedimos, em conjunto com o Grupo Municipal do Partido Socialista e do Bloco de Esquerda, que o Governo e a Assembleia da República tomem medidas com vista ao conhecimento do direito aos contribuintes a juros indemnizatórios e por isso apresentamos esta Moção em conjunto. -----

----- Relativamente à Recomendação do Grupo Municipal do Bloco de Esquerda, que pede que sejam solicitados pareceres sobre esta matéria, face aos pareceres já existentes que a nosso ver não se contradizem uns aos outros e vão todos precisamente na mesma opinião, não nos parece que seja necessário pedir mais pareceres relativamente a esta matéria porque para nós esta situação está já esclarecida. Obrigado.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Luís Newton (PSD)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “ Senhora Presidente, em primeiro lugar eu acho que ficou claro, ao longo desta discussão, que há aqui duas visões perfeitamente antagónicas sobre como é que se deve devolver a confiança aos lisboetas. -----

----- Por um lado, uma certa esquerda que quando chega a altura de tomar decisões resolve colocar roupagem jurídica e encontrar todas as formas de bloqueio invocando, pame-se, os pareceres das mesmíssimas pessoas que emitiram pareceres há 3 anos atrás a favor da Taxa Municipal da Proteção Civil e, por isso Senhora Presidente, eu diria que começamos com um problema e um problema de credibilidade, é de credibilidade de quem agora nos diz que, há 3 anos nos dizia que “Não, que não se preocupem, os Senhores podem aprovar a Taxa Municipal de Proteção Civil, não há problema nenhum, é tudo legal! É tudo legal e está aqui um Parecer dos Serviços!”, e agora temos um Parecer dos Serviços que diz “Afinal, tem que se envolver a Taxa como, aliás, o Tribunal Constitucional veio dizer, e tal...”, nada de assacar responsabilidades, “ mas atenção, o Parecer diz que não podem devolver com juros”. --

----- Ou seja tudo aquilo que tem a ver com uma vontade política expressa de reconhecer aquilo que foi o erro da Câmara Municipal remete-se depois para a vontade do Senhor Presidente da Câmara que nos diz “Eu até queria devolver com juros, sabem? Só que os Serviços Jurídicos não deixam! Eu até não gosto do mundo do Largo do Rato, mas já está decidido! Esta política do facto consumado!... E eu até estou de acordo com as pessoas, mas não posso fazer nada!”. -----

----- Senhora Presidente ter aqui também o Bloco de Esquerda neste movimento de flanco e que é pame-se delicioso, aliás, vejo com muito agrado que o Bloco de Esquerda e o Partido Socialista nisto são coerentes, que é acabou-se-lhes a

argumentação sobre as questões presentes e futuras, portanto, o argumento que eles têm para atacar o Partido Social Democrata ou o CDS é, pasme-se, os últimos 20 anos de governação! -----

----- Pois eu pergunto Senhora Presidente, chegámos a ter um parecer que nos alerta inclusivamente para as responsabilidades financeiras que podem advir daqueles Deputados Municipais que, eventualmente, porque o Parecer diz uma coisa muito engraçada Senhora Presidente, o Parecer não diz que há responsabilidades financeiras aos Deputados Municipais, diz que eventualmente o Tribunal de Contas pode, eventualmente, pensar que houve uma decisão eventual, sendo que o eventual é o discurso do Bloco de Esquerda, “a eventual devolução”, isto está tudo muito organizado, mas eu pergunto: Então, mas quer dizer, há aqui uma questão fundamental que é uma questão que tem a ver com a confiança que foi retirada aos lisboetas e agora a hesitação é a lei, a mesma lei que eles diziam que não podia servir no passado para bloquear o processo? Então não se assacaram responsabilidades àqueles que aqui votaram favoravelmente a uma lei que se veio a verificar que era inconstitucional? E agora querem-se assacar responsabilidades àqueles que aqui novamente defender outra vez a população de Lisboa e dizer que a lei e o dinheiro têm que ser restituídos às pessoas?-----

----- Oh Senhora Presidente, eu isto não compreendo! E portanto termino como comecei, Senhora Presidente, eu acho que ficou claro para todos as duas grandes diferenças que há aqui: há um PSD e há um CDS que têm uma vontade política de restituição do dinheiro que foi indevidamente retirado aos lisboetas durante estes 3 anos, depois há uma Esquerda, com exceção feita ao PCP, que aqui temos que tirar porque o PCP aqui parece ter uma preocupação justa e correta, estamos de acordo nesta matéria, mas a Coligação Bloco de Esquerda/PS que governa a Câmara curiosamente tem a roupagem jurídica vestida e diz: “Nós, até se calhar, vamos pensar como é que é possível, eventualmente um dia destes devolver as coisas aos lisboetas, até lá vai-se estudar, vai-se estudar porque nós queremos fazer as coisas de forma legal!”.-----

----- Oh Senhores Deputados, como se porventura algum Deputado nesta Assembleia viesse alguma vez exigir alguma deliberação que fosse ela ilegal! Aliás, já o fizemos quando foi da votação da Taxa Municipal da Proteção Civil, era ilegal e nós éramos contra, mantemos agora essa posição de coerência. Muito obrigado.”-----

----- **A Senhora Deputada Municipal Cláudia Madeira (PEV)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Obrigada Senhora Presidente, Senhores Secretários, Senhor Presidente da Câmara, Senhores Vereadores e Senhores Deputados.-----

----- Em primeiro lugar, o objetivo da discussão sobre a devolução da Taxa Municipal de Proteção Civil com Juros, deverá ser resolver da forma mais justa e correta o problema entretanto criado aos municípios com o pagamento indevido de uma taxa que foi declarada inconstitucional. -----

----- Os Verdes sempre se opuseram à criação desta taxa, que veio substituir a taxa de conservação de esgotos que foi inserida na fatura da água, sendo uma forma encapotada de a Câmara continuar a ter essa anterior receita. -----

----- Entretanto, a Câmara começou a preparar a devolução dos pagamentos feitos indevidamente pelos munícipes, devolução essa que está a decorrer. -----

----- Agora, o que está em causa é não só a devolução desses valores, mas a possibilidade dessa devolução prever o pagamento de juros. -----

----- Os Verdes defendem que é um direito dos cidadãos receberem os juros pelos valores pagos, devendo a autarquia desenvolver todos os procedimentos legais nesse sentido, para que todo este processo, que começou mal, possa terminar da forma mais transparente e correta possível, sem lugar a mais ilegalidades e injustiças para com os cidadãos. -----

----- Ou seja, cabe à Câmara ressarcir os munícipes dos prejuízos que foram causados, porque não foram eles que prevaricaram, nem que praticaram um ato inconstitucional. Se a Câmara se apoderou indevidamente do dinheiro dos cidadãos, só com o pagamento dos juros será verdadeiramente reposta a situação anterior a esta cobrança ilegal. -----

----- Desta forma, Os Verdes votarão a favor das Recomendações apresentadas que preveem a devolução da Taxa Municipal de Proteção Civil com juros, não se vinculando a posições jurídicas que possam depois vir a ser refutadas por pareceres jurídicos. -----

----- Naturalmente, importa salvaguardar que o serviço municipal de proteção civil, que não devia estar dependente de taxas pagas pelos munícipes, não fique prejudicado. O executivo tem a obrigação de investir na proteção civil sem cobrar qualquer taxa, porque o socorro às populações não pode depender disso, tendo que ser assegurado de forma rápida e eficaz. Obrigada.” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “ Muito obrigada Senhora Deputada. Agora será o Senhor Deputado Rui Costa, do BE, e há uma inscrição também da Câmara a quem daremos a palavra a seguir.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Rui Costa (BE)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “ Muito obrigado Senhora Presidente, Senhores e Senhores Deputados. -----

----- Em primeiro lugar, respondendo à questão muito pertinente posta pela Senhora Deputada Inês Sousa Real, do PAN, e para dizer o seguinte: se não for lei interpretativa não serve para nada, neste caso em concreto, porquê? Porque não terá, não se integrará na lei interpretada e não terá efeitos, e é justamente em nome do princípio da proporcionalidade e da sua violação pela redação ou por esta interpretação da Lei Geral Tributária que nós fazemos é que esta proposta, portanto, peço-lhe que reconsidere a esta luz, à luz deste esclarecimento a posição que aqui invocou porque julgo que temos nesta matéria pensamento coincidente. -----

----- Em relação às observações aqui feitas pelo Senhor Deputado Luís Newton e pelo passado, o Bloco não falou pelo passado! Não nos referimos aqui ao passado a não ser

ao passado da Taxa Municipal de Proteção Civil, porque se seguíssemos o bom exemplo aqui dado pelo PS não nos chegava ao tempo Regimental de toda esta Reunião para vos falar de inconstitucionalidades e de falta de devolução, é que pelo menos as pessoas em Lisboa receberam prontamente a Taxa Municipal, ainda que sem os juros. As centenas de milhares de pensionistas, se não milhões de pensionistas, ainda não receberam vale postal nenhum com essa correção vindo da vossa parte, esse vale postal não chegou, o carteiro chegou mas não chegou com isso, chegou com a correção da Taxa Municipal de Proteção Civil!-----

----- Mas quero-vos dizer mais, a questão da revogação de anulação, os Senhores perceberam bem e finalmente e em boa-hora esse conceito, iam fazendo com as vossas Propostas, iam e um provocando o prejuízo das pessoas que não receberam o vale postal, é bom que se diga isso! E já agora queria-lhe dizer uma coisa, sobre essa coisa de organização, organizem-se, nós não nos organizamos com o PS, nós temos que o PS uma relação de lealdade absolutamente clara e inscrita num acordo, os Senhores é que se tem de organizar! Pelo menos entre aquilo que dizem, que votam e subscrevem na Câmara e aquilo que dizem feito a subscrevem na Assembleia Municipal!-----

----- E quero aproveitar aqui para render a melhor homenagem ao Senhor Vereador João Pedro Costa, aqui presente, e à Senhora Vereadora Teresa Leal Coelho, que não está presente, que tiveram o cuidado de analisada a questão de não embandeirar em arco e subscrever, aliás, nós e votaram a favor como subscreveram, pasme-se, posição idêntica à aqui proposta hoje pelo Bloco de Esquerda!-----

----- Portanto, organizem-se os Senhores! Organizem-se os Senhoras! Porque só há um Bloco de Esquerda e pelos vistos há dois PSD no Município de Lisboa!-----

----- Para finalizar, lamentamos que o PS não nos acompanhe neste princípio geral, tal como os Deputados Independentes da devolução dos juros, lamentamos profundamente, será a sua opção e cada um assume as suas responsabilidades perante os lisboetas!-----

----- Nós não queremos a devolução dos juros por mero foguetório, por mero foguetório eleitoral ou de presença nos *media*, queremos porque é uma medida justa, mas queremos dentro de limites da legalidade, os mesmos limites da legalidade que nos fizeram vir aqui como única força política no Mandato passado propor por duas vezes a declaração de invalidade desta taxa, note-se não a revogação, a declaração de invalidade para que as normas fossem destruídas e o dinheiro restituído integralmente a quem o pagou indevidamente. Disse.”-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “ Muito obrigado Senhor Deputado. Penso que esgotámos as intervenções dos Deputados Municipais. Agora tem a palavra o Senhor Vereador João Paulo Saraiva.”--

----- **O Senhor Vereador João Paulo Saraiva**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção:-----

----- “Boa-tarde a todos, Senhor Presidente, Senhores Deputados.-----

----- Em primeiro lugar, uma palavra de prestação de contas sobre aquele que foi o processo célere, rápido, transparente e efetivo de devolução da Taxa, ou que está a ser, a 233454 Municípios, 58,5 milhões de euros, com exceção daqueles que estão em processo de execução fiscal, que são cerca de 14 mil e significam cerca de 5 milhões, todos os outros já foram, todos os outros ou já foi enviado o vale ou pedido IBAN ou feita a transferência. -----

----- Neste momento temos já levantados 53998, ou levantados ou depositados, 53998 contribuintes que significa 21,8 milhões de euros dos a 58, portanto, os restantes estão em processo e poderão ser numa primeira fase levantados até o dia 15 com os vales que foram enviados. -----

----- Portanto uma nota de eficácia, de efetividade daquilo que foi uma promessa dita e enunciada desde o primeiro dia, que foi que tudo seria que todos os valores pagos seriam devolvidos. -----

----- Depois a factualidade, o que nós temos é todos ou pelo menos todos anunciaram uma vontade política de pagar juros, há uma diferença entre nós que é que uns querem fazê-lo a qualquer preço e por cima todo e qualquer lei e outros instados pelos Serviços Jurídicos da Câmara, com um Parecer que diz claramente que é ilegal, só é legal em determinadas circunstâncias devolver juros, ninguém propôs, ou melhor alguns propuseram, já lá vamos, mas pareceu-nos claro a todos que não podíamos fazer nos moldes em que alguns pretendiam. -----

----- Esta posição, não é uma posição só do Departamento Jurídico, mais do que qualquer Parecer quatro Acórdãos do Supremo Tribunal Administrativo têm exatamente o mesmo sentido, feitos pela Autoridade Tributária que como nós é Administração Fiscal e, portanto, Acórdãos muito válidos e muito claros no sentido daquilo que é a posição dos Serviços Jurídicos do Município. -----

----- Mais, quatro Sentenças já sobre uma matéria da Taxa de Proteção Civil, já sobre a nossa matéria, exatamente quatro Sentenças que não aplicam juros ao Município, portanto, é demasiada evidência para continuarmos a tentar por cima de qualquer lei propor aqui algo que nos parece, a todos aqueles que que nesta matéria estão para analisar aquilo que são os Pareceres, os Acórdãos e as Sentenças, parece-nos evidente que não faz, que não é possível fazer esta mesma devolução. -----

----- Mas vamos lá à matéria política, que é também disso ou é essencialmente disso que esta Assembleia trata, a matéria política é muito clara, o que aconteceu nomeadamente com o PSD é que o PSD, como disse e bem o Deputado Rui Costa, o que aconteceu foi que o PSD teve uma posição na Câmara, percebeu claramente depois com os Pareceres e com as evidências dos Acórdãos que não podia subscrever, ou melhor não podia reiterar a posição que tinha tido em 20 de dezembro de pagamento de juros, arrepiou caminho e, como disse também o Deputado Rui Costa, subscreveu também uma Moção que já não propunha juros, e mais, votou contra a Moção que o CDS ou a Recomendação que o CDS apresentou, para que fossem pagos juros. -----

----- Portanto, o que aconteceu, o PSD não se percebe muito bem qual é a posição do PSD porque há aqui vários PSD, e agora o PSD Assembleia retoma a mesma questão

nos termos em que o CDS a tinha proposto e que o PSD da Câmara votou contra e, portanto, isso para nós é muito claro que há aqui um flic-flac de posições que só podem ter uma explicação que é uma abordagem eleitoralista e demagógica sobre uma matéria que está muito claro em termos jurídicos, qual é, quais são os princípios pelos quais se deve nortear. -----

---- Quanto ao PCP, eu pessoalmente acho estranha a posição do PCP e gostava de perceber o que é que o PCP vai fazer em Setúbal, porque não vi até ao momento a Senhora Presidente da Câmara de Setúbal dizer que vai pagar juros, porque nos parece claro e evidente que a Senhora Presidente da Câmara de Setúbal também já leu os Acórdãos e já percebeu que não pode ser. -----

---- Relativamente ao CDS, ao PCP e à Direita, eu gostava também de sublinhar aqui algo que me parece muito interessante, que é a forma, porque há aqui uma diferença clara e não foram, e a diferença clara não está naquilo que sublinhou o Deputado Luís Newton, a diferença clara está em que o PSD e o CDS quando estavam no Governo e lhe foi declarada a inconstitucionalidade nem devolveram o que tinham ilegalmente ido buscar aos contribuintes, nem devolveram juros, muito menos juros e, portanto, no fundo e agora também indo buscar aqui algo que é um dito popular, o que os Senhores sistematicamente têm feito relativamente a esta matéria, mas também a outras, é claramente aquela posição “façam o que eu digo, mas não façam o que eu faço”. Muito obrigado.”-----

---- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

---- “ Muito obrigada Senhor Vereador. Temos aqui dois pedidos de palavra, um do Senhor Vereador do PSD, ao abrigo do direito de resposta, que eu julgo que tem possibilidade de o fazer, vou pedir só mais uns segundos enquanto analiso o Regimento e, entretanto, podemos desde já dar a palavra Senhor Deputado Modesto Navarro que a pediu, e vou confirmar a questão do direito de resposta.”-----

---- **O Senhor Deputado Municipal Modesto Navarro (PCP)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

---- “Setúbal fica próximo de um rio e do mar e aqui o Senhor Vereador das Finanças e o Senhor Presidente da Câmara também de vez em quando, quando estão atrapalhados deitam mão a Setúbal para ver se salvam! Mas Setúbal tem o processo próprio e de certeza que vai ressarcir com a votação da Assembleia Municipal e o tratamento da Assembleia Municipal, eu já uma vez interpelei o Senhor Presidente da Câmara sobre a maneira como se referem com ligeireza e falta de educação em relação à Câmara de Setúbal e a outros aspetos autárquicos.-----

---- Eu creio que nós temos que respeitar e, portanto, voltando à questão essencial se não percebeu Senhor Vereador das Finanças, o Senhor que até tem uma posição contrária à outra ou outras, a nossa posição política, voltou a ler, para ver se mete na cabaça, a nossa posição política juntamente com esta Recomendação que apresentamos é votar favoravelmente as Propostas que proponham, inclusive obviamente do Bloco, dos Cidadãos e do PS em conjunto, votaremos favoravelmente que proponham que a Câmara Municipal de Lisboa devolva os juros, caso isso seja

possível legalmente e é à Câmara que compete estudar a questão! E não nos vinculamos a opiniões jurídicas podem ser rebatidas por Pareceres Jurídicos com os que já temos e que são até contraditórios, na realidade são mesmo contraditórios e, portanto, nós os podemos aceitar! É à Câmara que devolvemos, digamos, o trabalho e recomendamos que trabalhe para esclarecer a situação e para resolver este problema da devolução dos juro. Muito obrigado.” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado Senhores Deputados. -----

----- Temos aqui um problema, o Artigo 53 do Regimento diz que, no seu número 2, “a palavra é concedida aos Senhores Vereadores no período da Ordem do Dia para entre várias coisas exercer, quando invoquem e dentro do tempo da Câmara Municipal, o direito de resposta”, portanto, o Senhor Vereador tem o tempo de resposta, que tem que ser no tempo da Câmara, que já não tem, mas entretanto a Mesa perguntou aos Independentes e ao PS que dão tempo à Câmara. -----

----- Também temos um pedido de palavra do Senhor Presidente da Câmara, portanto, isto tem que ser gerido por todos, o Senhor Vereador tem o direito de resposta porque o invocou e eu pedia-lhe para ser o mais sucinto possível, e o Senhor Presidente da Câmara terá o seu tempo!-----

----- Porque é que me está a dizer que não? Não quer falar? Eu não percebi, Senhor Presidente.” -----

----- **O Senhor Presidente da Câmara**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -

----- “ Senhora Presidente gostava que visse bem a interpretação sobre a participação dos Vereadores na Câmara que normalmente é feita a pedido do Presidente da Câmara.” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra continuou: -

----- “ Oh Senhor Presidente, no caso...” -----

----- **O Senhor Presidente da Câmara**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -

----- “ É o que diz, aliás, o Regimento.” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra continuou: -

----- “O Regimento diz isso para o número 1 do Artigo 53, para o número 2 não explicita isso, eu vou perguntar aqui à Mesa, mas entretanto vamos ver! Deixe-me ver, eu não sei o Regimento de cor!” -----

----- **O Senhor Presidente da Câmara**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -

----- “Senhora Presidente, eu peço desculpa, é difícil admitir direitos de resposta a Membros que não fazem parte do próprio corpo que é a Assembleia Municipal!” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra continuou: -

----- “Sim, mas faz parte porque é Vereador! Eu peço desculpa Senhor Presidente, peço desculpa mas tenho que ver isto aqui com a Mesa e entretanto a Câmara vai naturalmente usar da palavra e vamos esclarecer este ponto com a Mesa.”-----

----- **O Senhor Presidente da Câmara**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -

----- “ Muito obrigado Senhora Presidente. -----

----- Gostava em primeiro lugar de deixar uma palavra de saudação muito especial ao Vereador João Paulo Saraiva e a toda a Equipa da Direção Municipal de Finanças pelo trabalho verdadeiramente exemplar que tem realizado nos últimos meses. -----

----- Verdadeiramente, não há memória de nenhum serviço da Administração Pública que tenha cumprido de forma tão célere, tão diligente e tão pró-ativa a correção de uma obrigação que tinha que proceder. Sem discussão, sem reserva mental, devolvendo pura e simplesmente da forma mais expedita que foi possível encontrar, uma decisão do Tribunal Constitucional e quero aqui deixar a minha palavra de agradecimento e reconhecimento a todos aqueles que contribuíram para esse facto. -----

----- Quero deixar também aqui uma palavra de alerta ao PSD e ao CDS, é porque o CDS está a tentar inventar a versão do novo CDS, desde que saiu do Governo. O PSD está a começar agora esse caminho, que é o caminho depois do último congresso, temos aqui um novo PSD, e pensam que vai ser como no filme, que nós nos vamos esquecer do que fizeram no verão passado, eu gostava de dizer que nós não esquecemos do que fizeram no verão nem nos invernos passados! -----

----- E a verdade, como aqui já foi bem dito, é que todos os lisboetas ou melhor dizendo que todos os portugueses ainda esperam não ou 1, não 2, não 3, mas 12 vales de devolução das inconstitucionalidades decretadas pelas medidas que tomaram o vosso Governo e, aliás, acho que posso falar em nome de todos, nós até abdicamos dos juros. -----

----- Agora há uma diferença de fundo, a diferença de fundo é esta: é que se o PSD tivesse responsabilidades para lidar com o problema com aquele que nós tivemos a lidar, não haveria nenhum pagamento nem nenhum pagamento com proatividade, por duas razões, Senhor Deputado, de forma muito clara. Em primeiro lugar é que com grande probabilidade a Câmara estaria falida e não teriam dinheiro para fazer a devolução que estamos a fazer, a segunda razão é que os Senhores sempre agiram com reserva mental, sempre olharam para as instituições de controlo e de fiscalização do nosso País com a reserva mental, com o desagrado e tentando encontrar subterfúgios para não cumprir essas decisões, contraste completo com aquilo que fizemos e com aquilo que dissemos. -----

----- É por isso que, aliás, vemos hoje com ironia, vejo hoje com ironia, dizer um Deputado do PSD, este é um problema de credibilidade e um problema de confiança, é mesmo isso! Não tem nem credibilidade nem a confiança para falar na forma como nos relacionados com os Municípios nem da verdade com que nos relacionamentos com os Municípios. -----

----- Oh Senhor Deputado e já agora a talhe de foice só parêntesis, não se esqueça no Debate que teremos sobre o Edifício do Rato, que foi aprovado precisamente por uma Vereação do PSD! -----

----- É porque estes exercícios de falta de memória têm o seu limite, é porque há pessoas que se lembram e que são capazes de recordar à história como é que as coisas começaram! -----

----- Mas gostava Senhor Deputado de concluir com o seguinte, é que os Senhores Deputados têm sido muito afoitos na crítica, mas os Senhores Deputados nestes anos

todos conseguiram sempre nada dizer sobre como financiar o sistema de Proteção Civil da Cidade!-----

----- É que os Senhores Deputados, a única coisa que foram capazes a dizer, foi dizer que, “Bom isso o deve ser os impostos gerais, isto lá deve ser nos impostos da Câmara” e lá vamos nós chegar ao velhinho discurso porventura das gorduras do Estado, lembra-se dele Senhor Deputado? Era o antigo PSD, o velho PSD, não é aquele que o Senhor faz parte, que agora faz parte de um novo, discurso é diferente, mas parece assim um bocadinho umas reminiscências, é porque durante estes anos todos não houve uma única Proposta sobre com financiar autonomamente o sistema de Proteção Civil da Cidade e esse debate, aliás, os Senhores Deputados vão estar todos convocados, porque o País tem essa necessidade, está confrontado de novo com esta necessidade em função da decisão do Tribunal Constitucional, mas a Câmara de Lisboa e a Assembleia Municipal também e os Senhores Deputados podem querer, mas não se vão furtar a fazer esse debate com clareza e com frontalidade, até para assumir que possivelmente o que são os novos PSD e o novo CD S afinal não passam dos antigos, que é com uma grande falta de coragem em avançar com as medidas que são necessárias! -----

----- Gostava de concluir, respondendo ao Senhor Deputado Modesto Navarro do PCP sobre a Taxa, o Senhor Deputado hoje está a pagar e o PCP em Lisboa, está a pagar a forma como se dirigiu à Câmara de Lisboa relativamente à Taxa de Proteção Civil e está a pagá-lo com dobro e permita-me dizer-lhe que com juros e está a pagá-lo bem! Porque o PCP fez durante a campanha eleitoral um ataque cerrado à Taxa de Proteção Civil da Cidade, dizendo que a Taxa de Proteção Civil, que a Proteção Civil devia ser paga por impostos. Quando confrontado com a situação de Setúbal que vinham dizer, “não, a situação de Setúbal é diferente, é diferente porque nós não aprovámos a Taxa foi o Governo que impôs a taxa na Câmara de Setúbal”, o que não é verdade, a Taxa Municipal de Proteção Civil em Setúbal foi aprovada pelos Órgãos da Câmara Municipal de Setúbal, no seu legítimo direito, mas depois fazem uma segunda linha de recuo, quer dizer, “não, a nossa era diferente, porque como”, eu vi aqui dizer, “porque a nossa era só sobre as indústrias especiais produtoras de risco, as Indústrias Seveso”. Sim, Senhor Deputado, eu conheço os regimes das taxas todas. -----

----- Agora o Tribunal Constitucional decretou inconstitucional mesmo essa especificação, tudo, exatamente na mesma e, por isso o Senhor Deputado só está a pagar aquilo que se dirigiu e a forma como dirigiu, porque o bom debate que nós deveríamos ter na Assembleia Municipal que era este, é que a que a Taxa Municipal de Proteção Civil não é uma invenção da Câmara de Lisboa! A Taxa Municipal de Proteção Civil foi inscrita na lei em Assembleia da República em 2006, sem voto contra de nenhum Partido e nenhum Deputado na Assembleia da República.-----

----- Depois dos fogos de 2005, o País, a República disse aos Municípios “Tenham mais responsabilidades, profissionalizem os seus Serviços de Proteção Civil, respondam melhor às populações e para pagar criem Taxas de Proteção Civil”, nenhum Partido votou contra, não votou o Partido Socialista propôs a lei, não votou PCP que estava na oposição, não votou contra o CDS, o PSD, nenhum partido votou

contra isto na Assembleia da República! Nenhum! É por esta razão que Municípios de todos os Partidos governados por todos os Partidos de Norte a Sul do País foram fazendo aquilo que a República e o Estado lhes disseram para fazer, esta é a mais pura das verdades! Tudo o resto é demagogia sobre as vontades e os caminhos que foram apontados aos Municípios! É por isso que a Taxa de Gaia é criada por um Executivo PSD/CDS foi decretada inconstitucional. É por isso que a Taxa de Lisboa por um governada por um Governo do Partido Socialista foi decretada e constitucional e é por isso que uma Taxa criada por um Município do PCP também o foi! E estes Municípios têm boas razões para se sentirem ludibriados pela forma como durante anos a República apontam um caminho que era da criação de taxas e hoje, 10 anos depois, aqueles que tiveram coragem com o avançar, tiveram a declaração de inconstitucionalidade!-----

----- Senhor Deputado é preciso ter a memória, a consciência da dificuldade do processo, além do mais por uma razão muito simples, é que esta decisão do Tribunal Constitucional reabriu 12 anos depois, após os trágicos incêndios que hoje estamos e com a constatação de que precisamos de investir mais na Proteção Civil, reabriu o debate sobre o financiamento da Proteção Civil Nacional e Municipal. Muito obrigado.”-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigado Senhor Presidente.-----

----- Há um pedido de Defesa da Honra da Bancada do PSD. Quanto ao Senhor Vereador do PSD, na verdade a interpretação da Mesa é que poderia usar da palavra para exercer o direito de resposta no tempo da Câmara, acontece que a Câmara já não tem tempo e, portanto, não vai poder fazê-lo e lamento, mas não é possível.-----

----- Vamos prosseguir o Senhor Deputado Luís Newton têm uma defesa da honra.-----

----- Depois o PCP para uma intervenção porque ainda tem tempo.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Luís Newton (PSD)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção em defesa da honra:-----

----- “Senhora Presidente farei esta defesa da honra as vezes que forem necessárias, sempre que esta situação persistir e este modelo de reescrever a história persistir!-----

----- Deixar bem claro a todos, quando os Senhores Deputados ou o Senhor Presidente da Câmara vêm aqui falar da governação Social-Democrata/CDS, durante os 4 anos da crise em que nós herdámos um país da bancarrota e que não tínhamos dinheiro para investir porque Vossas Excelências o tinham deixado limpo!-----

----- Dizer-lhe que, ao contrário daquilo que o Senhor quer continuar a reescrever, Senhor Presidente, os portugueses falaram Senhor Presidente, os portugueses falaram e deram a votação mais expressiva, novamente ao PSD/CDS nas eleições legislativas de 2015, Senhor Presidente!-----

----- Portanto não venha aqui reescrever a interpretação da vontade dos portugueses, Senhor Presidente, e quero-lhe dizer uma última coisa, Senhor Presidente quero-lhe dizer uma última coisa sobre aquilo que o Senhor entende como coerência!-----

----- Oh Senhor Presidente, os Senhores estão na Câmara de Lisboa desde 2007 e vêm pedir-nos contas a nós sobre matérias relacionadas com a organização da Proteção Civil? Oh Senhor Presidente, estão na Câmara desde 2007 e 7 anos depois, em 2014, lembraram-se de uma Taxa que, pasme-se, era inconstitucional! Oh Senhor Presidente e então é a nós que nos atira as matérias da legitimidade? Oh Senhor Presidente não lhe aceito, desculpe!”-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Senhor Presidente se quer reagir muito rapidamente faça o favor.”-----

----- **O Senhor Presidente da Câmara**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -

----- “Quero, Senhora Presidente, quero reagir para...”-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Eu chamo a atenção que estamos a abrir uma exceção porque não está prevista na defesa da honra a resposta da Câmara.”-----

----- **O Senhor Presidente da Câmara**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -

----- “Está prevista sim senhor.”-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Então deve estar e eu não estou a ver bem, mas pode reagir, se faz favor.”-----

----- **O Senhor Presidente da Câmara**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -

----- “Não, não Senhora Presidente e faço muita questão, porque quero que o Deputado Luís Newton saia daqui com a sua honra revigorada.-----

----- Só não respondeu a uma questão onde é que estão os vales, as inconstitucionalidades que foram durante os governos PSD? É porque ninguém recebeu vales nenhuns! -----

----- Não Senhor Vereador, o que aconteceu é que os Senhores adotaram uma política não de fazer aquilo que era natural fazer, que era ter aumentado os encargos fiscais e decidiram por uma opção ideológica cortar no funcionalismo público e nos pensionistas, porque era a despesa do Estado, porque queriam ideologicamente encurtar o Estado, foi essa a vossa opção! Assuma a vossa opção! -----

----- Oh Senhor Deputado, eu não lhe estou a pedir, eu sobre responsabilidades nunca me furtei às minhas e não me furto nada, aliás, eu apresentei aqui e defendi a Taxa de Proteção Civil, como bem se lembra, com toda a frontalidade e eu não furtarei a apresentar as soluções necessárias, eu só gostarei de ouvir, aliás, é o novo PSD que o Senhor Deputado quer encarnar a vir resolver um problema que a Cidade tem! -----

----- É que ao contrário do que o Senhor Deputado diz a Taxa de Proteção Civil foi criada no Parlamento Português, Parlamento veja bem, em que o PSD não se opôs! Não, não, Senhor Vereador, não foi a de Lisboa! Senhor Deputado, não foi a do Parlamento. -----

----- No Parlamento, o Parlamento Português disse aos Municípios “financiem a Proteção Civil por Taxas” e o que o Acórdão de Lisboa mostrou no seguimento do Acórdão de Gaia e consubstanciado no Acórdão de Setúbal é que o que está em causa

não é forma como nós desenhamos a Taxa de Lisboa, o que está em causa é a existência de Taxas de Proteção Civil, diz, aliás, o Acórdão algo muito interessante, não é o facto de a Lei classificar com Taxa que a natureza objetiva do tributo é uma Taxa, ora o que significa que 12 anos depois está a ser analisada a constitucionalidade efetiva da Lei, não em concreto de uma taxa específica e por esse o Senhora Deputado com a mesma responsabilidade que tivemos na criação da Taxa, nós vamos enfrentar o desafio do financiamento da Proteção Civil e eu estou ansioso por ver o novo PSD e o novo CDS nesse debate, já suspeito que é que vai acontecer, mas tem sempre campo para me surpreender. Muito obrigado.”-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- Muito obrigada Senhor Presidente, de facto a Câmara tem a faca e a possibilidade de responder em defesa da honra, está previsto no Regimento, não tenho problema nenhum.-----

----- Temos o Senhor Deputado Modesto Navarro inscrito ainda no seu tempo, está o Senhor Deputado Luís Newton inscrito ainda no seu tempo, tem 42 segundos. Temos finalmente o Senhor Vereador que me pede para poder usar da palavra em contraprotesto, que nos termos Regimentais, não tem necessidade de ser no tempo da Câmara, nem com a anuência do Senhor Presidente, é simplesmente protesto ou contraprotesto, portanto, esta é a interpretação que a Mesa faz e assim faremos.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Modesto Navarro (PCP)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Senhor Presidente da Câmara, tem que aprender a respeitar as decisões da Assembleia da República, porque depois das decisões da Assembleia da República há a sua aplicação e os Senhores inventaram aqui em Lisboa a Taxa Municipal de Proteção Civil para substituir a antiga Taxa de Conservação de Esgotos que, por imposição legal foi incluída no tarifário de água e conseqüentemente extinta.-----

----- Mas acha que tem capacidades políticas? Tem algumas, recomeçamos, mas não tem as suficientes para meter os dedos pelos olhos dentro de toda a gente!-----

----- Na Assembleia da República faz-se uma Lei, depois a aplicação depende de cada Município e como sabe, ou devia saber, há de volta de dez Municípios aderiram, entre as quais a Câmara de Lisboa e nós avisámos.-----

----- Nós votámos sempre contra e os Senhores sempre defenderam aqui na Assembleia Municipal e na Câmara a Taxa, que era ilegal, portanto, assumam essa responsabilidade, não se oculte atrás de uma Taxa que foi, de facto, de Setúbal em relação a indústrias poluentes e perigosas, em que em que organizou forma de apoiar essas, mas é ilegal! É ilegal e portanto vai ser retirada e vai ser paga, mas vai ser o Município de Setúbal que vai decidir! Não é o Senhor Presidente da Câmara de Lisboa nem Senhor Engenheiro, nem o Senhor Vereador das Finanças que vão decidir a forma democrática como nós vamos exercer o poder em Setúbal!-----

----- De uma vez para sempre abandonem essa ideia de se ocultarem atrás daquilo que não existe e que vocês inventam para ocultar a ilegalidade que cometeram, assumam-na! Ouça, assumam-na! Ouça, assumam-na, o Senhor Vereador das Finanças tinha

uma ideia e disse-o em Conferência de Representantes diferente da do Senhor Presidente, que era pague-se, não foi? É a verdade que disse, portanto, vejam lá se acertam, se acertam de vez para resolver o problema que nós propomos, é tentar de forma legal estudar as situações, pedi os Pareceres, pedir a intervenção dos Órgãos necessários para resolver essa questão, é essa a sua obrigação porque são o Executivo e é a Assembleia Municipal que está a recomendar isso!”-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “ Muito obrigada Senhor Deputado.-----

----- Senhores Deputados, agora temos ainda o Senhor Deputado Luís Newton, que tem 42 segundos, não sei se alguém lhe dá tempo para poder usar da palavra, Senhor Deputado Luís Newton pediu para usar da palavra no seu tempo, se faz favor.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Luís Newton (PSD)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Senhora presidente, uma vez mais só para prestar aqui um esclarecimento ao Presidente e os Senhores Vereadores e aos Senhores Deputados que estão muito apoquentados com esta história! Eu quero-vos dar conta do seguinte: há vários PSD, não há um PSD, há vários PSD!...” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra continuou: -

----- “ Senhores Deputados, o Senhor Deputado está a dar uma explicação, façam o favor de o ouvir.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Luís Newton (PSD)** no uso da palavra prosseguiu a sua intervenção: -----

----- “Há vários PSD e essa é riqueza do PSD, Senhor do Senhor Presidente, somos vários, como dizia um cartaz do PSD “hoje somos muito amanhã seremos milhões”, já somos milhões, Senhor Presidente e sabe que o e sabe qual é a característica extraordinária? É que é da riqueza da pluralidade que nasce o verdadeiro desenvolvimento e não do pensamento único! Portanto, nós não achamos que haja só um PS, Senhor Presidente, aliás, em bom rigor agora há um PS-BE, que é esta nova dimensão da esquerda unida, mas eu quero dizer o seguinte Senhor Presidente, que fique claro, o Senhor Presidente tem sempre a mania de dizer, não há um velho e não há um ano, não há um PSD daqui de acolá, há vários PSD, há várias pessoas que pensam em social-democracia, há várias pessoas pensam a Cidade, há várias pessoas pensam o País e mais importante, Senhor Presidente, quero-lhe dizer isto... -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra continuou: -

----- “ Senhor Deputado, acabou o seu tempo!” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Luís Newton (PSD)** no uso da palavra prosseguiu a sua intervenção: -----

----- “ Senhora Presidente, só para terminar porque Senhora Presidente eu peço desculpa mas tem sido constante, a dada altura quando se esgotam os argumentos nesta casa começa-se a atirar pedras aos PSD e temos muito orgulho, temos muito orgulho, Senhor Presidente, em termos várias vozes, várias reflexões e porque é isto que faz o PSD mais rico e mais útil à sociedade lisboeta e ao País. Muito obrigado.” ---

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- Muito obrigada Senhor Deputado.-----

----- Finalmente, creio que então o Senhor Vereador tem a palavra, pedia para ser sucinto, na medida do possível.” -----

----- **O Senhor Vereador da Oposição João Pedro Costa (PSD)**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado, Senhora Presidente, queria antes de mais agradecer a diligência e espírito democrático como permitiu que eu usasse da palavra!-----

----- Queria deixar uma nota prévia, é que o PSD não precisa de autorização de ninguém para tomar a palavra no que respeita à defesa dos interesses da Cidade! -----

----- No que respeita a esclarecimentos que quero deixar aqui presentes, foi pelo Senhor Vereador João Paulo Saraiva referida a Moção apresentada pelo PSD na Sessão de Câmara de 20 de dezembro passado e eu quero deixar nota que esta Moção tinha três pontos e os dois primeiros pontos não foram aprovados, com um voto contra do Partido Socialista e salvo erro do Bloco de Esquerda e esses dois pontos, quero deixar bem frisado aqui para que se saiba, o primeiro indicava que a Câmara devia proceder à devolução da Taxa Municipal de Proteção Civil sem manifestação prévia dos interessados, quer isto dizer que o PSD entendia nessa altura e foi apoiado pelos mais Partidos da oposição, que os lisboetas que pagaram a Taxa Municipal de Proteção Civil não precisavam de manifestar previamente vontade para receber esta taxa. -----

----- E o Senhor Presidente da Câmara entendia o contrário, dizia que não podia pagar e que só pagaria após todos os lisboetas manifestarem essa vontade! Ora o que aconteceu foi que depois de votar contra a Moção do PSD foi exatamente isso que foi fazer e muito bem, fez como devia ter feito e não faz diferença não tenha votado favoravelmente porque seguiu as nossas indicações e o ponto dois, já agora para que fique bem claro também, proponha que a devolução fosse feita pelo envio de cheque para casa de cada um dos Municípios que tinha pago a Taxa Municipal de Proteção Civil sabendo, obviamente, que haveria situações excecionais de pessoas mudaram de casa, etc., que este modelo não poderia funcionar, mas que a regra fosse o envio de cheque para casa de cada um dos lisboetas! Pois este ponto dois mereceu também o voto contra do Partido Socialista porque o Senhor Presidente dizia que “não era possível enviar os cheques para casa das pessoas”.-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra continuou: -

----- “Oh Senhor Vereador, eu peço desculpa, pode esclarecer os seus pontos, mas não pode trazer para aqui a discussão que se passou na Câmara Municipal, se alguém o tivesse insultado... Certo.” -----

----- **O Senhor Vereador da Oposição João Pedro Costa (PSD)**, no uso da palavra, prosseguiu a sua intervenção: -----

----- “Senhora Presidente, foi invocada a Moção de 20 de dezembro e foi incorretamente invocada.” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra continuou: -

----- “ Foi incorretamente referido, o Senhor Deputado já o esclareceu, o assunto está esclarecido. Muito obrigado.”-----

----- **O Senhor Vereador da Oposição João Pedro Costa (PSD)**, no uso da palavra, prosseguiu a sua intervenção:-----

----- “Segundo ponto, o PSD tem uma única posição é que é devida aos lisboetas o pagamento dos juros da Taxa Municipal de Proteção Civil.-----

----- Já foi anunciado na última Sessão de Câmara que o PSD vai enviar para a Provedoria de Justiça esta questão do pagamento dos juros, é o PSD no seu todo, a Concelhia, a Assembleia Municipal, Vereação, Militantes de base que exercem a sua voz, o PSD plural, que nós percebemos que esta questão deixa o Senhor Presidente azedo, que deixa o Senhor Presidente zangado, que no fundo se não fosse a pronúncia do Tribunal Constitucional continuaria hoje e em 2019 e em 2020 a cobrar esta Taxa e, portanto, esta é uma matéria que nos divide e sobre a qual não há consenso possível! Muito obrigado.”-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra continuou: -

----- “ Muito obrigada Senhor Vereador.-----

----- Senhores Deputados, creio que chegámos ao fim, não vejo mais pedidos de palavra? O Senhor Vereador do PCP diz que não é Regimental, nós na Mesa estivemos a ver e foi invocado o Artigo 53 n.º 2, alínea c) que permite os protestos e contraprotostos dos Vereadores, independentemente da anuência.-----

----- Eu peço desculpa, nós invocámos o Regimento, o Senhor Vereador que pode considerar isso mas não é o Senhor Vereador que pode impugnar a Mesa, se a sua Bancada quiser impugne na nossa interpretação, mas portanto eu peço para estarem atentos, porque nós fizemos aqui uma interpretação, a Mesa interpreta o Regimento, se interpretou mal lamento, interpretámos em benefício do debate democrático.-----

----- A próxima vez se os Senhores entenderem que estamos a interpretar mal, façam o favor, falam com as vossas Bancadas, as vossas bancadas rapidamente impugnam a interpretação da Mesa, a Mesa não é infalível, como é evidente!-----

----- Este assunto está em termos de debate esgotado... O Bloco de Esquerda pede a palavra para? Eu não percebi, para que efeitos é que pedem a palavra? Espere lá um bocadinho, primeiro vamos votar e depois pedirão a palavra para o que querem pedir. -

----- Vamos votar agora os vários documentos que temos aqui na Mesa para votar e eu peço a vossa atenção, Senhores Deputados.-----

----- Vamos votar em primeiro lugar a Recomendação n.º 12/02, apresentada pelo PSD com o título “Devolução aos lisboetas da Taxa Municipal de Proteção Civil com juros”. Quem vota contra? Votos contra do BE, do PS...-----

----- Por pontos, deviam ter pedido mais cedo, mas voltamos atrás. Vamos voltar ao princípio estamos a falar da primeira Recomendação que foi apresentada pelo PSD, tem dois pontos. O primeiro ponto pede que a Assembleia Municipal delibere recomendar à Câmara que a Taxa Municipal ilegalmente cobrada, conforme reconhecido pelo Tribunal Constitucional seja devolvida com juros indemnizatórios de forma... Desculpe lá.”-----

----- **O Senhor Primeiro-Secretário da Assembleia Municipal, Rui Paulo de Figueiredo**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----
----- “ Senhor Deputados, se em vez de gestos usarem os telefones é mais prático!” -----
----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----
----- “É impossível presidir aos Trabalhos assim, pois claro! Há que utilizar os telefones!”-----
----- **O Senhor Primeiro-Secretário da Assembleia Municipal, Rui Paulo de Figueiredo**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----
----- “ Senhor Deputado Luís Newton, o que é que pretende?” -----
----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----
----- “Se é sobre a votação a gente suspende imediatamente.” -----
----- **O Senhor Primeiro-Secretário da Assembleia Municipal, Rui Paulo de Figueiredo**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----
----- “ Microfone ao Senhor Deputado Luís Newton, por favor.” -----
----- **O Senhor Deputado Municipal Luís Newton (PSD)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----
----- “Senhora Presidente, só dar nota que o PSD assume como válidas as declarações do Senhor Vereador das Finanças.” -----
----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----
----- “ Senhor Deputado, desculpe, estávamos já em votação, já terminou.” -----
----- **O Senhor Deputado Municipal Luís Newton (PSD)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----
----- Mas deixe-me terminar Senhora Presidente.”-----
----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----
----- “ Não Senhor Deputado, já estávamos em período de votação, não pode voltar a introduzir a discussão!”-----
----- **O Senhor Deputado Municipal Luís Newton (PSD)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----
----- “ Mas eu não estou a introduzir a discussão, estou a intervir, se me ouvir até ao fim vai perceber!”-----
----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----
----- “ Senhor Deputado, quando eu anuncio uma votação o Senhor Deputado pode interpelar o que é que estamos a votar.”-----
----- **O Senhor Deputado Municipal Luís Newton (PSD)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----
----- “ A minha intervenção é por causa do Ponto 2 da nossa Recomendação. O que eu estava a dizer era, se a Senhora Presidente me permitir, que o PSD entende como válidas as declarações que o Senhor Vereador das Finanças prestou na Conferência de

Representantes, portanto, deixando de fazer sentido o Ponto 2, porque na altura os esclarecimentos prestados pelo Senhor Vereador são no sentido contrário daquilo que tinha sido anunciado na comunicação social, portanto e acho que é uma questão de coerência, nós retiramos o Ponto 2, porque o Senhor Vereador disse que não estão a impor esse modelo, estão a propor esse modelo, se dá opção aos Municípios de escolha então nós retiramos o Ponto 2.”-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “É de facto uma interpretação sobre a votação. Há uma retirada do Ponto 2 da Recomendação, eles não estão numerados, são dois pontos com uma bolinha negra, portanto é o primeiro ponto apenas que vamos votar e que eu já li aqui. Portanto, vamos por à votação este primeiro ponto apresentado pela Recomendação do PSD. ----

----- **O Ponto 1 da Recomendação nº 12/02 (PSD) –“ Devolução as lisboetas da Taxa Municipal de Proteção Civil com Juros”** foi **rejeitado**, votos contra do BE, 8 IND e PS, abstenções do PCP, PEV e PAN, votos a favor do PSD, CDS-PP, MPT e PPM.-----

----- Vamos agora passar para a votação da Recomendação 12/22, apresentada pelo BE, esta Recomendação solicita duas coisas, têm-na presente, solicita que se peçam Pareceres sobre esta matéria a entidades externas e caso hajam Pareceres de entidades públicas de âmbito nacional, ou em caso de alteração legislativa de proceda à devolução dos juros indemnizatórios.-----

----- Alguém pede a separação em pontos? Há uma dúvida ainda na Bancada do PSD, não há dúvida? Podemos pô-la à votação, a Recomendação do BE.-----

----- **Recomendação nº 12/22 (BE) – “Pela eventual devolução das quantias pagas a título de Taxa Municipal de Proteção Civil com juros indemnizatórios”** foi **rejeitado**, votos contra de 8 IND, PS e PSD, abstenções do PCP, PEV e PAN, votos a favor do PSD, CDS-PP, MPT e PPM.-----

----- O Grupo Municipal do CDS-PP indica que quer fazer uma declaração de voto, sobre esta Recomendação.”-----

----- **O Grupo Municipal do CDS-PP** apresentou, posteriormente, a seguinte **Declaração de Voto:**-----

-----“*Declaração de Voto sobre a Recomendação 12/22 do Bloco de Esquerda, pela eventual devolução das quantias indevidamente pagas a título da TMPC com juros indemnizatórios.*-----

----- *Os Deputados Municipais do CDS-PP, declaram que se abstiveram na votação acima referenciada por considerarem que:*-----

----- *O BE, à semelhança de moção apresentada em sede de Câmara Municipal, insiste em protelar a pagamento de juros indemnizatórios a todos os pagantes da taxa municipal de proteção civil.*-----

----- *Embora não tenhamos nada contra a solicitação de pareceres, importa ter em conta que votação da presente recomendação decorre após a emissão de dois pareceres pelo Departamento Jurídico do Município.*-----

----- Assim, o CDS entende que se encontram reunidas as condições para se processar o pagamento, considerando que a propositura do BE vem, factualmente, protelar o inevitável.”-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra continuou: -
----- “Vamos pôr agora em votação a Recomendação nº. 12/23, do PSD.-----

----- **Recomendação nº 12/23 (PSD) – “Pela reposição da confiança nos serviços Municipais”** foi **rejeitada**, votos contra de PCP, BE, PEV, 8 IND e PS, não há abstenções, votos a favor do PSD, CDS-PP, PPM, MPT e PAN.-----

----- Vamos pôr agora à vossa votação a Moção conjunta do BE, PS, e IND e por fim poremos à votação a Recomendação do PCP.-----

----- Quanto à Recomendação é só o primeiro ponto que vamos pôr à votação, o primeiro ponto da Moção, o segundo ponto, que é de encaminhamento não é necessário votar, será encaminhado se ela for aprovada e vamos pôr à votação esta Moção.-----

----- **Ponto da Moção nº 12/06 (PS, BE e IND) – “Pela garantia do pagamento de juros indemnizatórios em caso de declaração de inconstitucionalidade com força obrigatória geral de norma tributária”** foi **aprovada por maioria**, não tem votos contra, abstenções do PSD e PAN, votos a favor do PS, PCP, CDS-PP, BE, PPM, MPT, PEV e 8 IND.-----

----- Esta Moção será encaminhada devidamente às entidades aqui referidas.-----

----- Vamos pôr em votação agora a Recomendação do PCP.-----

----- **Recomendação 013/02 (PCP) – “Ressarcir os municípios dos prejuízos causados pela taxa de proteção civil; foi rejeitada**, votos contra 8 IND e PS, abstenções do PSD e PAN, votos a favor do PCP, BE, CDS-PP, PPM, MPT e PEV.-----

----- Senhores Deputados, há várias Declarações de Voto. Há uma Declaração de voto escrita e entregue na Mesa pelo PAN, que é pelo conjunto dos documentos. O Bloco de Esquerda quer fazer Declaração de Voto oral, na Bancada e fará uma declaração de voto por escrito, o CDS-PP fará uma Declaração de Voto por escrito e então o microfone ao Senhor Deputado Luís Newton para a Declaração de Voto.”-----

----- **O Deputado Municipal Luís Newton (PSD)** apresentou, oralmente, a seguinte **Declaração de Voto:**-----

----- “*Senhora Presidente, dar nota de que a votação do Partido Social Democrata em relação à Proposta 012/22 do BE foi uma votação contra porque nós somos contra eventuais devoluções, nós somos a favor de devoluções efetivas.*-----

----- *Abstivemo-nos na Moção do PCP de ressarcir os municípios dos prejuízos causados pela Taxa Municipal da Proteção Civil porque na parte deliberativa o objeto do nosso ponto de vista era redundante, portanto, era a execução daquilo que nos parece particularmente evidente.*-----

----- *No que diz respeito à Moção do Bloco de Esquerda, conjunta com o PS e com os Deputados Independentes nós também nos abstivemos porque entendemos que uma vez mais não há a preocupação de assegurar este processo atual e, portanto, aqui não há nada que contribua positivamente para o problema que está agora em discussão. Muito obrigado.*”-----

----- **O Grupo Municipal do Bloco de Esquerda** apresentou, posteriormente, a seguinte **Declaração de Voto:**-----

----- “Referente à Recomendação 012/02 (PSD) – “Devolução aos Lisboaetas da Taxa Municipal de Proteção Civil com Juros” e à Recomendação 012/23 (PSD) – “Pela reposição da confiança nos serviços municipais”-----

----- As propostas do Grupo Municipal do PSD em epígrafe não podem merecer o voto favorável do Grupo Municipal do Bloco de Esquerda na medida em que as mesmas têm duvidoso acolhimento legal, conclusão que de resto se extrai dos pareceres jurídicos dos serviços da Câmara Municipal que foram em tempo distribuídos – e dos quais resulta igualmente a responsabilidade financeira que poderá recair sobre quem assim decida – e bem assim de diversos Acórdãos do Supremo Tribunal Administrativo. Registe-se, aliás, que os Vereadores do PSD na Câmara Municipal de Lisboa também não assumiram este caminho, votando aliás contra uma proposta dos Vereadores do CDS e aderindo a proposta do Vereador do Bloco de Esquerda, no mesmo sentido das propostas do Bloco de Esquerda neste debate. -----

----- O Grupo Municipal do PSD apresentou assim uma proposta cujos contornos legais são mais que duvidosos, a exemplo da revogação da Taxa Municipal de Proteção Civil que defenderam e que poderia privar os contribuintes do ressarcimento das quantias entretanto pagas, erro que hoje foi assumido pela bancada do PSD.-----

----- Ao contrário, o Grupo Municipal do Bloco de Esquerda veio a este debate, defender a alteração da Lei Geral Tributária e o pagamento de juros relativamente às quantias indevidamente pagas de Taxa Municipal de Proteção Civil num quadro de apreciação da sua legalidade, postura inerente à responsabilidade que lhe é exigida. -----

----- A postura do Grupo Municipal do PSD mais não é que uma manobra política ou uma espécie de prova de vida, que apenas não se rotula de irresponsável por o próprio Grupo Municipal do PSD nunca ter pensado que a mesma resultasse vencedora. -----

----- Por último, destacar a infelicidade do título da Recomendação 012/23 (PSD) – “Pela reposição da confiança nos serviços municipais”, na medida em que a mesma põe em causa os serviços e respetivos trabalhadores e não os decisores políticos, numa senda persecutória a que o PSD já tem habituado os trabalhadores e funcionários públicos.”-----

----- **O Grupo Municipal do PAN** apresentou, posteriormente, a seguinte **Declaração de Voto:**-----

----- “Nos termos do n.º 4 do Artigo 63º do Regimento da Assembleia Municipal de Lisboa, o Grupo Municipal do PAN vem apresentar a seguinte declaração de voto relativamente à Recomendação 012/02(PSD) – Devolução aos Lisboaetas da Taxa Municipal de Proteção Civil com Juros, à Recomendação 012/22(BE) - Pela eventual devolução das quantias indevidamente pagas a título de Taxa Municipal de Proteção Civil com juros indemnizatórios, à Recomendação 012/23(PSD) - Pela reposição da

confiança nos serviços municipais e à Moção 012/06(PS/BE/IND) - Pela garantia do pagamento de juros indemnizatórios em caso de declaração de inconstitucionalidade com força obrigatória geral de norma tributária: -----

----- De acordo com o parecer da Divisão de Execuções Fiscais do Departamento Jurídico da Câmara Municipal de Lisboa, fica restringida a obrigação de pagamento de juros indemnizatórios aos sujeitos passivos que hajam reclamado e/ou impugnado judicialmente as liquidações, ou ainda no caso de a Câmara Municipal não processar a respetiva nota de crédito no prazo de 30 dias após a anulação dos atos de liquidação. -----

----- Com efeito e fora os casos de anulação do ato de liquidação por iniciativa da autoridade tributária, nesse caso pelo Município, julgamos que o pagamento dos juros indemnizatórios estará sempre dependente de uma relação controvertida entre o sujeito passivo e aquela, sob pena de falta de enquadramento legal para se proceder ao respetivo pagamento. -----

----- No entanto e apesar de se entender não ser possível proceder ao pagamento dos juros indemnizatórios em obediência ao princípio da legalidade, não se deverá por força dos demais princípios que deverão pautar a atuação da administração pública, designadamente dos princípios da igualdade, da proporcionalidade e da boa-fé, criar nos particulares a perceção de uma desresponsabilização por parte da administração tributária, neste caso do município, que simultaneamente aprovou as normas agora julgadas inconstitucionais e liquidou os tributos ao abrigo de tais normas. -----

----- Assim sendo e no que toca à Recomendação 012/02 (PSD) – Devolução aos Lisboetas da Taxa Municipal de Proteção Civil com Juros, sem prejuízo da questão de princípio com a qual concordamos, ao fundamentar a pretensão do pagamento dos juros indemnizatórios no disposto no artigo 100.º da LGT, julgamos que peca por insuficiente fundamentação, razão pela qual nos abstermos. -----

----- No tocante à Recomendação 012/23 (PSD) - Pela reposição da confiança nos serviços municipais, defende-se a responsabilidade da Câmara Municipal em indemnizar os danos provocados aos munícipes, competindo-lhe repor a situação que existiria se os atos de cobrança nulos não tivessem sido praticados, compreendendo essa reposição o pagamento de juros indemnizatórios. -----

----- Fundamentam tal pretensão no disposto no artigo 70.º conjugado com o artigo 102.º ambos do Código de Procedimento e Processo Tributário, uma vez que a reclamação graciosa e a impugnação judicial de atos que tem como fundamento a sua nulidade, poderá ser apresentada a todo o tempo, pelo que serão totalmente irrelevantes as considerações tecidas na Informação n.º 126/SG/DEF/2018, relativamente à alegada inércia dos munícipes. -----

----- Ora e sem prejuízo dos argumentos de direito aduzidos na referida recomendação, os quais não são suficientemente claros, não podemos deixar de concordar com a faculdade cometida aos sujeitos passivos de agora apresentar reclamação ao abrigo do disposto no n.º 1 conjugado com o n.º 4 do artigo 70.º do Código de Procedimento e Processo Tributário, no qual se prevê que a reclamação graciosa possa ser deduzida com os mesmos fundamentos previstos para

a impugnação judicial, em caso de documento ou sentença superveniente, bem como de qualquer outro facto que não tivesse sido possível invocar no prazo previsto no n.º 1, contando-se o mesmo a partir da data em que se tornou possível ao reclamante obter o documento ou conhecer o facto.-----

----- *Com efeito, não podemos deixar de considerar que a inconstitucionalidade agora declarada pelo Tribunal Constitucional constitui um facto superveniente, na aceção daquele que ocorre ou é desculpavelmente conhecido depois do momento até ao qual devia ter sido alegado, deixando por esta via aberta a possibilidade de ressarcimento dos juros em questão, matéria sobre a qual o parecer do Departamento Jurídico não se pronunciou e o deveria ter feito.*-----

----- *Por este motivo votamos favoravelmente a referida Recomendação 012/23 (PSD) e bem assim a Recomendação 012/22 (BE), designadamente na parte em que recomenda a solicitação de pareceres a entidades externas sobre a possibilidade de proceder ao pagamento de juros indemnizatórios aos sujeitos passivos e bem assim, sobre a questão da eventual responsabilidade financeira dos responsáveis que aprovelem ou procedam ao pagamento de juros compensatórios.*-----

----- *Por último e no que toca à Moção 012/06 (PS/BE/IND) apresentada no sentido de solicitar ao Governo e à Assembleia da República para que tomem medidas com vista ao reconhecimento do direito dos contribuintes a juros indemnizatórios, sempre que os mesmos decorram da anulação de atos tributários em função da declaração de inconstitucionalidade das normas que os fundam, preferencialmente através de lei interpretativa ao artigo 43.º da Lei Geral Tributária, considerámos o seguinte:*-----

----- *Não obstante termos considerado a possibilidade de eventualmente haver lugar ao pagamento dos juros indemnizatórios, desde que se fundamentasse tal pretensão no disposto no n.º 4 do artigo 70.º do Código de Procedimento e Processo Tributário, matéria sobre a qual deveria ser solicitada a emissão de parecer a entidade externa, consideramos que a Moção em análise pecava pelo seguinte.*-----

----- *Com efeito a interpretação do n.º 1 do artigo 43.º da Lei Geral Tributária pode por em causa, conforme vem alegado na moção, o disposto no artigo 18.º, n.º 2 da Constituição da República Portuguesa, por violação do Princípio da Proporcionalidade, na medida em que o ónus de impugnação e os custos que lhe estão associados podem superar o próprio valor do tributo liquidado com base em normas inconstitucionais e bem assim o artigo 282.º da Constituição da República Portuguesa, na medida em que ao negar o direito aos juros indemnizatórios, está a por em causa a reconstituição da situação que existiria caso a norma inconstitucional nunca tivesse vigorado.*-----

----- *Contudo e para além da chamada “interpretação doutrinal” que o intérprete estará apto a fazer, existe a possibilidade de existindo dúvidas acerca do sentido e alcance de uma lei anterior, o legislador deter competência para lhe fixar o sentido e alcance através de uma nova lei: a chamada lei interpretativa, tal como vem proposto e aqui estaremos perante uma “interpretação autêntica”.*-----

----- *Contudo e para que a lei nova possa ser verdadeiramente interpretativa são necessários os seguintes requisitos: que a solução do direito anterior seja*

controvertida ou incerta e que a solução estatuída pela nova lei, se enquadre no quadro da controvérsia, e cujo conteúdo seja tal, que o julgador ou intérprete a ela pudessem chegar, sem ultrapassar os limites típicos impostos à interpretação e à aplicação da lei.-----

----- *Ora se o julgador ou o intérprete, em face dos textos antigos, não podia sentir-se autorizados a adotar a solução que a lei nova vem consagrar, então, esta lei é inovadora, apesar de formalmente interpretativa.* -----

----- *Assim dúvidas subsistiam em que, o reconhecimento do direito dos contribuintes a juros indemnizatórios, decorrentes da anulação de atos tributários em função da declaração de inconstitucionalidade das normas que os fundam, pudesse corresponder ao pensamento legislativo que esteve subjacente à definição da previsão normativa do artigo 43.º da Lei Geral Tributária, e que fundamentasse uma lei interpretativa conforme vinha proposto.* -----

----- *Assim consideramos que a solução mais correta e coerente que acautelava o pagamento de juros e que não colidia com o princípio da não retroatividade da lei fiscal, previsto no n.º 3 do artigo 103.º da CRP, uma vez que o era em benefício do sujeito passivo, seria o de uma Lei nova a que fosse atribuída eficácia retroativa, contudo e ainda assim votámos a favor da referida Moção.”*-----

----- **O Grupo Municipal do PCP** apresentou, oralmente, a seguinte **Declaração de Voto:**-----

----- “Nos termos e para os efeitos do n.º 4 do Artigo 63º do Regimento da Assembleia Municipal de Lisboa, o Grupo Municipal do PCP apresenta a seguinte declaração de voto: -----

----- Na apreciação conjunta das seguintes propostas:-----

----- *Recomendação 012/02 (PSD) – Devolução aos Lisboaetas da Taxa Municipal de Proteção Civil com Juros, nos termos da mesma e ao abrigo do disposto na alínea e) do n.º 1 do art.º 47.º e da alínea a) do n.º 2 do art.º 48.º, ambos do Regimento; Recomendação 012/22(BE) - Pela eventual devolução das quantias indevidamente pagas a título de Taxa Municipal de Proteção Civil com juros indemnizatórios, Recomendação 012/23(PSD) - Pela reposição da confiança nos serviços municipais, Recomendação 013/02 (PCP) - Ressarcir os munícipes dos prejuízos causados pela Taxa Municipal de Proteção Civil, e Moção 012/06(PS/BE/IND) - Pela garantia do pagamento de juros indemnizatórios em caso de declaração de inconstitucionalidade com força obrigatória geral de norma tributária.* -----

----- *O Grupo Municipal do PCP absteve-se na Recomendação 012/02 (PSD) – Devolução aos Lisboaetas da Taxa Municipal de Proteção Civil com Juros e votou contra a Recomendação 012/23(PSD) - Pela reposição da confiança nos serviços municipais, porque é entendimento do PCP, que sempre se manifestou contra a existência da taxa municipal de proteção civil, em especial nos moldes em que a mesma foi criada pelo município de Lisboa, que os valores pagos indevidamente pelos munícipes devem ser devolvidos acrescidos dos respetivos juros, e que a Câmara Municipal de Lisboa deve desenvolver todos os procedimentos legais necessários para proceder ao pagamento dos juros devidos pelos montantes pagos*

pelos munícipes a título de taxa de proteção civil. Acresce dizer referir, que não nos vinculamos a opiniões jurídicas, que podem ser rebatidas por pareceres jurídicos, que podem ser rebatidos, como os que são já do nosso conhecimento, e que são contraditórios.” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigada Senhores Deputados. -----

----- Queria só informar os Senhores deputados em relação à Moção que foi aprovada, aliás, com uma votação bastante alargada e, naturalmente, a Mesa irá dar seguimento à Moção que está previsto, mas queria dizer aos Senhores Deputados na qualidade de Deputada da Assembleia da República eu própria irei fazer diligências como Deputada para que se concretize o que esta Assembleia Municipal aprovou, porque também tenho competência legislativa nessa matéria. -----

----- Vamos então agora por seguir, há um pedido de palavra do BE sobre a Ordem de Trabalhos. O Partido Comunista Português também apresentará uma Declaração de Voto escrita sobre o conjunto de votações que acabámos de fazer sobre a Taxa de Proteção Civil e agora sim o Senhor Deputado Rui Costa, do BE.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Rui Costa (BE)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Senhora Presidente, nós requeríamos à Mesa e ao Plenário a antecipação da discussão do Plano de Pormenor, da suspensão do Plano de Pormenor das Janelas Verdes e da renovação das medidas preventivas pela urgência que o mesmo tem, portanto, que se antecipasse face à discussão da Informação Escrita do Senhor Presidente.” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “A Ordem do Dia só pode ser alterada com o consentimento da Assembleia Municipal, esta matéria foi discutida na Comissão, foi a própria Comissão pediu urgência para que isto fosse agendado, o prazo para esta decisão é 7 de março e, portanto, hoje estamos em dia 6 como a Informação Escrita do Presidente é um período mais alargado dos nossos Trabalhos pergunto se alguém aos objeta a que se faça esta troca que se discuta já e se resolva já este ponto. -----

----- Não havendo objeções a Mesa pergunta, vamos ter já só a resolver isto, é uma coisa rápida, Senhor Presidente isto é muito rápido. -----

----- Senhor Presidente faça o favor.” -----

----- **O Senhor Presidente da Câmara**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -

----- “Senhora Presidente é só a informar que o Vereador Manuel Salgado não se encontra ainda aqui neste momento.” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Mas não é necessário ele estar presente, não é necessário!” -----

----- **O Senhor Presidente da Câmara**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -

----- “Se não for necessário muito bem.” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “ Senhor Presidente, houve consenso na Comissão e há consenso na aprovação e, portanto, penso que não há problema.”-----

----- **O Senhor Presidente da Câmara**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -

----- “Então Senhora Presidente, não tenho nada a opor.”-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “ O Senhor Vereador Manuel Salgado apenas pediu para que se fizesse um aditamento à Proposta no sentido de ficar retificado, eu tenho que procurar aqui o aditamento, no sentido de ficar esclarecido que isto é com vigor a partir de 7 de março, portanto, independentemente da data da publicação em Diário da República a data de entrada em vigor deve ser acrescentar no ponto 1 da Proposta “com efeitos a 7 de março e acrescentar no ponto 2 “a contar 7 de março”. Vê-se que isto é pacífico para todos e, portanto, não estando a Câmara aqui para apresentar a Proposta, vamos dar a palavra aos Estados que querem a intervir nesta discussão.”-----

----- **PONTO 7 - APRECIACÃO DA PROPOSTA 734/CM/2017 – REVOGAÇÃO PARCIAL E PRORROGAÇÃO DAS MEDIDAS PREVENTIVAS EM ÁREA ADJACENTE AO MUSEU NACIONAL DE ARTE ANTIGA, APROVADAS PELA DELIBERAÇÃO 28/AML/2016 (PROPOSTA 798/CM/2015) NOS TERMOS DA PROPOSTA E DOS ARTIGOS 137.º, N.º 1 E 141.º, N.OS 4 E 7 DO DECRETO-LEI N.º 80/2015, DE 14 DE MAIO, QUE APROVOU A REVISÃO DO REGIME JURÍDICO DOS INSTRUMENTOS DE GESTÃO TERRITORIAL; 2 X GRELHA BASE – 68 M.**-----

----- (A Proposta 734/CM/2017 fica anexada à a esta Ata como **Anexo VI** e dela faz parte integrante)-----

----- **PARECER DA 3ª. COMISSÃO PERMANENTE;**-----

----- (O Parecer da 3ª. Comissão fica anexada a esta Ata como **Anexo VII** e dela faz parte integrante)-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra continuou: -

----- “ Tem um Parecer da 3ª. Comissão que é do Senhor Deputado Fernando Ribeiro Rosa. O Senhor Deputado Fernando Rosa quer apresentar o Parecer sobre a questão das Janelas Verdes? Prescinda da apresentação do Parecer.-----

----- Lembro que também existe uma Recomendação que resulta das conclusões do Parecer e, portanto, essa depois teremos que a pôr à votação.-----

----- Vamos dar a palavra aos senhores Deputados que se inscreveram sobre esta matéria.”-----

----- **RECOMENDAÇÃO 012/21 (3ª CP) SOBRE A PROPOSTA 734/CM/2017 – “REVOGAÇÃO PARCIAL E PRORROGAÇÃO DAS MEDIDAS PREVENTIVAS EM ÁREA ADJACENTE AO MUSEU NACIONAL DE ARTE ANTIGA”;**-----

----- (A Recomendação 12/21 (3ª Comissão Permanente) fica anexada à a esta Ata como **Anexo VIII** e dela faz parte integrante)-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Modesto Navarro (PCP)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “ Muito obrigada Senhora Presidente, é muito rápido, para dizer que damos todo o nosso apoio à Proposta, só que desejamos que o Poder Central ou seja o Governo tome medidas para que não se passe este ano sem realmente arrancar com o processo e é isso que nós recomendamos, é que o Governo tome em atenção esta decisão da Assembleia Municipal. Muito obrigado.”-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal,** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “ Senhor Deputado, com certeza, mas eu penso que é exatamente esse o teor da Recomendação da Comissão e que nós iremos votar, exatamente, iremos votá-la a seguir à Proposta, se ela for aprovada.-----

----- Mais alguém se inscreveu nesta Proposta? Há um Senhor Deputado ou Deputada Municipal do CDS PP para inscrever-se sobre esta Proposta 734? A Senhora Deputada se faz favor.”-----

----- **A Senhora Deputada Municipal Margarida Penedo (CDS-PP)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Senhores Secretários, Senhor Presidente da Câmara, que o CDS tem muito gosto de ver aparecer por aqui, Senhores Vereadores, Senhores Deputados.-----

----- Estamos hoje a ponderar votar e o CDS, adianto já que vai votar favoravelmente a prorrogação de prazo de mais um ano, para vigorar um perímetro de medidas preventivas à volta do Museu de Arte Antiga, por motivos de elaboração de um Plano de Pormenor.-----

----- Quanto a isto não há muito a dizer, para além de que isto foi um pedido que foi feita há 2 anos, portanto, em fevereiro de 2016 e parece-nos que 2 anos teria sido tempo suficiente para fazer um Plano de Pormenor, executá-lo, discuti-lo, aprová-lo, pôr as entidades todos de acordo, porque para aquela área, para uma zona com aquelas características, seria suficiente e não seria necessário estar a pedir mais, mas como também entendemos que há o outro projeto que decorre ao mesmo tempo, que é o da Remodelação e Ampliação do Museu de Arte Antiga, compreendemos este pedido de extensão do prazo, apesar de não achamos que seja uma grande ideia que isto se perpetue.-----

----- Mas por outro lado, há outro aspeto que nós gostávamos de pedir a colaboração do Senhor Vereador que tem o pelouro destas matérias e não estando o Senhor Vereador Manuel Salgado aproveitamos até para deixar este pedido ao Senhor Presidente da Câmara, o Senhor Doutor Fernando Medina e que tem a ver com o seguinte: este projeto de alteração e de remodelação do Museu de Arte Antiga é uma coisa grande e é uma coisa que dá ideia de necessitar de verbas, isto é custa 2 euros nem 20 e, portanto, nunca a ouvimos neste processo todo ninguém explicar se estas verbas estão cabimentadas, se estão inscritas, onde é que isto está inscrito?-----

----- Porque o que nós vemos é em fim de novembro de 2017, portanto, há 4 ou 5 meses, o Senhor Diretor do Museu de Arte Antiga vir queixar-se para os jornais que

não tinha dinheiro! Portanto, que faltavam meios, recursos financeiros, recursos humanos, recursos administrativos, queixava-se que o Senhor Ministro da Cultura se tinha desinteressado lentamente do Museu e dizer uma coisa que já tinha dito um ano antes, é que tinha salas fechadas da exposição do Museu, porque não tinha vigilantes em número suficiente para, ora portanto, há falta de verbas por este lado, mas por outro lado parece que se prepara um projeto que vai custar imenso dinheiro a construir e nós não conseguimos compreender e gostávamos de compreender para que nós estivéssemos aqui a tomar decisões no ar. Estas verbas estão inscritas onde? Estiveram inscritas no Orçamento de Estado 2017? Isto é do Ministério da Cultura? Estão no de 2018? Prevê-se que venham a estar no de 2019? 2020?2050?São meios que vêm da Europa? São ajudas? O que é?”-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Senhora Deputada, peço desculpa de a interromper, mas essa matéria não é competência da Assembleia Municipal!-----

----- **A Senhora Deputada Municipal Margarida Penedo (CDS-PP)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Não é competência da Assembleia Municipal, nós não estamos a dizer que é competência da Assembleia Municipal, mas é importante saber-se que não estamos a falar aqui de um projeto que não se sabe muito bem, que não tem as bases que são necessárias que é o dinheiro que tem que aparecer e se existe se não existe, era bom que nós soubéssemos! Nós não estamos a acusar ninguém, mas estamos a pedir ajuda no sentido de termos esta informação, porque é importante. Obrigada.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Miguel Graça (IND)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito boa tarde Senhora Presidente da Assembleia, Senhor Presidente da Câmara.-----

----- Relativamente a esta Proposta relativa ao estabelecimento de medidas preventivas na área adjacente ao Museu Nacional de Arte Antiga gostaríamos de dizer o seguinte: estas medidas preventivas, de facto, vigoraram durante um prazo de 2 anos e faça a sua caducidade foi necessário este prolongamento e por isso é esta prorrogação e por isso a esta matéria foi naturalmente analisada pela 3ª. Comissão.-----

----- Na sequência desta apresentação a Comissão e também por algumas perguntas que foram colocadas pelos Deputados Municipais Independentes, pedimos esclarecimentos relativamente a esta Proposta, particularmente o que é que implicava esta nova imposição de medidas preventivas, pois que implicava uma redução da área de intervenção e quais é que seriam os edifícios que com esta redução ficariam fora destas medidas preventivas, assim como o respetivo cadastro e operações urbanísticas, que estavam ativas neste momento ou que tinham sido solicitadas.-----

----- Era antes de mais para saudar a Câmara pela pronta informação que disponibilizou, que eu acho que foi muito importante para esclarecer a própria Comissão a e também salientar que esta boa prática de envio da informação obtida em Comissão poderia ser complementada no futuro com o envio pronto, juntamente com

a Proposta, de informação deste tipo, isto é, se tivéssemos à partida quando existem entre todas estas mudanças a nível de Planos de Pormenor, operações urbanísticas, de quais são os seus impactos na respetiva área permitir-nos-ia a nós, aos Membros da 3ª Comissão, avaliar imediatamente isto, mas de qualquer maneira era para saudar a Câmara pela transparência e por toda a informação prestada neste processo. Muito obrigado.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Rui Costa (BE)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado Senhora Presidente, Senhor Presidente de Câmara, Senhores e Senhoras Vereadores, Senhoras e Senhores Deputados. -----

----- Em primeiro lugar o Bloco de Esquerda congratula-se com o envolvimento da Câmara Municipal de Lisboa em matéria de planeamento urbanístico no sentido de garantir a possibilidade de expansão do Museu Nacional de Arte Antiga, cujos préstimos para o país e também para o Município de Lisboa são, aliás, frequentemente assinalados na imprensa. -----

----- É uma necessidade que há de expansão face ao acervo e face ao número até de obras que têm reserva, mas queríamos também chamar a atenção para uma questão.-----

----- Em função da ampliação do Museu Nacional de Arte Antiga, já fomos confrontados com uma aquisição de um prédio, por permuta, bastante valorizado por um direito urbanístico adquirido e queremos dizer que vamos trazer a debate a esta Assembleia a questão dos direitos urbanísticos adquiridos. -----

----- Aqueles pedidos de informação prévia que se vão renovando sem que cumpram com a função social que está associada a esses direitos urbanísticos e ao direito de propriedade, manietando a capacidade de planeamento dos Órgãos do Município de Lisboa, nesse sentido achamos importante que se faça essa reflexão e, sobretudo, permitindo planear, de melhor forma a Cidade. -----

----- Quanto às considerações tecidas pela Senhora Deputada do CDS e com alguma razão, é preciso não esquecer, é preciso não esquecer que a competência de gestão do Museu Nacional de Arte Antiga e do seu próprio financiamento é ainda da Administração Central e que já agora que o estado calamitoso a que o Museu chegou em termos de pessoal e de falta de meios, com certeza que não se verificou só a partir de dezembro de 2015. Disse.” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal,** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “ Muito obrigada Senhores Deputado. Senhores Deputados a Mesa não regista mais pedidos de palavra para este ponto, sendo assim, vamos pôr à votação a Proposta 734. -----

---- Chamo a vossa atenção que ela tem uma pequena retificação, que eu vou voltar a lembrar, portanto, no ponto deliberativo nº. 1, no final do ponto deliberativo nº. 1 deve estar: “ proposta que dela faz parte integrante, com efeitos a 7 de março de 2018” e no ponto deliberativo número 2 deve ficar, também na parte final “a contar 7 de março de 2018”, isto é muito relevante para que as coisas produzam a sua eficácia. -

----- Não há dúvidas sobre isto vamos para a estação força 734 com esta alteração. -----

----- **Voto da Proposta nº 000/CM/2018 – ‘Apreciação da Proposta 734/CM/2017 – Revogação parcial e prorrogação das medidas preventivas em área adjacente ao Museu Nacional de Arte Antiga’.** A Proposta 734/CM/2017 foi **aprovada por unanimidade**, não há votos contra, não há abstenções, votos a favor do PS, PSD, CDS-PP, PCP, BE, MPT, PAN, PEV, PPM, 7IND. -----

----- (Não participou na votação 1 Senhor Deputado independente por não estar na Sala de Plenário) -----

----- **Voto da Recomendação nº 12/21 (3ª. Comissão Permanente)** relativa à Proposta 734/CM/2017. A Recomendação nº 12/21 foi **aprovada por unanimidade**, não há votos contra, não há abstenções, votos a favor do PS, PSD, CDS-PP, PCP, BE, MPT, PAN, PEV, PPM, 8IND. -----

----- O PPM pede para apresentar por escrito uma Declaração de Voto e haverá uma Declaração de voto do PEV. -----

----- **O Grupo Municipal do PPM** apresentou, posteriormente, a seguinte **Declaração de Voto:**-----

----- *“É com grande satisfação que vemos chegar à nossa Augusta Assembleia a proposta de ampliação do Museu Nacional de Arte Antiga. -----*

----- *Relembro aqui a recomendação nº 7 que o PPM apresentou a 18 de Setembro de 2012 e que foi aprovada por maioria, com os votos favoráveis de todos os grupos municipais e com os votos contra de 4 independentes, em que defendemos a reorganização de todo aquele espaço, dando a dignidade que o Museu merece.-----*

----- *Na proposta de hoje, nº 734/2017, pede-se a revogação parcial das medidas preventivas, revogação essa necessária para serem feitas as obras em causa e que está a chegar ao seu término, pelo que é imperioso votarmos favoravelmente hoje de forma a este processo andar com maior celeridade. -----*

----- *E, apesar de sermos obviamente favoráveis a esta ampliação, pois temos noção da importância deste museu e do seu acervo, e o papel que ele desempenha na divulgação cultural e patrimonial de todo o nosso país – ou não fosse o Museu Nacional de Arte Antiga o maior museu nacional e de maior representatividade, com grande prestígio internacional, não podemos deixar de alertar para o seguinte: -----*

----- *Os imóveis que se encontram na Avenida 24 de Julho e que estão em vista para a remodelação daquele espaço não podem ser deitados abaixo. Os planos de reestruturação e ampliação do museu deverão ter em conta que um dos edifícios é Prémio Valmor e Municipal de Arquitetura de 2009, de Gonçalo Byrne, e tem de ser preservado; -----*

----- *Como o projeto ainda está numa fase preliminar (é o pré-Programa do Masterplan MNAA), o desconhecimento em relação ao tipo de fachada é muito grande e preocupa-nos; além disso, os restantes edifícios visados mantêm uma linha de fachada característica daquela zona e, apesar de não serem edifícios arquitetonicamente considerados de valor patrimonial, são fundamentais para a composição do edificado no eixo da avenida. Retirando-os, estarão a descaracterizar mais uma artéria fundamental da cidade, pelo que recomendamos, pelo menos, a manutenção das fachadas.-----*

----- Deixamos, pois, o alerta; renovação e ampliação do museu sim, pois é fundamental; não deixem que se faça, contudo, outro mono de betão, pois não se coaduna com a zona envolvente e, muito menos, com a dignidade do museu nacional de arte antiga. -----

----- Desta forma o Grupo Municipal do PPM-Partido Popular Monárquico declara que vota a favor da proposta 734/2017. -----

----- **O Grupo Municipal do PEV** apresentou, posteriormente, a seguinte **Declaração de Voto:** -----

----- “ Na 13ª reunião da AML, do dia 6 de Março de 2018, o Grupo Municipal do Partido Ecologista Os Verdes votou a favor da Proposta nº 734/2017 – Aprovar a revogação parcial e a prorrogação das Medidas Preventivas em área adjacente ao Museu Nacional de Arte Antiga por motivo da elaboração do Plano de Pormenor de Reabilitação Urbana das Janelas Verdes, por considerar importantes as medidas aí previstas. -----

----- No entanto, Os Verdes salientam que esta proposta surge porque as medidas preventivas vigoraram durante dois anos e, até à data, ainda não foi concluído o Projeto para a ampliação do Museu Nacional de Arte Antiga, assim como o Plano de Pormenor de Reabilitação Urbana das Janelas Verdes, daí haver a necessidade de prorrogar por mais um ano essas Medidas Preventivas, sob pena de caducarem. -----

----- A partir do momento em que este Plano de Pormenor for aprovado pelos órgãos do Município, essas restrições ficarão “ad eternum” enquanto o plano vigorar e caberá à Administração Central assegurar a concretização da ampliação do Museu Nacional de Arte Antiga, tendo um ano para apresentar o projeto. -----

----- Por seu lado, também a CML terá o mesmo prazo para concluir o processo de elaboração do Plano de Pormenor de Reabilitação Urbana das Janelas Verdes, que deverá ter em consideração o projeto que vier a ser definido para a ampliação do Museu, bem como a definição de normas que regulem urbanisticamente as transformações que possam ocorrer nesta área da cidade. -----

----- Assim, o Grupo Municipal do Partido Ecologista Os Verdes votou favoravelmente a proposta em causa, assim como a recomendação da 3ª Comissão que previa que a Câmara diligenciasse junto da Administração Central no sentido de agilizar os procedimentos para a conclusão definitiva e célere do projeto para o Museu Nacional de Arte Antiga, e considera fundamental que o Plano de Pormenor de Reabilitação Urbana das Janelas Verdes seja apresentado.” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “ Vamos passar agora ao Ponto 1, tem a palavra o Senhor Presidente da Câmara.”

----- **PONTO 1 - APRECIACÃO DA INFORMAÇÃO ESCRITA DO PRESIDENTE DA CÂMARA, AO ABRIGO DA ALÍNEA C), DO N.º 2, DO ARTIGO 25.º DO REGIME JURÍDICO DAS AUTARQUIAS LOCAIS (RJAL), PUBLICADO EM ANEXO I À LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO, NA SUA REDAÇÃO ATUAL, E DA ALÍNEA E) DO N.º 2 DO ART.º 4.º DO REGIMENTO DA ASSEMBLEIA; GRELHA H – MÁXIMO 3H 20M;** -----

----- **O Senhor Presidente da Câmara**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -
----- “Senhora Presidente, Senhoras e Senhores Deputados. -----
----- É com gosto que aqui estou a apresentar a Informação Escrita e também fazer um balanço geral da ação do Executivo, dos próximos meses na ação do Executivo, mas também do estado da Cidade e permitam-me que comece com uma palavra de agradecimento a todas as equipas da Câmara Municipal de Lisboa, dos Serviços de Proteção Civil e muito em particular das Juntas de Freguesia que têm sido incansáveis nos últimos dias dada a situação das chuvas e a situação dos temporais que assolaram a Cidade e que face à ação dedicada tantas centenas de pessoas nesta Cidade tem conseguido minimizar os estragos e os impactos muito mais do que em anos anteriores. Muito obrigado por este esforço e por esta participação. -----
----- Eu quero eu neste dia destacar 3 linhas fundamentais de avanço na governação da Cidade. O primeiro é o avanço nas políticas de coesão social. Este período fica marcado por avanços importantes, começado em primeiro lugar na área da política do envelhecimento e dos apoios aos idosos. -----
----- Durante este período, foi subscrito entre a Câmara de Lisboa e a Santa Casa da Misericórdia, um acordo que tem uma dimensão estratégica para enfrentarmos o que é um dos maiores desafios com que as sociedades ocidentais se deparam e que em Lisboa, seguramente e dos centrais que nós temos que enfrentar, o envelhecimento. ----
----- O envelhecimento é uma realidade com que os países e as sociedades ocidentais estão confrontados, que Lisboa também está confrontada e precisa de uma resposta ativa, uma resposta que, em primeiro lugar, tenha a dimensão, escala e o envolvimento político à necessidade e altura do desafio. É por isso que o acordo celebrado entre a Santa Casa e a Câmara Municipal de Lisboa tem uma ambição sem precedentes nesta área, 100 milhões de euros de investimento nas várias respostas a aplicar ao longo dos próximos 4 anos, mas mais importante, este acordo integra ou reflete uma profunda mudança de estratégia relativamente ao envelhecimento, em vez da estratégia da institucionalização precoce o que se propõe é concentração dos esforços da manutenção e da promoção da vida ativa, a promoção da autonomia em conforto e segurança e as respostas de institucionalização de base progressiva começando pelos cuidados de saúde. -----
----- Esta inversão é uma inversão de fundo que o país precisa, porque não são as pessoas que tem que se ver limitadas nos seus direitos à mudança das condições de vida e a Cidade mantendo-se intacta, o que nós temos que fazer é adaptar a Cidade às novas características e às novas necessidades que os cidadãos têm, para mais o que decorre de um extraordinário ganho civilizacional que é o aumento da esperança média de vida e é o aumento da qualidade de vida em idades avançadas. -----
----- Sabemos hoje que graças aos avanços da medicina, graças à mudança dos estilos de vida, graças à mudança da natureza do trabalho, a esperança média de vida aos 65 anos é de cerca de 17 anos, significa que o que nós temos que fazer é adaptar a Cidade, adaptar às condições que nós oferecemos para a atividade das pessoas, adaptar o espaço público, os espaços de natureza privada para que as pessoas possam viver mais tempo em atividade, contribuindo para a vida da Cidade de forma ativa

para que possam viver em segurança e em autonomia e só mais tarde, se necessário, encontrarem nesta Cidade as respostas progressivas de cuidados de saúde e de institucionalização. -----

----- Este acordo que foi celebrado vai permitir medidas tão importantes como o reforço do financiamento a todas as iniciativas de promoção da vida ativa, vai permitir o reforço do financiamento na segurança da via pública, vai permitir acelerar o processo de requalificação das casas, das pequenas obras nas casas, que tão importantes são para causar autonomia e permitir autonomia de quem não precisa de sair das suas casas se, por exemplo, tiver uma banheira substituída por um talibã, um pequeno corrimão instalado ou corrigido um desnível no acesso à sua residência. Estas obras que são pequenas na sua aparência, são enormes para a vida de tantos e tantos dos concidadãos, dos nossos concidadãos munícipes na Cidade de Lisboa, mas também na qualificação do apoio domiciliário, na qualificação daquele que é formalmente prestado, mas na qualificação também daquele que é informalmente prestado numa enorme rede de solidariedade que existe pela Cidade. -----

---- E, por último, um investimento sem precedentes na criação de respostas ao nível da rede de cuidados continuados, que é uma das principais carências que existe hoje no nosso sistema de respostas sociais. -----

----- O país avançou na construção de redes de lares e de equipamentos natureza residencial, o país tem e avançou na construção de um eficaz sistema de saúde, mas nós precisamos de uma realidade hoje, que não temos ainda, com a dimensão e a expressão necessária que é uma rede de cuidados continuados que permita tratar de forma adequada e na duração que cada um necessitar das convalescenças e das doenças que o tempo vai trazendo. -----

----- É pois um programa arrojado na sua ambição, arrojado na sua determinação e que mostra um sinal claro que duas das principais instituições da Cidade de Lisboa, Câmara Municipal e Santa Casa da Misericórdia, estão de mãos dadas a mobilizar todos os agentes da rede social, começando pelas Juntas de Freguesia, para juntos enfrentarmos com convicção e com confiança, com as respostas certas um dos grandes desafios da nossa Cidade, cuidar de forma adequada dos mais velhos de entre nós. -----

----- A segunda nota no domínio da coesão prende-se com o programa e a conclusão do processo relativamente à gratuitidade dos manuais escolares, quero aqui felicitar o Vereador Ricardo Robles e a sua equipa pela forma como em pouco tempo, foram capazes de montar um processo novo e diferente do que estava estabelecido relativamente ao processo de aquisição pelas escolas e de ser capaz de concretizar o processo de devolução e de pagamento dos manuais do 2º e do 3º Ciclos. -----

----- Lisboa está aqui a dar um exemplo, Lisboa está aqui a mostrar liderança política, estamos a mostrar que, para nós a educação é uma prioridade, as famílias merecem este apoio no processo da Educação e nós estamos a dar um sinal claro de que em Lisboa apoiaremos o esforço de todas as famílias e todos aqueles que querem levar as suas crianças e os seus jovens pelo menos até ao ensino secundário. -----

----- Quero em terceiro lugar destacar o Programa de Habitar no Centro Histórico. O Programa que foi anunciado pela Vereadora Paula Marques há poucas semanas atrás e que abriu esta semana, mesmo, as suas inscrições. E quero também felicitá-la pela iniciativa, porque é uma iniciativa que tem um duplo alcance. -----

----- O primeiro sem dúvida um alcance do ponto de vista social, o alcance que é permitir àquelas pessoas que numa idade mais avançada, numa situação de fragilidade económica que pelas circunstâncias do mercado e pelas circunstâncias do atual enquadramento da Lei do Arrendamento estão a ser expulsas das suas casas e este programa dirige-se precisamente essas pessoas, dando-lhes uma prioridade, um acesso a uma habitação Municipal nos centros históricos. -----

----- Este programa de fazermos a requalificação de 100 casas nos centros históricos é um passo da maior importância para o tratamento com dignidade de todos aqueles que, pelas circunstâncias da vida estão a ser colocados numa situação de escolha impossível, e este é um trabalho que vai de uma enorme exigência para operacionalizar, para conseguir, para realizar, mas tem este primeiro significado profundo, cuidar daqueles que estão numa situação de fragilidade, em particular aqueles que estão na situação de falta de acesso à habitação nos bairros históricos da Cidade de Lisboa!-----

----- Este programa tem também um outro objetivo, é que este programa cumpre o objetivo de nós assegurarmos a multifuncionalidade dos bairros históricos e evitarmos a excessiva concentração do fenómeno do turismo nos bairros históricos. O sinal que nós aqui estamos a dar é o sinal de que a Câmara mobiliza os seus instrumentos, todos os seus instrumentos, tudo aquilo que tem ao seu dispor, para poder fazer aquilo que é necessário fazer que é assegurar que em todas as Freguesias na Cidade há funções habitacionais, há funções comerciais, há naturalmente também os benefícios da função turística, mas que em todas é a qualidade de vida que tem que ser preservada como o centro da ação política. -----

----- Este programa responde pois a é isso mesmo, qualidade de vida, multifuncionalidade dos bairros históricos e, acima de tudo, a dignidade e o direito do acesso à habitação para aqueles que hoje estão em situação de maior carência! -----

----- Senhores Deputados, este período marca também, é também o período marcado por avanços significativos no domínio da mobilidade. Reduziria a uma ideia de fundo, a Carris está a crescer, a transportar mais passageiros, a Carris está a reganhar a confiança da Cidade. E a Carris hoje está e é um instrumento ao serviço da política de transporte público na Cidade de Lisboa, podemos hoje dizer que a Carris juntou-se ao grupo da frente das empresas de transportes, que estão a contribuir para o reforço do transporte público como uma espinha dorsal da mobilidade da Cidade. -----

----- No mês de Janeiro o crescimento da Carris foi de 5 por cento, no mês de Dezembro tinha sido de 5,8 por cento, no trimestre de 2017 no último trimestre em comparação homóloga tinha sido de 4,3 por cento, significa isto que a Carris está a crescer e está a crescer cada vez a melhor ritmo e se prosseguirmos a este ritmo, a Carris chegará ao final do ano de 2018, tendo transportado pelo menos mais 5 milhões de viagens, num crescimento particularmente importante e de relevar. Mas estamos a

crescer em número de passageiros e estamos a crescer também na oferta que a Carris está a propiciar, todos os meses está a aumentar o número de oferta dentro da Carris e só no último mês ele aumentou, em Janeiro a variação homóloga, houve um aumento da oferta de 6 por cento dos quilómetros percorridos e este esforço que resulta da mobilização das energias da Carris, que resulta da contratação de novos trabalhadores da Carris, só nos últimos 3 meses foram contratados cerca de 42 novos trabalhadores, admitidos nos quadros da Carris que se juntaram já às largas dezenas admitidas no ano anterior e este projeto de crescimento da Carris, de recuperação do seu espaço central, está agora no início, porque a verdade é que fruto das decisões que nós tomámos ainda no mandato passado, nós hoje poderemos escolher que, dentro de muito poucos meses chegarão os primeiros autocarros de uma série de 200 novos autocarros que irão equipar a Carris.-----

----- Isto será prova provada de que estavam certos todos aqueles que apostaram no transporte público como espinha dorsal da mobilidade e como política central da mobilidade, que estavam certos todos aqueles que apostaram na Municipalização e na confiança na Câmara Municipal de Lisboa, porque teremos certamente ao longo deste ano, uma Carris mais forte a servir melhor a Cidade, a servir melhor os lisboetas! -----

-----Mas a Carris chega não só a mais pessoas com está a chegar melhor às pessoas, todos os dias há progressos! Todos os dias se melhora na articulação da gestão da via pública, na gestão da Polícia, na gestão da EMEL e na gestão da Carris é por isso que é possível ter ações dedicadas a fiscalizar as faixas BUS, é por isso, que é possível diminuir os tempos de espera e os tempos de perca e é por isso que é possível continuar e a fazermos um esforço de melhoria progressiva do serviço público que é prestado.-----

----- Este trabalho nós vamos continuar porque não queremos ser Mais Carris ou Mais serviço público, queremos ter um serviço de confiança para todos! -----

----- Mas quero também destacar aqui na dimensão da mobilidade o sucesso que está a ser o programa das bicicletas partilhadas. E gostava de salientar aqui uma primeira derrota, que era a derrota dos céticos, de quem sempre criticou a aposta na bicicleta com um instrumento complementar de mobilidade na Cidade de Lisboa. -----

----- Hoje, os primeiros números que temos do projeto das bicicletas partilhadas, e tratam-se de primeiros números, tratam-se de números que refletem cerca de 43 estações, cerca de 400 bicicletas, isto é cerca de um terço da rede total, já nos permitem tirar conclusões simples, o sistema das bicicletas partilhadas é um sucesso na Cidade de Lisboa e vai ser um sucesso ainda maior na Cidade de Lisboa! Só neste pequeno período, em que ainda estamos em fase de testes, e como digo com um terço da rede a funcionar, já existem quase 5 mil inscritos com passes anuais e já se realizaram mais de 133 mil viagens. Só no mês de fevereiro, cerca de 30 mil viagens, numa utilização média de cerca de 4 viagens por bicicleta, foi aquilo que a Cidade utilizou do sistema e pode-se reparar na análise qualitativa como estavam certos aqueles que apostaram neste sistema como um sistema complementar ao serviço de transporte público, porque as bicicletas partilhadas não são hoje, fundamentalmente, um elemento, um instrumento ao serviço do lazer, também o são naturalmente, e bem,

mas são um instrumento complementar às necessidades de mobilidade, nomeadamente em matéria de trabalho ou em matéria de estudo, as indicações da maior utilização das bicicletas associadas à rede aos grandes interfaces de transporte público são bem a prova do papel que este sistema já ocupa, mas também daquilo que nós poderemos esperar para o futuro, como elemento complementar e do nosso sistema global de mobilidade.-----

----- Em terceiro lugar, eu quero destacar aqui avanços na área da regeneração urbana. A finalização das obras do Largo da Memória, a finalização das obras do Campo das Cebolas, que abrirá dentro de poucos dias ao público, a abertura, o início das obras no Palácio da Ajuda que também se irá iniciar dentro de poucos dias, mas quero destacar, acima de tudo aqui, o protocolo celebrado entre a Câmara de Lisboa, o Ministério do Mar e a Marinha Portuguesa, um protocolo da maior importância para aqueles que apostam e defendem a requalificação da Frente Ribeirinha. Porque o protocolo o que permite é a passagem para a Câmara de toda a Doca da Marinha, isto é, de toda a doca que está hoje fronteira ao Campo das Cebolas e que se encontra hoje vedada com um muro com gradeamento, ocupada por edifícios sem qualquer qualidade urbanística e que se constitui unicamente como um parque de estacionamento. -----

----- Ora, o acordo celebrado faz com que a Doca da Marinha passe para a gestão da Câmara de Lisboa e o que nós vamos fazer é prosseguir ali o esforço de qualificação da Frente Ribeirinha demolindo o muro, criando uma Avenida, criando as condições para que as pessoas possam fruir daquele espaço público, prolongando a recuperação do Terreiro do Paço que depois se seguirá com a estação Sul e Sueste, que seguirá com esta obra da Doca da Marinha, que se prolongará e ligará até à obra do Terminal de Cruzeiros, este protocolo assinado é um protocolo emblemático da nossa política de regeneração urbana, em particular numa área tão sensível para os lisboetas que é a devolução do Rio à fruição de todos! Onde está um muro, onde está um espaço de gestão privativa vai passar a estar o espaço público ao acesso de todos!-----

----- Mas Senhores Deputados, quero usar este momento também para dar nota a todos de um acontecimento de importância, de grande importância, que terá lugar ainda durante este mês de Março, que é a 1ª Cimeira entre as Áreas Metropolitanas de Lisboa e a Área Metropolitana do Porto. É a primeira vez que se reunirão em conjunto numa Cimeira autónoma os 35 Municípios que compõem a estas duas Áreas Metropolitanas. Áreas Metropolitanas que representam 45 por cento da população do País, que representam 50 por cento do emprego do País e que representam 55 por cento da riqueza do País. Áreas Metropolitanas que concentram mais de 60 por cento dos recursos de Investigação e da Inovação de que o País dispõe, Áreas Metropolitanas que dispõem aqui da localização das energias dos recursos modernizadores mais importantes, nas Áreas Metropolitanas também onde se vive e onde se sente de forma mais intensa alguns dos problemas centrais com que o País e as sociedades ocidentais estão confrontados, o tema do combate às alterações climáticas, o tema das exclusões sociais, o tema do acesso à habitação colocam-se nas Áreas Metropolitanas com especial acutilância, é por isso que esta Cimeira tem esta importância, porque vamos definir e definir de forma articulada entre as Áreas

Metropolitanas e apresentar ao Governo e aos partidos políticos aquilo que são as prioridades centrais em quatro domínios. -----

----- Em primeiro lugar em matéria de descentralização. Nós queremos que a descentralização avance e que avance de forma mais ampla do que a Proposta do Governo, porque temos condições para isso, temos recursos para isso e temos vontade para prestar um serviço de proximidade com mais eficácia às populações. -----

----- Em segundo lugar, uma visão clara de que nós temos que ter mais e melhor transporte público. Nós hoje necessitamos centralmente da melhoria do sistema de transporte público da Área Metropolitana para resolvermos várias das principais questões com que estamos confrontados. Muitos apontam o desafio da mobilidade da Cidade de Lisboa com uma questão central e esses que o fazem e estão certos têm que concordar que a única resposta que poderemos encontrar à questão da Mobilidade é a Metropolitana, porque não é depois dos carros cá estarem, não é depois de termos um sistema assente no transporte individual, que nós vamos resolver o problema dentro de um pequeno Município do ponto de vista da área, como é o Município de Lisboa. -----

----- Ora, uma estratégia Metropolitana em matéria de investimentos, uma estratégia Metropolitana em matéria de Intermodalidade, uma estratégia Metropolitana em matéria de bilhética e de tarifários é absolutamente essencial, e é essencial também expressar do ponto de vista público a convergência que existe entre os Municípios de Lisboa e do Porto que da mesma forma que durante 20 ou 30 anos os fundos públicos disponíveis na área do Ambiente das políticas do Ambiente foram fundamentalmente dirigidos aos sistemas de águas e saneamento e resíduos, com êxito, com grande êxito! É tempo de a próxima grande geração de investimentos ser ao nível das políticas de mobilidade! E na mobilidade ao nível metropolitano, porque só assim nós poderemos resolver e enfrentar de vez os desafios que se colocam à Cidade de Lisboa!

----- Senhores Deputados, terei tempo de trazer aqui naturalmente as conclusões e o Debate das conclusões será longo mas com impacto na Cidade, mas não gostava de nos ter deixado aqui esta nota pela primeira vez, as duas Áreas Metropolitanas vão apresentar posição conjunta relativamente aos principais temas, porque só dessa forma teremos a força e teremos a possibilidade de os colocar na agenda e de promovermos a resolução e a intensidade da energia política para a sua resolução, a bem da Cidade e a bem dos lisboetas. Muito obrigado.”-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado Senhor Presidente. Senhores Deputados, eu queria chamar a atenção para o seguinte: eu estive aqui a consultar o Regimento, para refrescar a memória, o artigo 48 do Regimento sobre o Período da Ordem do Dia em matéria de Informação Escrita do Presidente, o que diz é que esta apreciação da Informação Escrita processa-se numa única volta e, portanto, se é numa única volta, eu tenho vários grupos que já se inscreveram com vários nomes, portanto, a Mesa vai dar a palavra a todos os membros desse grupo e o Senhor Presidente da Câmara responde logo e assim sucessivamente, para não estarmos nesta confusão, que depois há grupos

que acabam por ficar sem resposta, porque não é dada a palavra à Câmara para responder de imediato. -----

----- Portanto, chamo a atenção para isto, isto é o que está no Regimento, cada partido inscreve as pessoas que entender no seu tempo e o Senhor Presidente da Câmara respondeu logo a seguir, depois passasse ao partido seguinte e assim sucessivamente, portanto, só há uma volta e não andamos a fazer intervenções salteadas de uns grupos para os outros, porque isso às vezes cria aqui alguma confusão depois nas capacidades de resposta de todas as matérias, portanto, usarão o vosso tempo, mas dando a Mesa a palavra aos inscritos de cada grupo.-----

----- A Mesa neste momento só tem 6, só tenho 6 forças políticas inscritas, portanto, se alguém ainda não se inscreveu, estão a chegar mais, então vamos começar com aqueles que temos, em primeiro lugar inscrito do CDS-PP, dois Senhores Deputados, em primeiro lugar o Senhor Deputado João Condeixa e depois a Senhora Deputada Cristina Castel-Branco. -----

----- A palavra ao Senhor Deputado João Condeixa.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal João Condeixa (CDS-PP)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Senhora Presidente da Assembleia Municipal de Lisboa, Senhores Secretários, Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Municipal, Senhores Vereadores aqui presentes, Caros Colegas Deputados, demais público. -----

----- Senhor Presidente permita-me um primeiro elogio pelas preocupações aqui apresentadas acerca do envelhecimento, são enormes desafios que se colocam, enormes desafios que se colocam para futuro e é bom ver princípios ainda que para já, num primeiro momento, sejam princípios válidos a reconhecerem esses mesmo desafios e a merecerem uma resposta. Mas pelo que percebi, referiu que se tratavam de 100 milhões de euros para 4 anos, ora pela sua apresentação falou de cuidados continuados, falou de lares, falou de um apoio ao domicílio de valor acrescentado e eu pergunto-me 25 milhões de euros por ano é pouco! É muito pouco! Só em AVACs, por exemplo, é uma legislação que é obrigatória, do tempo do Partido Socialista, vão meio milhão de euros em cada lar no seu funcionamento e, por isso, parece-me ainda muito pouco.-----

----- Quanto à restante atividade o balanço que fez, somos levados a pensar que tudo vai bem em Lisboa. Não houve referências ao que ficou por fazer, ao que está em atraso e ao que ficou por executar. Diria que estamos quase no país das maravilhas! Quando a Câmara presta contas à Assembleia, devia ter o cuidado de referir o cuidado de referir o que não conseguiram, mas já nos habituámos que pura e simplesmente não aparece aquilo que não interessa destacar, não aparece, por exemplo, uma reunião de Conselho Municipal de Segurança há muito pedida na Assembleia, não aparece o tema da poluição no centro histórico, não aparece o falhanço das zonas de emissões reduzidas, nem aparecem, já falámos hoje de que sobre isso, os juros de uma taxa ilegalmente cobrada! Mas não se preocupe Senhor Presidente, fazemos nós o contraditório e permitam-me por isso um exemplo. -----

----- Ao ler a informação que nos foi facultada fica a ideia que a sua gestão para a fixação e criação de empresas é imaculada, que foi excelente é óbvio e dou-lhe aqui os parabéns em 1ª mão, que é que é muito importante ter conseguido atrair algumas empresas de peso e por ter apoiado o crescimento de algumas *Start Ups* ao longo de 2017.-----

----- Mas Senhor Presidente não chega, estamos aquém, estamos aquém do potencial que Lisboa tem, aquém do investimento que seria possível captar do desenvolvimento que Lisboa precisa, aquém do momento que Lisboa atravessa, da tendência internacional que Portugal conquistou e que por ser moda, deveria trazer a Lisboa muito mais.-----

----- Na conjuntura que atravessamos Lisboa merecia muito mais! Desde 2007 que não se criavam tantas empresas em Portugal, em 2017 foram criadas 160 empresas por dia no País inteiro, desde 2007 foram 347 mil empresas criadas em todo o País, mas Lisboa não teve esta expressão, felizmente, não foi exceção à regra, mas não teve esta expressão e a que se deve este impulso económico? Em grande parte a um setor que tanta antipatia tem merecido de algumas bancadas nesta Assembleia Municipal, o turismo, está a ser praticamente só o turismo a criar empresas e a mantê-las em atividade.-----

----- Durante o ano de 2017 em Lisboa foram criadas 6300 empresas, fundamentalmente graças ao turismo, mas a sua informação não o refere como setor responsável por este impulso económico, parece preferir ignorar que foi o turismo a criar grande parte destas empresas! Não me espanta, talvez seja por querer impor limites, por querer limitar como ainda há pouco referia, os excessos do turismo por querer impor limites à abertura de novos hotéis, por querer travar o alojamento local e regredir toda esta dinâmica, é a burocracia que quer lançar, é o taxado e o “taxadinho”, que já nos tem habituado.-----

----- A meu ver, no ver do CDS, este é um erro estratégico, que denunciámos e do qual discordamos e depois há a incoerência.-----

----- Segundo a Câmara, o turismo tem de ser controlado e limitado, mas, quando dá jeito usam-se os números positivos do turismo para dizer que Lisboa está a captar investimento e empresas.-----

----- É isto que faz na sua Informação Escrita, a pergunta que coloco é então a seguinte: são os setores ligados ao turismo que mais relevância tem ganho no tecido empresarial. Fora isso, Senhor Presidente, quantas empresas atraímos? Que tecido económico estrutural conseguimos criar ou estamos apostados em criar? É que ultimamente estamos mais ocupados em combater fenómenos do que em resolver problemas estruturais e um dos problemas estruturais de Lisboa é, como sabe, estar assente em serviços, estar assente em alojamentos, estar assente em restauração.-----

----- Eu diria que muitos nesta Assembleia, adoram criticar as tonalidades de turismo, sem que reconheçam os benefícios e ao mesmo tempo esquecem-se de captar empresas com dimensão relevante, empresas sólidas, competitivas e fundamentais para a economia da Cidade, as que temos, Senhor Presidente, muitas delas temos assistido que vão fugindo para Cascais, Oeiras, por exemplo, têm hoje um tecido

empresarial em franco crescimento, composto por empresas multinacionais de dimensão considerável e hoje esses Municípios ainda ponderam criar e alargar os seus parques empresariais. A Oeiras, até já lhe chamam “Oeiras Valley”, pelo *cluster* que criou e, por isso, não é de espantar que o Google tenha escolhido aquele local para um centro de serviços que irá ter 500 trabalhadores.-----

----- Senhor Presidente, 500 trabalhadores são 500 potenciais moradores! Até as Universidades já o perceberam e se estão a deslocar para a linha, aquele pólo universitário que está a ser criado na fronteira entre Cascais e Lisboa espera ter num primeiro momento, 3 mil alunos estima-se até que chegue a 6 mil alunos, Senhor Presidente, mais uma vez 6 mil alunos, são 6 mil potenciais moradores!-----

----- Percebe onde quero chegar? É que precisamos de moradores, precisamos de estancar o fluxo que há alguns anos para cá se tem vindo a assistir!-----

----- Eu diria Senhor Presidente podemos até perguntar ao Doutor João Soares pela experiência que teve, que até no seu tempo viu a Carris seguir para Oeiras, é que se perdermos estas empresas perdemos população, se não somos competitivos em reter e em criar empresas, paulatinamente vamos deixar de o ser na fixação de habitantes, é natural que haja fuga de lisboetas. Desde 1981 perdemos mais de 300 mil habitantes! Em 1981 o Concelho tinha 800 mil habitantes, em 2016 éramos 500 mil, em 37 anos Lisboa perdeu 30 por cento da população. E isto é mesmo antes dos efeitos do turismo, repito, antes dos efeitos de turismo, o centro histórico perdeu neste período 193 mil habitantes, 64 por cento da sua população, como exemplo, a Freguesia do Castelo tinha perdido 81 por cento da sua população neste período, não espanta que Lisboa estivesse deserta.-----

----- Em Novembro de 2011, mesmo antes dos efeitos do turismo, a TSF noticiava que metade das casas em Lisboa estava vazias, que eram 4 as Freguesias do coração de Lisboa com 50 por cento dos alojamentos vagos: São Nicolau, Madalena, Sé e Santa Justa, o coração da capital entre o Terreiro do Paço e o Rossio tinha a 7ª Freguesia do País com maior percentagem de casas vazias. Hoje, Santa Maria Maior que é a Freguesia com mais casas reabilitadas para fins de alojamento local e passou de Freguesia deserta e vazia a Freguesia com vida, com cor e economia, lá está, em grande parte culpa do turismo, o turismo que a esquerda acusa de estar a expulsar as pessoas das suas casas!-----

----- Senhoras e Senhores Deputados de esquerda, numa Freguesia vazia não há ninguém para expulsar e era isto que tínhamos, sem turismo estaríamos na Cidade escura abandonada e degradada, na Lisboa vazia, num centro histórico deserto! E não sou eu que o digo, não se incomodem, é a TSF que, em Novembro de 2011 o referia! --

----- Acresce que sem turismo estaríamos mais uma vez sem empresas que fixem pessoas e, por isso, eu deixo uma solução que é fácil e simples de entender, não matar o turismo e captar investimento, é este o raciocínio que temo que falte na Câmara e que não vejo na Informação Escrita, é que não podemos resolver a Cidade com *Start Ups* ou apenas o discurso do empreendedorismo.-----

----- É isto que vem na Informação Escrita. O Beato, Senhor Presidente, o Beato ajudará, mas não faz milagres! Nenhum Beato faz milagres!-----

----- Os programas e plataformas que temos não bastam, pois estão focados nas *StartUps*, que como sabemos têm taxas de sucesso mínimas! O “fazer mais”, os disparar em empresas maiores, mas Senhor Presidente não se preocupe que há alguns por pontos positivos na sua Informação. -----

----- Um deles tem o meu total apoio, tem a ver com o programa público de habitação no âmbito do Plano de Urbanização do Vale de Santo António que, aliás, a minha colega Cristina fará referência a seguir, julgo sinceramente que pode vir a ajudar o desafio que temos em mão, mais fogos significam mais oferta, mais oferta significa diminuição do preço médio da habitação e é isso que Lisboa precisa! É por aí que devemos ir, não por aquela visão socialista de se impor ao mercado e de se lhe limitar preço, enquanto for por aqui tem o nosso apoio Senhor Presidente, até porque, no fundo, estas minhas críticas não são mais do que a vontade de o ver a ter sucesso, pois seria um sucesso Lisboa! -----

----- Gostava sinceramente que Lisboa estivesse com Barcelona, que cresceu 45 mil habitantes no período que há pouco me referia. Lisboa não pode viver a dizer mal do que tem de bom, que é o turismo! Lisboa não pode tentar captar, não pode não tentar captar o que faz falta, que são empresas, tem de se tornar ainda mais competitiva na atração de investimento, tudo, tudo, para não ver fugir a sua população, porque sem população não temos Cidade! Muito obrigado.” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado Senhor Deputado. Vou dar a palavra à Senhora Deputada Cristina Castel-Branco e chamo a vossa atenção que tem 4 minutos e 33 e depois no fim, o Senhor Presidente responderá ao CDS-PP e assim sucessivamente.” -----

----- **A Senhora Deputada Municipal Cristina Castel-Branco (CDS-PP)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito boa tarde Senhora Presidente, saúdo também o seu Presidente da Câmara, os Senhores Vereadores, os Senhores Deputados e demais público. -----

----- Não sou Tribuna e irei defender temas que não são exatamente votantes. No caso as árvores, portanto, começo por pedir a vossa tolerância pela falta de treino nestas matérias. -----

----- Li com gosto a Informação Escrita do Senhor Presidente e relevo dois ou três pontos relativos a problemas que me dizem muito fundo, o problema das árvores de Lisboa, tema que tem vindo a ser recorrente na imprensa nos últimos nos últimos dias, nas últimas semanas, por volta da página 9 surge na Informação as plantações de árvores com munícipes e toda a realização bem-sucedida de primeiras ações de plantação de árvores, nos espaços verdes da Cidade, com grande com grande adesão e com efetiva plantação. -----

----- Depois, temos *workshops* de eficiência hídrica na Cidade de Lisboa em que é dito que o sucesso da iniciativa e a resposta dos participantes levou a que esteja neste momento a ser preparado um programa com sessões semelhantes sobre temas que se prendem com a eficiência energética, arboricultura urbana, sublinho, arboricultura urbana, estratégias integradas do controlo de pragas e fitossanidade, segurança no

desenho parques infantis, etc., enfim, matérias que se prendem com a arborização da Cidade de Lisboa e com a sua gestão. -----

----- Passando depois para temas que correspondem aos corredores verdes, há a ideia de serem concluídas as empreitadas dos parques verdes e da Feira Popular, etc. e, finalmente, relativamente ao Parque Florestal de Monsanto é dito que os trilhos foram construídos, etc., portanto, tudo isto de aplaudir e de apoiar. -----

----- Ora bem, a Cidade parece, tudo isto é assunto a que inclui árvores, evidentemente toda esta parte verde e a Cidade parece estar ativa na defesa do verde que inclui, obviamente, toda este este património de árvores. A arborização Lisboa é boa, mas surge legislação contraditória, saída do pânico que se viveu em 2017, derivado dos desastres dos fogos florestais. O decreto-lei 10/2018, 14 de Fevereiro, diz que clarifica os critérios aplicáveis à gestão de combustível do Sistema Nacional de Florestas Contra Incêndios, mas realmente pouco clarifica e, pelo contrário, cria grande confusão, se fôssemos a aplicar o regime florestal que é aquele que se aplica ao Parque de Monsanto teríamos que fazer um corte raso de 50 metros em redor de todas as habitações, nomeadamente aquela que lhe é destinada ao Senhor Presidente da Câmara e, portanto, uma razia total de todas aquelas árvores e tudo aquilo que deveria ser abatido de acordo com a lei. -----

----- É evidente que e o bom senso diz que isto não vai acontecer e, portanto, há aqui uma legislação que está a pôr em pânico e a criar situações que dentro da Cidade desvalorizam completamente a árvore, o valor das árvores na Cidade é um assunto que tem vindo a ser estudado e gostaria de fazer e relevar aqui 4 pontos do valor que as árvores têm na Cidade.-----

----- O primeiro valor e tive oportunidade de poder falar com que o Doutor António Costa na altura, Presidente da Câmara, para dizer que existem dados seguros na redução da temperatura da Cidade quando em sombra e ensombrado por árvores. No caso foram feitas medições que permitem dizer que 9 graus são aquilo que é capaz de uma árvore conseguir reduzir uma Cidade, quando, uma árvore não, um corredor de árvores, no caso na Rua Sacadura Cabral, 5 graus e aquilo que é a média, ora, isto conta profundamente para a Cidade, estes corredores de árvores que certamente conhecem, estou-me a lembrar na Ferreira Borges aquele enorme túnel de árvores por onde se passa são momentos de conforto dentro do calor brutal que se sente nesta Cidade durante os meses de Verão. -----

----- O segundo ponto, para além da temperatura é o aumento da biodiversidade que é muito significativo e que é da maior importância para o bem-estar da Cidade, a Cidade tem tido sucesso porque a Cidade está bem preparada e o património das árvores é da maior importância. -----

----- O terceiro elemento do qual há dados é retenção de água, neste momento em que vivemos em situações complexas quanto à água, de vez em quando de mais, outras vezes de menos, as árvores têm uma presença profunda, profundamente positiva. -----

----- Finalmente aquilo, que tem vindo a ser trabalhado do ponto de vista ambiental, o sequestro do carbono que talvez não diga muito a quem não tem uma noção bem clara disto, mas a importância do sequestro de carbono e também forte. -----

----- Ora bem, eu queria reforçar que as árvores são muito úteis à Cidade e gostaria de sublinhar o grande erro que se comete com os fundamentalismos que parecem estar a contaminar a Administração Pública e Camarária contra as árvores. -----

----- Quanto mais árvores a Cidade tiver melhor, para o bem-estar que oferece o espaço urbano, especialmente em Lisboa, onde as temperaturas deverão rondar os 40 graus, as árvores maduras são essenciais. -----

----- Relembro a experiência da Expo, de há 25 anos, em que conseguimos criar alamedas de 4 linhas de árvores e muitas praças harmonizadas e é essa a diferença de qualidade daquela zona da Cidade. Relembro e temos a prova da qualidade e do conforto que é possível obter. -----

----- Ainda contra as árvores iniciou-se uma campanha contra as espécies exóticas, que revela muito pouca sabedoria em matéria das espécies aclimatadas em Portugal desde tempos longínquos, nós vivemos e vivemos bem com espécies exóticas desde que somos nacionalidade. Eu relembro que foram os fenícios que introduziram a oliveira há mil anos antes de Cristo, ou seja uma exótica, os romanos trouxeram a vinha, outra exótica, os plátanos os cedros da Índia, as nespereiras do Japão, as Laranjeiras da China e por aí fora, os jacarandás do Brasil, são árvores exóticas que pertence ao património da nossa Cidade e, portanto, nós fomos pioneiros e introduzi-las na Europa. -----

----- A pressão que se está a criar contra as árvores, porque caem ou porque ardem devia estar sim a ser objetivada para um sistemático controlo das podas, dos abates e da fitossanidade na Cidade com equipas sabedores dentro da Câmara. Há formas de identificar doenças e problemas das árvores e de as tratar ou em extremo abater, há Técnicos da Câmara, existia um belíssimo Departamento de arboricultura, Engenheiros silvicultores, relembro o Engenheiro Souto Cruz, a Engenheira Margarida Carvalho, a Engenheira Ana Júlia Francisco, gente que trabalhou na Câmara, estiveram à frente do destino e da manutenção do arvoredo e que foram completamente postos de lado, tendo sido desfeitas as equipas para entregar as árvores às Juntas de Freguesia, que não têm nem meios e nem sabedoria nem experiência, portanto, deveria ter havido um sistema de transição para se conseguir passar o *Know-how* da Câmara para as Juntas de Freguesia de maneira a que estas rolagens de árvores, estes abates a que assistiu, estou a pensar na Guerra Junqueiro, por total ignorância, os erros relativamente às podas das árvores são dramáticos! E não se recuperam! -----

----- Parece-nos urgente que esta Assembleia Municipal se manifeste contra a criação, ou melhor, para a criação de um sistema que seja pensado e preserve o património das árvores, tal qual como património cultural da Cidade é mantido e cuidado! E não deixe desaparecer por decisões aleatórias e nas mãos de quem não sabe, não sabe nada de silvicultura e dos elementos vivos, que são as árvores! -----

----- As árvores são seres vivos, existe um corpo do conhecimento especializado, nomeadamente silvicultores e botânicos, arquitetos paisagistas, e não se pode entregar a quem não conhece nada desta matéria! -----

----- Só consigo pensar na situação que se criou é como se uma população viva não tivesse hospitais, tivesse despedido os médicos e as enfermeiras e contratasse os técnicos dos matadouros para os substituir, portanto, o que está a acontecer com as árvores na Cidade de Lisboa, merecia mais algum cuidado, Senhores Deputados, e penso que devia ser posto em marcha uma devolução de todo o património de árvores, de uma forma mais experiente e nas mãos de quem mais saiba! É urgente e antes que se estraguem uma das melhores qualidades da nossa Cidade! É urgente!” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “ Muito obrigado Senhora Deputada. A Senhora Deputada beneficiou de tempo cedido pelo PPM. Peço ao Senhor Presidente da Câmara agora para usar da palavra para responder às questões suscitadas pelo CDS-PP.” -----

----- **O Senhor Presidente da Câmara**, no uso da palavra respondeu às questões colocadas: -----

----- “ Obrigado Senhora Presidente, Senhores Deputados, quero agradecer os contributos e começava pela última intervenção da Deputada Cristina Castel-Branco para lhe dizer duas coisas de natureza distinta. Em primeiro a concordância, muito clara com aquilo que se diz sobre a importância de toda a política ambiental na gestão presente e futura da Cidade de Lisboa, não há a nenhum dos desafios com que nós estamos confrontados como Cidade e enquanto comunidade, que se possa desenvolver sem uma firme política de natureza ambiental em que as políticas concretas que, no domínio mais específicas aqui hoje que trazidas relativamente a toda a gestão do arvoredo se insiram. Mais árvores, melhor gestão do arvoredo, mais importância das árvores, da fruição desse mesmo arvoredo, maior papel no próprio lazer e da fruição do espaço da Cidade, tudo isso tem hoje um elemento absolutamente central e há que reconhecer o grande salto, o enorme salto foi dado com a aprovação do PDM de 2012, que fez um aumento muitíssimo significativo de toda a área verde da Cidade de Lisboa e daquilo que será o nosso futuro em matéria de orientação.-----

----- Não repetirei aqui os argumentos que aduziu porque são, de facto, esses e por isso não poderia, quero salientar esta concordância! -----

----- Agora eu tenho que divergir da Senhora Deputada relativamente à análise que faz sobre a alocação das competências em matéria de gestão do arvoredo e quero discordar pelo seguinte, em primeiro lugar não partilho da posição de que tudo na Câmara corria bem relativamente à gestão do arvoredo na Cidade, não é verdade! Não é verdade e há que o reconhecer e há que reconhecer também uma particularidade que resultou da Reforma Administrativa que foi a seguinte: que foi pelo facto de as Juntas de Freguesia terem recebido uma responsabilidade e de muitas delas a terem exercido pela primeira vez em locais que a Câmara há muito tempo não intervencionada que se criou um sentimento na Cidade relativamente a uma intervenção diria eu, excessiva relativamente ao arvoredo que não corresponde à realidade, o que se corresponde à realidade é que muitas das zonas intervencionadas, verdadeiramente há muitos anos ou há várias décadas que não tinham qualquer olhar e qualquer atenção.-----

---- Quando se diz fizeram-se podas a mais. Admito, admito que há sempre erros, há sempre aprendizagens há sempre questões, mas posso dizer de forma muito mais clara o que havia na Câmara de Lisboa eram podas a menos relativamente a uma parte importante do arvoredo que não era tratada de forma adequada. -----

----- O que nós temos agora de fazer é aprendermos coletivamente a gerir este novo quadro de competências que a lei atribuiu, e não há razão nenhuma para no quadro de uma competência de gestão que hoje está cometida às Juntas de Freguesia que nós não sejamos capazes de ter os mesmos, que não sejamos capazes de ter altíssimos padrões de exigência em tudo o que se relaciona com a gestão do arvoredo. -----

----- Eu sei que esta não é uma área simples, porque em todas as áreas na gestão da Cidade há os radicalismos, há aqueles que veem qualquer abate como algo, que violenta uma consciência, há também do outro lado a desvalorização do papel do arvoredo numa Cidade na Cidade de Lisboa. O que nós temos que ter é uma visão de valorização do papel do arvoredo e que seja credível nas suas intervenções, sejam elas feitas pela Câmara, sejam elas feitas por qualquer uma das Juntas de Freguesia, isto é: o que nós temos que ter é o quadro regulamentar que permita garantir e dar confiança a todos os cidadãos, às associações de defesa das árvores, que todas as intervenções que estão a ser feitas no arvoredo são intervenções que correspondem às necessidades em primeiro lugar e depois que são feitas com elevados padrões de qualidade, eu acho que nós podemos, não é só acho que podemos, eu acho que nós conseguiremos construir esse referencial com as Juntas de Freguesia e não concordo com nenhuma rejeição e nenhuma menorização do papel das Juntas de Freguesia que hoje são uma peça essencial na gestão da Cidade com meios, com recursos como a proximidade bastante importante, aliás, assumir o contrário, era assumir que as árvores e o arvoredo só são defendidos de forma central na Câmara, mas aqueles que têm uma proximidade mais direta com a vida direta dos munícipes da Cidade que são as Juntas de Freguesia que pura e simplesmente interpretavam o seu sentimento ter uma política anti arvoredo, não é isto que acontece na Cidade e, por isso, eu acho que nós seremos capazes de chegar o ponto de equilíbrio, concordando eu consigo que temos ainda muito trabalho a fazer entre Câmaras e Juntas de Freguesia e temos uma política que a todos, é uma política que seja eficaz e que seja a reconhecida como uma política protetora do Ambiente.-----

----- A segunda questão responder ao Senhor Deputado sobre a questão económica. Senhor Deputado, eu acho que escolheu mesmo mal o tema, escolheu mal o tema, em primeiro lugar porque eu acho que escolher o tema da fragilidade económica ou das fragilidades do tecido económico da Cidade de Lisboa, neste momento do tempo é mesmo escolher o tema errado, não há quem não veja e que não salte aos olhos que não só a dinâmica de recuperação económica que começou em Lisboa antes do País, como ele é hoje mais forte do que é, no resto do País e uma dinâmica que é puxada fundamentalmente, por 2 amplos setores, um o setor do turismo, o setor do turismo que representa na Cidade de Lisboa, um volume de vendas de cerca de 6 mil milhões de euros no seu global, significa isto para aqueles que não têm a noção da proporção quase 3 fábricas da Autoeuropa, quase 3 fábricas da Autoeuropa e significa quase 4

vezes todo o setor do calçado no País. Isto é o que vale o turismo na Cidade de Lisboa e se expandirmos para a região de Lisboa estamos a falar de mais 50 por cento, estamos a falar de vendas de 9 mil milhões de euros e por isso quem desvalorize a importância económica, leia-se importância social, leia-se importância como elemento e motor do nosso desenvolvimento, simplesmente não percebe a Economia da Cidade e nós percebemos. -----

----- Segundo o grande motor, os serviços às empresas que não o turismo, querer imaginar que a Cidade de Lisboa será o grande potenciado industrial, Senhor Deputado é algo inimaginável, inimaginável por simples razão de espaço físico, por simples razão de natureza das atividades, por simples razão que não encontra nenhuma capital do mundo global, nenhuma capital do moderno do mundo global que tenha o fundamental do seu emprego na agricultura ou na indústria, não é assim, as grandes capitais, o que têm é que são elas os grandes elementos de fornecimentos de serviços abrangentes e a Senhor Deputado faz mal em desvalorizar o que tem sido um importante contributo, o importantíssimo contributo do emprego na área dos serviços, que não o turismo, como motor económico da Cidade e do País, porque é aqui e é a partir de Lisboa que nós somos uma das grandes, que se posicionam numa das grandes unidades exportadoras de serviços às empresas com tudo aquilo que se possa daí retirar. -----

----- Agora Senhor Deputado, eu não posso concordar consigo quando tem uma visão, desculpe a expressão, não leve a mal um bocadinho paroquial do desenvolvimento económico. Senhor Deputado há empresas que se instalem Lisboa e nós temos condições, e nós temos que criar mais condições para mais se instalem, por isso é que temos prioridade ao crescimento das áreas de escritórios na Cidade. É prioritário crescermos as áreas de escritórios na Cidade, hoje há uma carência das áreas de escritórios para grandes empresas que se queiram instalar na Cidade de Lisboa... -----

---- Oh Senhor Deputado, mas nós não estamos a competir com Oeiras, nem estamos a competir com Cascais o desenvolvimento do Oeiras é bom para Lisboa, visivelmente Cascais, o desenvolvimento de Oeiras é bom para Lisboa, o desenvolvimento de Cascais é bom para Lisboa e o desenvolvimento desses Municípios é tudo de bom que o País, não há aqui uma visão Paroquial de fechar fronteiras e que para cá da CRIL a coisa é boa, para lá da CRIL estamos a concorrer, não nós não estamos a concorrer com Oeiras, nós estamos a fazer o caminho de grande capital do País e uma das grandes capitais globais. -----

----- Agora gostava de terminar dizendo-lhe o seguinte: o Senhor Deputado erra quando se coloca de um dos lados simplistas do discurso relativamente ao turismo porque eu acho que com os grandes adversários do turismo e os grandes adversários da economia da Cidade em matéria de turismo, são aqueles que se posicionam nos 2 extremos do debate político, são aqueles que se dizem que, por um lado que não há questão nenhuma que o crescimento do turismo a 2 dígitos durante 7 anos consecutivos, não transforma a realidade da Cidade, logo que não é preciso fazer nada! Eu acho que quem pensa assim está errado! Eu acho que aqueles que pensam que é preciso pôr um travão e diminuir o turismo na Cidade estão errados e têm uma

visão simplista, além do mais, porque ninguém saberia como o fazer e no meio destas 2 visões que estão amplamente erradas, na minha opinião, e que são prejudiciais ao futuro económico da Cidade está a visão de quem tem a consciência de que a Cidade tem que se adaptar a uma realidade nova que é hoje uma Cidade que é um dos grandes destinos mundiais! -----

----- Ora, este processo de adaptação, leva-nos a uma palavra-chave, sustentabilidade, porque a sustentabilidade da dinâmica do crescimento do turismo significa criarmos condições para receber mais turistas, mas significa também criarmos as condições para que todos aqui residam com qualidade, porque quando deixarmos ter uma Cidade multifuncional. Nós deixaremos de ter também competitivos, além de tudo, o resto, para o próprio crescimento do turismo e, por isso, o discurso simplista, que é dizer, mas aos que estão contra o turismo, eu cá estou a favor do turismo. Olhe que isso é uma conversa que francamente não resolve problema nenhum, aliás, essa é uma conversa adversária do desenvolvimento do turismo, porque, aliás, e se conversar com os agentes do setor do turismo perceberá que todos aqueles que são mais avançados têm uma preocupação, a sustentabilidade do processo de desenvolvimento que passa por quê? Passa por investirmos no novo Aeroporto para recebermos mais turistas, passa por termos melhores capacidades infraestruturais para receber mais turistas, passa por alargarmos o ponto de atratividade de turistas na Cidade e na área Metropolitana sim, mas também passa por cuidarmos da proteção da diversidade de funções em todas as zonas da Cidade, impedindo que se faça a mono especialização em função da atração turística e é neste ponto que o que é avisado fazer-se é uma regulação prudente, mas uma relação ativa eficaz, porque dizer que o fenómeno não acontece é um erro, porque é dizer que essas zonas desaparecerão enquanto zonas de habitação, de comércio e de fruição da Cidade, mas também é um erro dizermos, não nós agora abdicamos do turismo com fonte de emprego e de desenvolvimento. É na procura de um desenvolvimento sustentável que nós colocámos e que está toda a ação do Executivo. Muito obrigado.” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigada Senhor Presidente. Vamos dar agora para a palavra ao segundo Partido inscrito para entre a Informação Escrita, que é o PSD tem 3 Senhores Deputados inscritos-----

----- Chamo a atenção da Câmara que a Câmara ficou apenas agora com 13 minutos e 25 para responder a todos os outros grupos municipais, portanto, temos que gerir isto com cuidado, vamos prosseguir.-----

----- Senhor Deputado Modesto Navarro, faça favor, uma interpelação à Mesa para? Inscreveram 3 Senhores Deputados, estão inscritos a seguir. -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Modesto Navarro (PCP)** no uso da palavra fez a seguinte interpelação à Mesa: -----

----- “Sim, Senhora Presidente, nem que se tivéssemos já, mas queria levantar-lhe a questão, interpelando a Mesa, de que tem que haver a gestão do tempo da Câmara no

sentido de haver respostas para todas as intervenções que o Senhor Presidente tem de dar. Muito obrigado.” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- Oh Senhor Deputado, a Mesa tem estado fazer telefonemas insistentes para a bancada da Câmara para ter atenção a isto mesmo que estou a dizer.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Modesto Navarro (PCP)** no uso da palavra continuou: -----

----- “Pois era exatamente isso que eu queria focar, a gestão do tempo!” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra prosseguiu:

----- “Muito obrigada, obrigada Senhor Deputado.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Luís Newton (PSD)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Senhora Presidente, Senhores Deputados, Senhor Presidente da Câmara. -----

----- Eu diria que esta apresentação da Informações Escrita do Senhor Presidente alicerçou-se aqui em 2 modelos, um deles particularmente novo, é o que se escreveu na Informação Escrita e o que se falou, mas não se escreveu na Informação Escrita. ----

----- Portanto, vou seguir aqui um pouco repto do Senhor Presidente e lançar-me também sobre aquilo que ele optou por não falar. -----

----- Em primeiro lugar, dar nota de que este é o 11º ano de governação do Partido Socialista na Cidade de Lisboa e é também curiosamente, pasme-se, 1º ano da muleta com a extrema-esquerda e aquilo que nós estamos hoje a assistir na Cidade e que temos vindo a assistir com a degradação é aquilo que temos referido consecutivamente que é um problema de confiança. -----

----- Em 1º lugar claramente um problema de falta de confiança por parte da população e isso fica visível com aquilo que se passou com a Taxa Municipal de Proteção Civil em 1º lugar, 3 anos a arrastar este debate e agora uma nova novela à volta da tarde a da questão da devolução dos juros, significa isto que temos sempre aquela perspetiva do queremos estar com a população, queremos apoiar a população, mas a verdade é que na hora de decidir investimos mais dinheiro em processar o outro mundo, do que ajudar a resolver e a devolver essa confiança à população. -----

----- Em 2º lugar, uma clara falta de confiança na mobilidade. Disso, é exemplo, claro que se está a passar com o Parque Dissuasor de Santa Clara o fantástico parque dissuasor que se falava no início, no final do mandato anterior e no início deste mandato e continua com uma ocupação claramente inferior àquela que a ocupação desejável demonstrando 2 coisas em 1º lugar, a falta de planeamento e, em 2º lugar, a falta de utilidade que ele tem na sua ligação com aquilo que é o método de mobilidade da própria Cidade. -----

----- Em segundo lugar aqui a questão das segundas filas, algo que se arrasta, eu ainda me lembro de uma das mais intervenções do anterior Presidente da Câmara, Doutor António Costa logo de início a um grande compromisso para com Cidade. Vamos acabar com as segundas filas, pois bem passados, 11 anos, continuamos a ter segundas

filas, continuamos a não ter resposta parece que alguém continua a não querer refletir muito sobre isso. -----

----- Em 3º lugar, Senhor Presidente, a Carris e a Municipalização e deixe-me falar-lhe particularmente deste assunto que me é um pouco caro, como sabe, foi um dos grandes adeptos do modelo de Municipalização de gestão da Carris, aliás, da Carris e do Metro e tenho aqui um receio muito grande que é a gestão Municipal de uma infraestrutura ou do equipamento ou de um serviço passa inevitavelmente pela oportunidade que ela tem em poder servir melhor a sua própria população e aqui o Senhor Presidente apresentamos um conjunto de números e eu tenho aqui outro para lhe dar, ando muito preocupado com estes novos autocarros que aí vêm, porque Senhor Presidente, nós vamos ter autocarros, mas para já vamos ter motoristas. Aliás, eu diria que, no 4º tema da falta de confiança na mobilidade, vou falar do seu tema favorito, vou falar do Gira, mas aqui para dizer que não que Gira funciona melhor funciona pior, não que 23 milhões de euros sejam melhor ou pior investimento, mas para dizer que uma vez mais fez tudo ao contrário e o que acontece? Acontece que quando há vontade, de haver investimento privado na Cidade não há nada preparado para reagir o que é que temos neste momento? Bom, temos um modelo de bicicletas partilhadas sem qualquer regulamentação, resultado, bom, quem não é da Cidade não pode ter aqui a papel ativo e não pode desenvolver a oportunidade de negócio, depois também é falta de confiança num ambiente, em 1º lugar, há que dizer aqui com toda a frontalidade que fala-se tanto da reabilitação dos espaços e eu olho com muita preocupação. Uma recuperação mal feita nos Jardins do Arco do Cego às três pancadas, a dificuldade que continuamos a ter e as queixas que se acumulam de 400 mil euros anuais para a gestão da Tapada das Necessidades, continua a não ter qualquer consequência final destes 7 anos. O Jardim do Cerco da Graça, enfim, poderíamos continuar, mas não quero terminar sem as obras de Santa Engrácia nos Jardins do Campo Grande, a forma como estes se protela no tempo e como há uma indefinição, gera falta de confiança não só dos agentes mas também da população que está à espera de poder ter esses equipamentos ao seu serviço. -----

----- Senhor Presidente, tenho que lhe dizer também, isto aqui também abala um pouco a confiança relativamente às próprias Juntas de Freguesia. Primeiro esta história toda dos arvoredos e há que classificar a situação do arvoredo e há que deixar aqui de forma muito clara, o Senhor Presidente já o disse e teve aqui a honestidade de o afirmar, de facto, há aqui um processo que é ímpar no âmbito da gestão do arvoredo da Cidade de Lisboa, as Juntas de Freguesia assumiram essa competência, uma competência que a Câmara Municipal transferiu no mesmo modelo e, no mesmo nível de serviço que exercia anteriormente, o que para o caso de muitas pessoas não se terem apercebido, mas o Senhor Presidente já teve a oportunidade e hombridade de dizer, era claramente inferior à necessidade da própria Cidade, portanto qualquer intervenção que daí advenha a recursos e a expensas das próprias Juntas de Freguesia e como neste acaba, não conseguem mais e, em 2º lugar também perante a dificuldade de meios, as Juntas de Freguesia que têm podas

agendadas para os próximos 3 meses, porque não há capacidade de resposta nem de meios próprios, nem dos próprios serviços que podiam prestá-los na Cidade. -----

----- Depois em 2º lugar, esta história interminável com a retirada da capacidade de tributação não naquilo que eram o modelo de gestão do espaço público no âmbito do licenciamento das esplanadas fixas, claro que isto veio gerar enorme confiança junto dos proprietários, claro que gera maior desconfiança e confusão, também junto da relação já difícil no âmbito desta transição e que é que temos aqui uma vez mais um impasse que está perfeitamente estabilizado, como também está a questão do FES, o fundo de emergência social que está parado desde Novembro de 2017 e que nos últimos meses têm sido as Juntas de Freguesia a poder assegurar esse serviço das suas próprias populações e dos Senhores Vereadores que estão preocupados com, por exemplo, a questão dos livros, que não estão preocupados com a continuação da aplicação deste Fundo, tão importante que era a para a própria à própria Cidade de Lisboa para as comunidades que servem, aqui há uma ausência de resposta e são obviamente as Juntas de Freguesia que o têm que assegurar e, por fim também já que estamos ainda a falar de Juntas, não posso esquecer Olissipiadas, esse grande marco da atividade desportiva na Cidade de Lisboa. Muito interessante e muito importante para a Cidade de Lisboa, mas que continua a ser parcialmente comparticipados pelas próprias Juntas de Freguesia, são eles que pagam espaços, são elas que pagam os técnicos para que as Olissipiadas da Câmara Municipal possam decorrer, aí sim, diremos, não é as Olissipiadas da Câmara Municipal, são as Olissipiadas da Cidade de Lisboa. -----

----- Dizer-lhe também que, pois mas convém que a coisa seja feita, pois, são pois a pois, pois são, mas depois a seguir aos modelos muito, muito espaçados para a gestão com as próprias Juntas de Freguesia e depois dizer-lhe inevitavelmente, falta de confiança relativamente ao próprio território e aqui Senhor Presidente de forma muito clara dizer-lhe que, dar-lhe só 2 exemplos que são os 2 exemplos neste momento mais gritantes, o mundo Rato, Senhor Presidente, explicar-lhe que a intervenção que ali é feita, a intervenção que o Largo do Rato e eu sei que o Senhor Presidente por mais concorda, porque já o disse publicamente, a intervenção que o Largo do Rato precisa é a de colocar a mobilidade no Rato do século 21 e não colocar o urbanismo do Rato século 22 e este é que é um dos principais dilemas, e é aqui que nós vamos ter alguma dificuldade em compreender como é que nós podemos inverter uma situação desta sem prejudicar inclusivamente, o que já foi feito e não foi alterado em 2010, quando houvesse oportunidade. -----

----- Em 2º lugar, Senhor Presidente, a Praça de Espanha e os protestos começam somar-se e esta é uma questão particularmente relevante, porque isto tem sobretudo a ver com uma estratégia aí novamente relacionada com a mobilidade e com a organização da própria Cidade e como é que queremos uma Cidade a servir a sua própria população. -----

----- Em suma, Senhor Presidente, não me querendo alongar muito mais dizer-lhe e reforçar, há claramente aqui um problema de falta de confiança, que é ou não sanável vai depender de Vossa Excelência e quero-lhe dizer, Senhor Presidente, que termino

com a seguinte afirmação: eu tenho a minha intervenção aqui, uma apresentação muito clara daquilo que são as principais preocupações do PSD, mas, como tive oportunidade de lhe dizer ainda há pouco, o PSD não fala a uma voz, fala a muitas e, portanto, teremos aqui mais vozes do PSD para lhe transmitir mais preocupações que nós vamos tendo sectorialmente sobre a Cidade. Muito obrigado.”-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado Senhor Deputado.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal António Prôa (PSD)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado Senhora, Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhor Presidente, Senhores Vereadores. -----

----- Venho então fazer aqui a segunda voz do PSD nesta Assembleia Municipal, dando continuidade a um esforço que nós temos de completar a Informação Escrita do Senhor Presidente tornando-a talvez menos cor-de-rosa, mas seguramente, mais completa e mais verdadeira. -----

----- Trago-lhe dois ou três aspetos muito concretos que não vimos, estranhamente, surpreendentemente, referidos numa Informação Escrita, datada e trago-lhe aqui aspetos que foram acontecimentos preocupantes na Cidade para as quais o Senhor Presidente não encontrou oportunidade de os referir. -----

----- Refiro-me em 1º lugar às pragas na Cidade de Lisboa. Em Janeiro foi conhecida uma praga de ratos na escola do Parque das Nações em Janeiro também pragas de ratos em 2 escolas no Restelo que, aliás, obrigaram ao seu encerramento, essas mesmas escolas que tinham sido alvo também uma praga de ratos 3 meses antes. No final do ano foi notícia uma infestação de percevejos em Lisboa foi, aliás, considerada a praga do ano na Cidade de Lisboa. -----

----- Entretanto, e mais recentemente vão sendo conhecidos vários relatos da ocorrência da lagarta do pinheiro. Senhor Presidente existe um problema de saúde pública na Cidade de Lisboa. Existe, apesar das afirmações da Câmara Municipal de que tem a cumprido desinfestações e ações de combate a estas pragas elas permanecem. A Câmara não tem sido capaz de as resolver a Câmara não tem contribuído para repor alguma tranquilização das pessoas, pode ser um problema quase anedótico, mas Senhor Presidente imagina que se tiver filhos numa escola que convivem com ratos, seguramente, não acha nada agradável e a Câmara para isto não teve uma resposta. -----

----- O 2º aspeto que queria trazer Senhor Presidente, outro aspeto que não referiu na sua intervenção escrita prende-se com a atividade turística, referiu-a abundantemente, mas permita-me que lhe refiram aspeto em concreto, refiro-me às viaturas afetas à atividade turística que tão intensamente circulam por toda a Cidade, mas, com particular intensidade na zona central da Cidade. Ora em novembro de 2015, esta Assembleia Municipal recomendou à Câmara Municipal a elaboração urgente de um regulamento para estes veículos. Em Dezembro de 2016 foi pela Câmara Municipal aprovado um regulamento e submetido a discussão pública, passados 6 meses não os

30 dias da discussão pública, a Câmara anuncia que esse regulamento era adiado para 2018, o que é que acontece entretanto? Entretanto acontece que Lisboa sofre com a anarquia da circulação dos transportes afetos à atividade turística ainda recentemente ocorreu um acidente na Avenida da Liberdade, que já agora aproveito para dizer que, provavelmente se tivesse havido, se houvesse o regulamento que condicionasse, por exemplo, a circulação dos veículos de 2 pisos na faixa central e não nas laterais, por exemplo, medida simples que teria evitado esse problema. No entanto, o regulamento continua à espera, não se sabe bem de quê e por isso continuam os lisboetas, a ser prejudicados todos os dias. -----

----- Senhor Presidente, queria-lhe trazer ainda um outro assunto, um assunto bem conhecido de Vossa Excelência, diz respeito à 2ª Circular. Estranhamente, o Senhor Presidente também não teve aqui uma palavra para a 2ª circular como não teve, aliás, no orçamento que está em vigor para o ano 2018 a história da 2ª Circular é de todos também bem conhecida. Em 2015 a Câmara anunciou nosso nesta Assembleia Municipal obras de grande ambição, palavras do Senhor Presidente, para a 2ª Circular. Afirmou ainda que a 2ª Circular, necessitava de uma intervenção profunda, porque enfrentava vários problemas severos, mais uma vez palavras suas. -----

----- Ora perante esta posição, ainda assim, a oposição chamou a atenção para o prejuízo que significaria acumular tantas obras simultaneamente da Cidade e vários partidos defenderam o desfasamento no tempo dessa intervenção, no entanto, o Presidente teimou achando que, de facto, era um assunto de grande urgência que tinha que ser imediatamente resolvido, insistindo na urgência da obra. -----

----- Depois foi tudo o que se sabe, foi a anulação do concurso com base em argumentos de favorecimento e de conflitos de interesse ainda por demonstrar e depois em Julho, o Senhor Vereador João Paulo Saraiva reafirmou que a 2ª Circular, necessitava de uma intervenção urgente e que iria avançar logo após as eleições, ora, passadas as eleições não há obra, passadas as eleições a um orçamento que não prevê nenhuma intervenção na 2ª Circular e o que quero perguntar, Senhor Presidente, é pela urgência da obra da intervenção na 2ª Circular, se ela deixou de ser urgente ou se a Câmara mudou entretanto de ideias. Senhor Presidente, Senhora Presidente eram estas as questões que queria aqui trazer hoje. Muito obrigado.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Fernando Rosa (PSD)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “ Boa-tarde, Senhora Presidente, Senhores Deputados Municipais, Senhor Presidente da Câmara, Senhores Vereadores, Caros Colegas. -----

----- Hoje estou aqui a representar o PPD/PSD, o maior partido português que ganhou as últimas eleições e, portanto, não tinham novo, o PPD/PSD, verdadeiro partido português intergeracional, interclassista e que é o maior partido português. -----

----- Venho aqui falar num tema que é a higiene urbana, que é o tema muito querido para a nossa qualidade de vida. A higiene urbana é um dos principais setores não se podem medir a qualidade de vida de uma Cidade e é algo que se sente no dia-a-dia. ----

----- Um dos seus principais problemas é a falta de cidadania que deve ser combatida não só através da sensibilização, mas também através de uma fiscalização mais

efetiva, segundo a Informação Escrita do Senhor Presidente, disse-o neste período, uma campanha de sensibilização louvável, mas nós temos que também *à lateri* fazer uma verdadeira fiscalização, porque sabemos perfeitamente que isso é fundamental. E eu tenho algumas dúvidas que apenas 226 infrações, que em Lisboa foram cometidas segundo a informação do Senhor Presidente desta matéria, ainda por cima 62 por cento só nas Freguesias de Santa Maria Maior e de Misericórdia dá-me ideia que, de facto não há uma fiscalização em condições e, de facto, como representante de uma Freguesia que está do outro lado e que também tem muita importância turística, que é o caso de Belém, dá-me ideia que realmente não há fiscalização nesta zona e até podia pôr a hipótese, porque não começarmos a pensar em fazer uma delegação de competências da Câmara nas Juntas de Freguesia para esta questão da fiscalização. ----

----- De qualquer forma o que eu gostaria de saber aqui é quantas contraordenações ou quantas coimas foram concretizadas durante este período, porque já vi quantas infrações é que houve, mais ou menos, daria 18 em média por Freguesia, mas já vimos que só 64 por cento eram logo naquelas duas Freguesias De Santa Maria Maior e da Misericórdia, de maneira que acho que aqui qualquer coisa não está a correr bem. ----

----- No que respeita à recolha dos resíduos sólidos e urbanos, e pelo que nos apercebemos, pelas informações de serviços é que esta não tem sido plenamente eficaz e que tem um número considerável de reclamações. -----

----- Eu bem sei que a matéria da higiene urbana há sempre reclamações, mas temos que pensar e fazer um bocadinho enfim, de pensamento, de facto, no dia-a-dia eu sinto na minha atividade diária que de facto algo não está a correr bem e tem que ser mudado, isso temos todos que ser suficientemente humildes para saber que isto tem que ser algo mudado, há uma coisa que corre bem, de facto é o relacionamento entre os responsáveis da Câmara, da parte de Higiene Urbana e os responsáveis das Juntas, pelo menos no que nos compete a nós ter havido esse bom relacionamento, que ajuda bastante mesmo assim, eventuais problemas que vão surgindo, mas está completamente desregulada a recolha dos resíduos urbanos, e isto tem que ser mudado, já vimos que isto não dá, está-se a fazer uma esforço sério de alguma forma, mas ainda lento com a colocação de ecopontos subterrâneos, no novo sistema que estamos agora a colocar, apenas existe meia dúzia, não mais, mas qualquer forma se isto é para continuar a fazer, colocar esses esses ecopontos, estamos todos de acordo, estamos no caminho certo, mas tem que ser mais rápido. -----

----- São as Juntas que recebem a maioria dessas reclamações, são estas que muitas vezes se veem obrigadas a substituir a Câmara, às vezes tem de ser ação direta, temos que ser nós a tratar das situações, porque as coisas realmente estão muito tempo na rua sem serem retirados, os próprios resíduos sólidos. -----

----- Para quando uma transferência de competências na área do chamado de lixo abandonado? Também estaríamos eventualmente disponíveis para assegurar essa tarefa porque também isso que ele está a funcionar como deve ser! Tirando aquelas questões, tudo bem, que se telefona e a Câmara até tem vindo, mas há outras com um maior voluntarismo que não estão a funcionar e, de facto, é o dia-a-dia dos sacos nas esquinas da nossa Capital!-----

----- E eu sei em parte porquê, porque os homens dos restaurantes, fundamentalmente, dizem-me isso, onde é que eu vou pôr os meus resíduos se não tenho recolha diária? Eu não posso deixar isto 2/3 dias aqui dentro de do restaurante nem a ASAI me deixava, portanto, eles andam com os saquinhos de plástico à socapa à noite a ver porque é que algumas esquinas para deixarem os sacos, e que é punível com o sabem, mas também não há fiscalização e a Cidade, de facto, tem uma série de sítios que são umas autênticas lixeiras e isso não pode ser, portanto, nós temos que melhorar significativamente, Senhor Presidente e Senhor Vice-Presidente, que tem este pelouro, isto é fundamental regular o sistema recolhas sejam elas em si diferenciadas ou as do papel, do plástico ou do vidro. -----

-----E já agora se o Presidente e a bem de uma Cidade com qualidade para todos, quando a transferência da competência da limpeza e manutenção das próprias para papelarias? -----

----- Devo frisar, em conclusão, que a grande maioria das reclamações que recebemos das Juntas são matérias da competência da Câmara, nomeadamente a deficiente recolha de resíduos sólidos, está desregulada completamente. Os poucos lugares disponíveis para deposição de resíduos sólidos, quer do vidro, das embalagens de plástico, do papel cartão e do indiferenciado, criando portanto umas autênticas lixeiras à volta desses locais. Porque não há uma passagem regular por parte dos carros de recolha de resíduos sólidos urbanos, há quem diga que isso é, não obstante terem sido contratados alguns elementos para a higiene urbana da Câmara, tem havido uma elevada e estranha taxa de absentismo...” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra continuou:

----- “Senhor Deputado tem que terminar, terminou o seu tempo.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Fernando Rosa (PSD)** no uso da palavra prosseguiu: -----

----- E a deficiente iluminação pública também tem sido uma grande deficiência que se tem visto nas freguesias, só para acabar Senhora Presidente, uma última pergunta Senhor Presidente, para quando o início da construção dos novos postos de limpeza urbana que estão prometidos para Lisboa? E já para já o do Restelo? Já devia de estar pronto, mas ainda não começou. Muito obrigado.” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra continuou: -

----- “Obrigado Senhor Deputado. Agora é a vez do Senhor Presidente responder, se faz favor, aos Senhores Deputados do PSD. -----

----- **O Senhor Presidente da Câmara**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -

----- “Muito obrigado Senhora Presidente, Senhoras e Senhores Deputados. -----

----- Agradeço ao Deputado Luís Newton me ter lembrado que o Partido Socialista governa a Cidade de Lisboa há 11 anos. Porque a constatação, desse facto, tem que ser associada ao seguinte: é que a Cidade está muito melhor do que estava! -----

----- A Cidade está bem do ponto de vista económico, a Cidade está a recuperar de défices estruturais antigos em matéria de qualificação do espaço público e qualidade de vida, a Cidade está a avançar as políticas de mobilidade e a Cidade está a dar passos significativos na melhoria da coesão social nos vários segmentos onde ela se

coloca e, por isso, 11 anos depois da 1ª eleição que teve um Presidente Socialista recente da última eleição como Presidente teve um socialista à frente da Câmara de Lisboa só podemos dizer que foi uma boa aposta e que a Cidade ganhou com isso e parece ouço a sua a intervenção, colocada sobre a temática da confiança com alguma perplexidade, porque eu não escolheria mesmo esse adjetivo, eu escolhi mesmo esse qualificativo, porque se eu acho que há palavra que hoje se nota na Cidade de Lisboa e que Lisboa é de novo uma Cidade confiante no seu presente e no seu futuro! -----

----- Senhor Deputado, eu ao ouvi-lo, permita-me, não resiste a perguntar-lhe o seguinte: o seu Deputado falou sobre as políticas de mobilidade e falou de bicicletas e do sistema de bicicletas partilhadas, eu julguei que o Senhor Deputado iria subir à tribuna, iria pedir, aliás, aquele grande ecrã que está aqui disposto atrás de nós, para apresentar a versão corrigida do PSD sobre as ciclovias na Cidade Lisboa, eu julguei que este era o momento, julguei que era o momento em que o Senhor Deputado iria dar a mão à palmatória e deveria dizer “Bom, olha aquele artifício que nós inventámos para a campanha eleitoral, afinal, damos a mão à palmatória, as coisas estão a funcionar e as coisas estão a funcionar melhor e as ciclovias são uma aposta de sucesso na Cidade de Lisboa e as bicicletas partilhadas, são uma aposta de sucesso na Cidade de Lisboa! Feitas com ponderação, com equilíbrio como meio complementar e que a todos servem, não só àqueles que as utilizam exclusivamente, mas também àqueles que utilizou a viatura o carro próprio, porque mais espaço fica disponível na via pública para eles, mil carros que sejam transferidos, mil pessoas que transfiram o seu instrumento de mobilidade do transporte individual automóvel para uma bicicleta, são menos 5 quilómetros de fila na Cidade de Lisboa!-----

----- Senhor Deputado, julguei que quando falasse da Giras e das bicicletas na Cidade pudesse referir isso mesmo e apresentasse este vídeo. -----

----- Em segundo lugar, o Senhor Deputado tem a preocupação com, a sua preocupação com a Carris é se nós vamos ter motoristas suficientes? Oh Senhor Deputado, o Senhor Deputado não viu o que nós fizemos desde o início com Municipalização da Carris? É que, desde o início, nós estamos a contratar trabalhadores da Carris. A Carris perdeu até à Municipalização, a Carris perdeu até à Municipalização, Senhor Deputado ouça bem, nos 4 anos anteriores a Municipalização, até 2011, peço desculpa a Carris que perdeu 600 trabalhadores e 100 autocarros, perdeu cerca de um terço da sua força de trabalho e perdeu quase 20 por cento da sua capacidade, do seu número de autocarros do ponto de vista operacional, ora o que nós já temos feito é recuperar o número de trabalhadores a Carris que já contratou 164 trabalhadores em 2017 e vai contratar 250 trabalhadores no global do ano de 2018 e por isso, não se preocupe, quando os novos autocarros chegarem, bonitos, eficazes a melhorar a mobilidade da Cidade de Lisboa, eles vão ser conduzidos por motoristas do serviço público de transportes na Cidade de Lisboa.-----

----- Diz ainda o Senhor Deputado fala sobre as questões da mobilidade na questão do Largo do Rato e da Praça de Espanha, Senhor Deputado posso-lhe garantir o seguinte: o projeto, eu gostaria, naturalmente, de ver o projeto da Praça Em Cada Bairro no Largo do Rato, gostava, tenho de dizer é que nós ainda não encontramos, não temos

ainda uma Proposta que possamos fazer para uma zona tão complexa, uma Proposta para uma zona como a do Largo do Rato, Estamos a tentar, estamos a trabalhar e quando tivermos uma Proposta fá-la-emos do ponto de vista público, mas gostava de falar sobre a Proposta da Praça de Espanha. É que a Proposta da Praça de Espanha vai ser das intervenções mais importantes de espaço público deste mandato, não tenho dúvida, porque vai transformar hoje uma zona que é profundamente incarácterística, sem qualquer possibilidade de fruição por parte dos cidadãos, no que será o Jardim permita uma utilização da escala que será cerca do dobro em área do que é o Jardim da Estrela e nós vamos fazer isto com uma melhoria das condições de circulação viária na generalidade de operação que é realizada e, aliás, percebe-se bem porquê, porque hoje o que acontece na Praça de Espanha é que os circuitos mais importantes de cruzamentos da Praça de Espanha são feitos com uma enorme perda de tempo para aqueles que as utilizam, porque as ligações não são diretas. A solução que nós apresentaremos é uma solução que é eficaz do ponto de vista do espaço público, mas é também eficaz do ponto de vista, mais eficaz, do que ponto de vista da solução global de mobilidade.-----

----- Senhor Deputado, relativamente à questão do edifício do Largo do Rato já tive oportunidade a pouco lhe responder, o projeto foi aprovado e constituíram-se direitos ao promotor em 2005, foi alvo de um intenso ou tendencioso judicial entre os promotores e a Câmara de Lisboa, que se saldou por um acordo feito em 2010 que não pode pôr em causa o licenciamento atribuído em 2005, isto é, no tempo da governação do PSD na Câmara de Lisboa e o que eu afirmei foi simples, eu dei a minha opinião pessoal, vamos dialogar com os promotores e com os arquitetos, como digo e reafirmo, dos melhores arquitetos que o nosso país tem, para tentarmos encontrar uma solução mais consentânea com a Praça e com a sua envolvente, mas não se esqueça de uma coisa, quem criou os direitos sobre os quais a Câmara terá que responder caso nos respeito foi em 2005 e nesse ano e não em nenhum outro.-----

----- Depois em resposta, ao Senhor Deputado António Prôa dizer o seguinte, Senhor Deputado não existe nenhum problema de saúde pública na Cidade! Não existe nenhum problema de saúde pública na Cidade! A expressão que utilizou é perfeitamente imprópria para caracterizar o Estado da Cidade, não há área a todos os títulos associados com a saúde pública que a Cidade não tenha feito grandes progressos.-----

----- Agora termos questões pontuais e termos casos pontuais que exigem intervenções dos nossos serviços há e haverá sempre, no meio urbano é naturalmente um meio em que se desenvolvem processos de pragas de vários tipos e de vária natureza, elas desenvolvem-se precisamente em meio urbano, porque, é obviamente aqui que determinadas espécies procuram a sua sobrevivência e nós lidamos com esse fenómeno e vamos lidar sempre, criar a ideia que alguma vez teremos uma Cidade sem estes fenómenos é uma ilusão completa, porque não há nenhuma que não os tenha, a questão é saber se temos ou não os instrumentos para lidar com eles com eficácia, o que posso dizer, Senhor Deputado é o seguinte: é que entre no ano de 2017 foram realizadas 1426 operações de desratização e desbaratização, isto é, mais 11 por

cento do que tínhamos realizado no ano de 2016, os serviços da Câmara estão a funcionar, estão a agir quando é necessário, quando é preciso com o realismo de saber que não é possível eliminar por completo todos os fenómenos que acontecem. -----

----- Última questão que gostava de lhe responder é a questão relativa à 2ª Circular, Senhor Deputado, eu tive já a oportunidade mais do que uma vez, já no mandato anterior e ainda este mandato, não sei se resposta a Vereadores ou se a Senhores Deputados aqui presentes de enviar a lista das intervenções que foram feitas, tal como tínhamos anunciado depois de termos que tomar a decisão sobre o projeto da 2ª Circular, eu anunciei que iríamos fazer um conjunto de intervenções de urgência sobre os pontos críticos e essas intervenções de urgência foram feitas, estão listadas, estão identificadas estão quantificadas, iremos continuar a fazer até ao momento até ao momento em que a Câmara apresente aprove e tenha condições para avançar com um projeto mais vasto que relativamente à 2ª Circular.-----

----- Já registei e tomei boa nota que o Senhor Deputado está ansioso por uma boa polémica de novo, cá estaremos e cá estaremos prontos para isso! Eu também gosto dessa polémica e se a polémica se colocar no mesmo ponto da mesma forma que se colocou a anterior, Senhor Deputado, cá nos encontraremos possivelmente dos mesmos sítios opostos da mesma. -----

----- Por último o Senhor Deputado Ribeiro Rosa, sobre os números da fiscalização da higiene urbana, eu não gostava de ter que lembrar o seguinte, a fiscalização da Higiene Urbana é também uma competência das Juntas de Freguesia desde a correção da Lei da Reforma Administrativa é não só a higiene urbana, é a fiscalização, como são também as multas decorrentes dessa fiscalização e, por isso, uma parte da pergunta que o Senhor Deputado me colocou eu lha devolvo ao Presidente da Junta, que é perguntar quantos autos foram apontados em Belém? Quais foram as coimas que foram feitas em Belém? E como é que este processo se desenvolveu? Porque esta também é uma competência que hoje a que diz respeito. -----

----- Em segundo lugar, gostava de dizer o seguinte, eu acho que uma observação isenta só pode concordar que a área da Higiene Urbana e na Cidade de Lisboa está melhor do que aquilo que está, está melhor e o facto de estar melhor decorre de 2 razões fundamentais a 1ª das quais é a Reforma Administrativa. A passagem da limpeza e da varredura para as Juntas de Freguesia melhorou a situação da Cidade, há mais atenção aos problemas, há mais proximidade na resolução dos problemas, há mais rapidez na resolução dos problemas e há mais recursos a resolver os problemas, não tenho dúvidas sobre isso. -----

----- A 2ª razão é que a Câmara por estar hoje concentrada na remoção, pôde concentrar-se na resolução das questões que o nosso modelo de recolha seletiva porta-a-porta não permitia responder adequadamente, são elas em 1º lugar, é o problema da recolha nos bairros históricos, a intervenção que está a ser feita relativamente à introdução e à negociação para a introdução e utilização de contentores nos bairros históricos é um sucesso. Não está ainda totalmente concluída, mas quem olha hoje para os bairros históricos da Cidade e estou aqui a ver a ser Presidente da Junta da

Misericórdia aqui à minha frente só pode constatar que a situação melhorou substancialmente face àquilo que era. -----

----- Segunda grande decisão é a decisão de nós complementarmos a recolha seletiva porta-a-porta com sistemas de contentores enterrados, porquê? Porque havia zonas em que pela natureza dos edifícios, esses contentores não eram utilizados de forma adequada e precisávamos de um sistema complementar. Ora, esse sistema tem vindo a ser instalado só no período da Informação Escrita foram instalados 68 destes contentores pela Cidade agora eu gostava que o ritmo fosse mais rápido? Bem, gostaria, mas o Senhor Deputado se percebe bem com facilidade uma coisa, quando se instala um contentor que pela natureza da sua carga, por exemplo, pode obrigar pela profundidade a que ele é instalado a fazer escavações arqueológicas, percebe que isto não é propriamente fácil como abrir uma vala e lá coloca-lo, não é, há problemas de infraestruturas, há problemas de arqueologia e, por isso, eles são instalados ao maior ritmo possível que nós podemos. -----

----- Terceira questão que tem vindo a ser resolvida, o 3º desafio é a questão da higiene urbana nas Freguesias com alta a procura turística. Porque as Freguesias são diferentes do ponto de vista da carga que recebem e há Freguesias como a Freguesia de Belém, como a Freguesia de Santa Maria Maior, da Misericórdia de Santo António e de São Vicente, por exemplo, em que é manifesta a completa desproporção entre a população residente e a população flutuante em particular turística.-----

----- Eu acho que nós já avançámos alguma coisa em equacionarmos bem esta questão, mas já o disse mais que uma vez e volto a dizê-lo aqui, neste mandato, nós temos que ser mais eficazes em encontrarmos uma solução de reforço de meios para estas Freguesias também com acesso à taxa turística que já têm para a higiene urbana, mas reforçá-la nesta dimensão, porque verdadeiramente um sistema que está dimensionado para os residentes não dá resposta às exigências da população flutuante.

----- Muito obrigado.”-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “ Muito obrigada Senhor Presidente, informo-o que acaba de esgotar o seu tempo, tem 8 segundos, creio que o Partido Socialista lhe dará tempo, mas pedia a todos então que tentássemos que o Debate fosse o mais completo possível e com tempo para responder a toda a gente. -----

----- Vamos passar agora o próximo Partido inscrito, o PS só tem esta Senhora Deputada inscrita e depois a seguir a próxima intervenção são Deputados do PCP.”-----

----- **A Senhora Deputada Municipal Carla Madeira (PS)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Senhora Presidente da Assembleia, Senhor Presidente da Câmara, Senhoras e Senhor Vereadores, estimados colegas Deputados, Público presente, Minhas Senhoras e meus Senhores.-----

----- O programa de governo da Cidade de Lisboa para o quadriénio 2017/2021 apresentado pela Coligação liderada pelo Partido Socialista, sobre a égide de “Lisboa Precisa de Todos”, o qual foi sufragado pelos lisboetas nas eleições realizadas no

passado dia um de outubro, estabelece cinco eixos estratégicos de atuação, designadamente em matéria de ambiente e qualidade de vida, de promoção dos direitos e combate à discriminação, de dinamização da economia, de valorização e a reafirmação da Cidade no contexto global e de promoção da transparência da descentralização e da participação cívica.-----

----- Estas linhas de orientação estratégica, visam aprofundar e consolidar os resultados bem-sucedidos obtidos anterior mandato autárquico e dar resposta às necessidades e anseios da população, bem como capacitar a Cidade para vencer os desafios futuros. Trata-se de uma tarefa exigente, complexa e sempre inacabada a qual carece de uma gestão integrada que consiga conciliar o rigor, a responsabilidade e o sentido de compromisso com a ambição e a visão de futuro, pois só assim se conseguirá corresponder às expectativas e à confiança depositada pelos lisboetas. -----

----- Neste contexto, o grupo Municipal do Partido Socialista congratula o Executivo Municipal liderado pelo Presidente Fernando Medina, face ao conteúdo da Informação Escrita apresentada a esta Assembleia Municipal, a qual a discriminar exaustivamente o trabalho realizado pela Câmara Municipal de Lisboa no período compreendido entre 1 de dezembro de 2017 e 31 de janeiro de 2018 revela que a estratégia de governação da Cidade e os compromissos assumidos para com os lisboetas continuam a ser cumpridos de forma competente, rigorosa e eficiente, designadamente em setores estruturantes tais como a mobilidade, a sustentabilidade ambiental, a dinamização da economia e a valorização do espaço público assim como a cultura, o desporto e as funções sociais.-----

----- A mobilidade é efetivamente um fator chave da Cidade e da vida das pessoas pelo que a estratégia de mobilidade constitui um eixo primordial de ação de governação, neste contexto, a aposta assumida e determinada que o Executivo Municipal tem vindo a realizar com vista à melhoria da qualidade do conforto e aumento da eficiência da rede de transportes públicos que serve a Cidade tem que ser reconhecida, enaltecida e valorizada. A Carris é um exemplo paradigmático desta aposta estratégica que se traduz nomeadamente no aumento do número de clientes, 5,9 por cento no mês de dezembro face ao mês homólogo do ano anterior, contribuindo para o crescimento acumulado da 2 e meio por cento em 2017, o que significa que a Carris transportou um total de 122 Milhões e 400 mil passageiros em 2017.-----

----- A oferta e fiabilidade da operadora também registou um aumento no ano transato ao adicionar 5 novas carreiras e ao diminuir para cerca de metade das supressões de serviço, o que se traduziu na realização de mais de 29,5 milhões de quilómetros percorridos, e é evidente a aposta para continuar a melhorar o serviço que a Carris presta à Cidade, como demonstra a recente admissão de 42 trabalhadores, dos quais 38 guarda-freios e motoristas de serviço público e o lançamento do concurso internacional para aquisição de 200 novos autocarros que irão reforçar e modernizar a frota ainda este ano. Para este aumento do potencial concorreram também outras medidas complementares integradas, designadamente no domínio da monitorização e fiscalização com vista a evitar a obstaculização dos autocarros e elétricos e garantir a

fluidez da circulação nos corredores BUS, onde a ação conjunta da Carris com a EMEL e a Polícia Municipal, centralizada desde 28 de outubro na estação da Carris de Miraflores, foi essencial para diminuir os tempos de interrupção dos percursos, menos 10 por cento e melhorar a qualidade de serviço, mas é possível e necessário continuar a tornar a rede de transportes públicos mais eficiente e apelativa, designadamente ao conferir prioridade de circulação aos veículos afetos ao transporte público, neste sentido é com particular satisfação que registamos a implementação do novo sistema de semaforização através do qual é atribuída prioridade aos veículos que circulam nos corredores BUS contribuindo assim para aumentar a fluidez, a segurança e a comodidade dos passageiros, trata-se da 1ª fase do sistema implementado no Eixo Entrecampos/Marquês de Pombal, que inclui 22 autocarros afetos às carreiras 736 e 738, mas que terá que ser progressivamente alargado nas fases subsequentes do sistema. -----

----- Em termos de mobilidade importa também destacar a continuidade da aposta em veículos não poluentes através da expansão da rede de Gira de 18 novas estações em diversos pontos centrais da Cidade. A rede passou a dispor de 43 estações e 409 Bicicletas de uso partilhado sobre a gestão da EMEL estão ao dispor dos cidadãos. O PS congratula-se com o reconhecido sucesso que até de Gira tem vindo a registar a registar, 76 por cento dos utilizadores avaliou o sistema com 5 estrelas, e que se traduz num aumento consolidado de aderentes quer em termos de utilizadores ocasionais, cerca de 30 mil viagens diárias só em janeiro, quer de utentes frequentes foram vendidos mais de 3500 passes anuais até 31 de janeiro. -----

----- A requalificação e valorização do espaço público constitui um fator importante para a Cidade, pelo que importa salientar o conjunto de ações e intervenções estruturantes que a Câmara pretende concretizar em diversos locais do território entre as quais se destaca a obra de construção do Parque Ribeirinho, a versão final do Plano de Pormenor do Aterro da Boavista e a operação de loteamento para AUGI da Rua Teresa Saldanha, bem como a alteração dos limites de reabilitação urbana de Santa Clara e de operação de reabilitação urbana sistemática de Santa Clara. -----

----- No que concerne à política Municipal para o Ambiente, no âmbito da qual foram concretizadas diversas medidas e iniciativas, tais como a plantação de árvores com munícipes, no âmbito da sua árvore em Lisboa, o *workshop* sobre eficiência hídrica e o alargamento e a requalificação da estrutura verde da Cidade, queremos destacar a campanha de sensibilização sobre a não deposição de monstros na via pública e a sua recolha gratuita. Esta ação que teve lugar entre 22 de 8 de Janeiro encerra a maior relevância no contexto da estratégia de prevenção com vista a melhorar a qualidade ambiental, a segurança e para garantir a saúde pública em Lisboa. -----

----- Minhas Senhoras e meus Senhores, as medidas reformistas não podem substituir ou comprometer a génese identitária da Cidade, neste contexto o PS congratula-se ao registar que o património identitário não só convive com a requalificação e modernização da Cidade, como é inclusivamente preservado e valorizado de forma conciliadora, como demonstra a adesão do Município de Lisboa à Propav, Associação da Calçada Portuguesa, a Calçada Portuguesa é uma marca de água da Cidade de

Lisboa que importa garantir e promover pelo que saudamos o Executivo por esta decisão. -----

----- O Património Cultural é, sem dúvida, um fator distintivo da Cidade de Lisboa que importa preservar e valorizar, nessa medida a iniciativa Lojas Com História constitui um elemento de valorização da cultura e identidade da Cidade e promoção do comércio tradicional que merece o nosso apoio e incentivo. -----

----- Em termos de iniciativas culturais, queremos também que destacar os mais de 250 espetáculos de diferentes expressões artísticas realizados em 2017 em cerca de 90 equipamentos e instituições culturais da Cidade, no âmbito da programação da iniciativa Lisboa Capital Ibero-americana de Cultura 2017. Lisboa foi ao longo de 2017 a Capital do Universo Ibero-americano constituído por mais de 120 milhões de pessoas, o que serviu para a reafirmação produção da Cidade de Lisboa e da cultura portuguesa no espaço lusófono e ibero-americano, mas a afirmação e promoção da Cidade também tem sido realizada por este Executivo em outros domínios, nomeadamente no domínio da captação de investimento e do aumento da atratividade para o empreendedorismo queremos a este propósito de saudar o Executivo pela estratégia de apoio e incentivo ao empreendedorismo e à criação de emprego, a qual tem vindo a contribuir para o esforço bem-sucedido, diga-se, que o país tem vindo a desenvolver no sentido de reduzir o desemprego, melhorar as condições de vida dos portugueses e dinamizar a economia nacional. Para isso que concorreu a criação de mais de 6300 empresas na Cidade, o que significa um acréscimo de 16 por cento face ao ano anterior e o valor mais alto desde 2008. Trata-se certamente de um impulso importante para a economia, para o emprego e para o conhecimento e inovação visto que cerca de um terço destas empresas constituídas em Lisboa em 2017, desenvolvem a sua atividade em setores intensivos de conhecimento e de alta tecnologia. -----

----- A capacidade e a atratividade de Lisboa é evidente ao acolher diversas empresas de referência internacional que escolheram a nossa Cidade para instalar novos centros de desenvolvimento administrativo e logísticos. Por seu lado, também várias empresas portuguesas optaram para instalar a sua sede em Lisboa, enquanto plataforma para o desenvolvimento da sua estratégia de internacionalização, a criação de condições para tornar a Cidade de Lisboa competitiva em termos nacionais e internacionais só é possível no quadro de uma estratégia política integrada complementar e transversal a diferentes áreas da governação da Cidade. É pois com particular, satisfação que constatamos que esse exercício está a ser concretizado com enorme sucesso, a bem do país, dos portugueses, dos lisboetas e da Cidade de Lisboa. -----

----- A formação e desenvolvimento integral é fundamental para a saúde e bem-estar pelo que as atividades desportivas assumem especial relevância, neste contexto e com particular orgulho e satisfação, e permitam-me aqui ressaltar a minha qualidade de Presidente da Junta da Misericórdia, que faço referência à 4ª Edição das Olimpíadas, isto porque a Escola Básica e Secundária Passos Manuel, localizada na Freguesia da Misericórdia foi o palco do início desta 4ª Edição, onde decorreu a cerimónia oficial no passado dia 13 de janeiro, a qual foi presidida pelo Senhor Vice-Presidente da Câmara Duarte Cordeiro e contou com centena e meia de crianças. Trata-se de uma

iniciativa que envolve mais de 6300 crianças que participam em mais de 60 eventos realizados nas escolas da Cidade e que proporciona e fomenta a prática de 12 modalidades desportivas, entre as quais andebol, atletismo, basquetebol, boccia, ciclismo, futebol, ginástica, judo, karaté, ténis de mesa e xadrez.-----

----- Esta edição inclui pela primeira vez as crianças e alunos das escolas de jardins-de-infância e dos primeiros, segundos e terceiros Ciclos do Ensino Básico, o que é particularmente significativo e relevante face às virtudes que encerra a atividade física e a prática desportiva. -----

----- Minhas Senhoras e meus Senhores, não obstante os méritos que a estratégia política para a governação da Cidade possa encerrar e a competência e empenho do Executivo Municipal não seria possível cumprir as tarefas e alcançar os desígnios do Poder Local sem os trabalhadores e colaboradores da autarquia que, em meu nome pessoal e em nome do Grupo Municipal do Partido Socialista aproveito para saudar com apreço, o reconhecimento e valorização dos trabalhadores da autarquia deve ser também traduzido a nível dos vencimentos e progressão das carreiras. Assim é importante salientar a decisão do Executivo Municipal assumir como prioritário o processo de descongelamento de carreiras dos trabalhadores do Município e que já se traduziu na alteração do posicionamento remuneratório iniciado em janeiro e que já abrangeu 2279 trabalhadores, sendo que cerca de outros mil trabalhadores poderão usufruir da respetiva incremento remuneratório estando para isso a serem apreciados os processos de validação das respetivas avaliações de desempenho, após um longo período de 4 anos em que os trabalhadores da Administração Pública, entre os quais os trabalhadores do Município de Lisboa foram eleitos pelo anterior Governo PSD/CDS-PP como o principal alvo das políticas de austeridade, do desinvestimento público e da desvalorização das funções públicas é fundamental registar e enaltecer a mudança de paradigma da estratégia política nacional que tem vindo a ser implementada nos últimos 2 anos e meio pelo Governo PS, liderado por António Costa e apoiado pela atual maioria parlamentar da Assembleia da República, onde as pessoas está no epicentro das políticas públicas!-----

----- Nesse sentido o PS congratula a Câmara pelo programa denominado Lisboa Cidade de Todas as Idades onde através da cooperação com a Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, cujo protocolo foi celebrado no passado dia 2 de fevereiro irá aprofundar e desenvolver a inclusão e apoio social à população sénior da Cidade, o programa destinado aos 132 mil lisboetas com idade superior a 65 anos, assenta em 3 eixos: vida ativa, vida autónoma e vida apoiada, e conta com um investimento superior a 100 milhões de euros. -----

----- Termino referindo o Programa Municipal Habitar o Centro Histórico, que pretende reforçar a coesão e justiça sociais, requalificar o parque edificado, fomentar a permanência dos residentes nos bairros históricos e garantir o direito à habitação. Este programa cujas candidaturas para 100 casas decorrem desde ontem até ao dia 5 de maio, abrange as Freguesias da Misericórdia, de Santa Maria Maior, Santo António e São Vicente, Freguesias que têm sido duramente fustigadas por expulsar de

moradores provocado pela lei do arrendamento e pelo crescimento do alojamento local!-----

----- A Câmara não se sente responsável direta por esta situação, tem procurado criar medidas que a colmatem, porque para esta Câmara as pessoas contam! E contam muito! Estas e muitas outras medidas demonstram que o Executivo Municipal liderado pelo PS não só tem sabido corresponder e conciliar este paradigma na governação da Cidade, como tem demonstrado que Lisboa é o esteiro deste país renascido, renovado e promissor. Disse.”-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “ Muito obrigada Senhora Deputada. Senhor Presidente da Câmara, não sei se quer reagir a esta intervenção. Senhor Presidente da Câmara tem 8 segundos, julgo que o PS lhe cede o resto do tempo que não usou.”-----

----- **O Senhor Presidente da Câmara**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -

----- “ Muito obrigado Senhora Presidente, quero agradecer à Senhora Deputada e quero em particular destacar o seguinte: que é o sucesso que nós estamos a ter no processo de recuperação da Carris e do transporte público. Permita-me que destaque isso, porque eram muitos aqueles que duvidavam e nós assumimos a gestão da Carris, momento de grande dificuldade, com a empresa praticamente a caminho da destruição e fomos capazes de levar a cabo uma política de dar a volta à Carris para a colocar de novo a crescer.-----

----- Hoje já começamos a ver os resultados dessa política, a Carris está a transportar mais passageiros, está a funcionar e melhores condições e volto a frisar ainda estamos no começo deste caminho, porque com a entrada dos novos autocarros e as admissões os novos trabalhadores, vamos assistir ainda mais a uma melhoria da quantidade e da qualidade da oferta do serviço da Carris. Muito obrigado.”-----

----- **A Senhora Deputada Municipal Graciela Simões (PCP)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “ Senhora Presidente da Assembleia, Senhor Presidente da Câmara, Senhores Deputados e Deputadas, Senhores Vereadores, a todos os presentes saudações.-----

----- Eu venho falar aqui de um assunto que não diz respeito à parte externa da governação da Câmara, mas sim à parte interna da sua própria casa, que é neste caso a saúde e a segurança do trabalho dos trabalhadores desta autarquia.-----

----- O Município de Lisboa, além de ser uma empresa com milhares de trabalhadores é também uma empresa que comporta riscos elevados para muitas funções destes trabalhadores e esta caracterização exige ações de vigilância de segurança e saúde do trabalho, que devem ser implementadas e avaliadas para melhoria das condições de trabalho para todos os trabalhadores, incluindo os trabalhadores dos serviços externalizados, que de acordo com a legislação em vigor são nesta matéria da responsabilidade da Autarquia.-----

----- Neste mandato, foram dois documentos e eu pensei que no primeiro apenas poderia ter-se tratado de um procedimento temporário, a descrição das atividades nesta área, mas no presente documento, no capítulo designado de Departamento de Saúde,

Higiene e Segurança, na página 36, 37 e 38, seria natural ver descrita a atividade que fizesse jus ao referido departamento. No entanto, o que é que começamos por ler? Atividades que não sendo de menor importância, como festas de datas festivas, ações sociais e pré escolares, remetem no entanto a atividades de que falo, para 3 pequenas tabelas, não numeradas, com uma descrição da atividade, que devia merecer mais cuidado, como é a segurança e saúde dos trabalhadores do município. -----

----- Da análise de uma das tabelas verifica-se um grande impacto dos acidentes de trabalho, área que deve ser avaliada pela segurança, mas que depois não apresenta as respetivas atividades, as quais poderiam minimizar fatores de risco que estão na base provável destes referidos acidentes. -----

----- Os trabalhadores do Município que se encontram dispersos por vários edifícios têm o direito a: condições de trabalho a nível de equipamentos, de higienização dos espaços de trabalho, meios de proteção coletivos e individuais e de ações de segurança e saúde do trabalho de acordo com os fatores de riscos a que estão expostos. -----

----- Neste contexto, gostaríamos de ver expressas em próximos relatórios primeiro as avaliações efetuadas a nível da exposição profissional destes trabalhadores, 2ª.- a identificação do ambiente de trabalho (ruído, qualidade do ar equipamento e processos de trabalho, da iluminação inclusive), 3º. – a identificação de fatores de risco do posto de trabalho, como seja a nível do edificado, dos espaços do trabalho, do equipamento de proteção individual ou coletiva destes trabalhadores e na sequência desta avaliação, gostaríamos de ver refletidas no Relatório as propostas corretivas de melhoria apresentadas e quais destas foram implementadas ou estão em vias de ser implementadas de acordo com a legislação em vigor. Obrigada.” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “ Muito obrigada Senhora Deputada.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Fábio de Sousa (PCP)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Senhora Presidente da Assembleia Municipal, o Executivo Camarário, Caro Público presente, trabalhadores da Câmara Municipal. -----

----- Aprecia-se hoje a Informação Escrita do Presidente da Câmara, para além de tudo o que aqui ficou descrito já anteriormente hoje falaremos também daquilo que é a outra Lisboa. A Lisboa que não vem aqui nesta Informação Escrita, a Lisboa que nos parece que o Senhor Presidente não quer discutir, aliás, pelas vezes que hoje falou em Setúbal, até nos parece que lhe apetece discutir mais Setúbal do que Lisboa! -----

----- Falamos do eixo tão proclamado da participação cívica do programa eleitoral do Partido Socialista. Falamos de uma Lisboa e de um projeto que não valoriza o potencial da participação das pessoas, vejamos o exemplo dos projetos de Orçamento Participativo que estão por implementar, desde, vejamos bem 2013, 2014, projetos que até são simples, alguns de valores apenas com 150 mil euros. -----

----- Não tem esta Câmara Municipal capacidade para implementar um projeto desta envergadura? 150 mil euros? E porque é que será? Será meramente por opção política

por inoperância dos serviços? Parece-nos que é claramente por opção política, os orçamentos participativos que tiveram a voz forte e ativa das populações foram claros e continuou ainda em grande parte por concretizar, os lisboetas não querem só ser ouvidos, querem ser informados e querem acima de tudo que esta Câmara Municipal cumpra na íntegra aquilo que são os seus compromissos por uma Cidade e, aliás, deixamos esta pergunta o Senhor Presidente da Câmara: o que é que será feito por parte do Executivo Camarário, para que Lisboa deixe de ser uma Cidade adiada e passe a ser uma Lisboa verdadeiramente participada? Obrigado.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Fernando Correia (PCP- Independente)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Ora boa-tarde Senhora Presidente, respetiva Mesa, Senhor Presidente da Câmara, Senhores Vereadores, Senhores Deputados e Público. -----

----- Eu vou começar por uma questão muito simples, que foi objeto aqui já várias referências pelo menos neste mandato, que tem a ver com os funcionários não docentes nas escolas de Lisboa. -----

----- Eu sei que isto depende do Ministério da Educação, curiosamente, nalgumas Câmaras aqui à volta depende das Câmaras e até tem funcionado bem, aqui depende do Ministério da Educação, não quer dizer que eu defenda que dependa da Câmara, mas... Calma Senhor Presidente de Câmara, que a procissão ainda vai no adro! Mas, de facto, há aqui uma série de questões que se têm vindo a repetir e que são exemplos, a Escola EB1 Leão de Arroios, o Agrupamento de Escolas de Benfica, a EB 2 3 Padre Cruz, a EB1 da Vieira, que com transtorno para crianças, para os próprios funcionários das escolas, para os aos pais que nestes dias provavelmente não podem ir trabalhar e têm que ficar em casa e que eu presumo que a Câmara entretanto tenha contactado o Ministério da Educação, mais exatamente a DGEST, que é uma Direção-geral muito pouco ou melhor muito indigesta, porque tarda a resolver o que quer que seja e que oportunamente, já que neste relatório não é referência a nada disto, não sendo uma competência da Câmara é uma questão importante! Não bastam os livros, é preciso que as escolas tenham condições e que tenham segurança e que os alunos se sintam lá bem e que os pais vão para casa descansados. -----

----- Passando a outro assunto muito querido do Senhor Presidente eu falaria da Carris. A Carris um ano depois da Municipalização e 2 anos depois de se ter iniciado o processo de reversão da privatização e do desmantelamento que o anterior Governo PSD/CDS estava a levar a cabo com vista à privatização, a Carris depois de se ter permitido com a Municipalização a reversão dos malefícios causados, chegamos ao primeiro ano posterior à Municipalização e praticamente nenhum destes problemas se encontra resolvido. O que pode explicar o crescimento anémico, ao contrário dos números que foram trazidos aqui hoje, eu admito que este ano as coisas possam correr melhor, mas até agora foi anémico, o crescimento anémico em 2017 em relação a 2016. -----

----- Segundo os números que foram publicadas agora estes dias num jornal de referência, com todos os transportes na Área Metropolitana de Lisboa e Porto e com dados fornecidos pelas empresas, portanto, presumo que foi a Carris que os forneceu,

o crescimento em 2017 foi de apenas 1,2 por cento, ou seja, de 121 milhões para 122,4 milhões de transportes e de pessoas transportadas, números bem diferentes destes constantes da Informação que o Presidente trouxe à Câmara. -----

----- As supressões e limitações de carreiras, que implicam um aumento de transbordo e provocam inúmeros inconvenientes para os utentes não se resolveram e nenhuma carreira viu o seu percurso aumentado, algumas inclusivamente até podiam aumentar para fora de Lisboa, porque não? Já que se falou na questão dos transportes e da questão Metropolitana, acho que é uma questão também pertinente, algumas das alterações efetuadas, nomeadamente com as chamadas redes do bairro funcionaram essencialmente como elemento eficaz de propaganda, tendo-se na prática limitado à reposição, sob outro nome, de supressões anteriores muito limitadas quer em número quer em frequências quer em horários. -----

----- A aquisição das novas viaturas anunciadas nos instrumentos provisionais não altera significativamente a situação porquanto representa na sua quase totalidade ou na sua grande maioria, apenas a reposição das viaturas em fim de vida. -----

----- Os descontos concretizados para jovens e idosos, medida que saudamos ficaram bem longe do que seria desejável. Não abrangendo todo o universo de utentes da Carris e ficando aquém dos aumentos dos preços dos transportes nos últimos anos, particularmente entre 2011 e 2015, estamos a falar de aumentos bastante elevados, sem esquecer que foram descontos anunciados pela Câmara Municipal de Lisboa mas concretizados por determinação do Governo discriminando de igual tratamento os cidadãos e os utentes dos restantes Municípios. -----

----- Foram contratados trabalhadores, é verdade Senhor Presidente, mas se foram 600 e entraram até agora cento e poucos, segundo me disse, acho que este número, esta reposição está a ser muito lenta. -----

----- Há dias dizia o seu o Senhor Vereador Miguel Gaspar que há dificuldades de contratação de motoristas e, portanto, não sei porquê, presumo que há desemprego, mas esta situação de facto está-se a repor a um ritmo muito lento.-----

----- Os eleitos do PCP apresentaram várias Propostas no sentido de melhorar o serviço da Carris e resolver as necessidades de utentes, são disso exemplo a Proposta para que a Carris recuperasse os títulos próprios aos preços existentes em 2011 aplicando desconto de 50 por cento estudantes, jovens e terceira idade, e que a Câmara solicitasse ao Governo a reposição do passe terceira idade, para a Rede Navegante ou Navegante Rede, fizeram ainda Propostas ao nível da melhoria do serviço para reposição dos percursos anteriormente existentes, eu admito que não seja possível repô-los todos. -----

----- A conclusão que daqui se tira é que, após um ano de transferência da tutela do Estado para o Município não só não foram resolvidos os principais constrangimentos para a mobilidade em transporte público em Lisboa, como se agravaram, nalgumas vertentes as dificuldades dos utentes, eu quando digo agravaram-se, porque a Cidade entretanto aumentou substancialmente o número de turistas e visitantes e obviamente, que nalgumas carreiras isso agravou a utilização, não é uma crítica negativa, é uma constatação. -----

----- Para o PCP a municipalização apresentada como a panaceia para todas as dificuldades na gestão do transporte na Cidade e na Área Metropolitana de Lisboa não só não resultou nesse sentido como fica cabalmente demonstrado que nunca uma solução desligada das realidades metropolitanas e da capacidade de financiamento do Estado poderá ser a solução que a mobilidade de Lisboa necessita. -----

----- Por último, eu gostaria de trazer aqui algumas considerações sobre uma questão que raramente se fala que, de facto, não é da responsabilidade Municipal, mas que se chama Metropolitano de Lisboa. O Metropolitano de Lisboa, ao contrário da Carris teve um crescimento de cerca de mais 9 milhões de passageiros em 2017, em relação a 2016. Com todas as limitações que tem, agravadas por não ter tido, apesar de tudo, um investimento e um envolvimento a semelhante ao que a Câmara está a fazer da Carris, portanto, neste caso o Governo não tem investido a tanto no Metro e, portanto, há aqui algumas questões, 2 ou 3 questões, que eu gostava de deixar aqui, o Plano de Atividades para 2018 do Metropolitano de Lisboa pressupunha o reforço das linhas Amarela e Azul com mais um comboio nos dias úteis na hora de ponta, ou seja das 7h e 30 às 9h 30, estamos em março e isto ainda não aconteceu, eu julgo e julgamos nós utentes que tem a ver com a falta de condições materiais, ou seja, não há composições suficientes e tarda em haver, porque também não há peças, não há sobressalentes, não é fácil, não tem sido fácil comprar sobressalentes e também o valor que se não me engano existe em Orçamento de Estado, 1,3 milhões de euros não será suficiente para comprar e fazer as reparações necessárias.-----

----- Gostava de saber se a Câmara está a par desta situação e se tem conhecimento dela, e gostava também de saber se a Câmara mesmo não informando este órgão tem mantido contactos regulares com a Administração do Metro no sentido de agilizar o funcionamento deste meio de transporte essencial para a Cidade de Lisboa. -----

----- Na última semana, isto é uma coisa pá que assustado várias pessoas, situações de travagem repentina no Metro, com quedas, com pessoas que se feriram, que provocou algum alarme e, portanto, eu não sei se tem a ver com o aumento de velocidade para 60 quilómetros à hora, se tem a ver com limitações do próprio equipamento, estamos a falar de equipamento com 20 anos de idade em média, portanto, gostava de saber o que é que a Câmara tem, que contactos a Câmara tem mantido com o Metro nesta matéria. Tenho dito.”-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “ Muito obrigada Senhor Deputado, o Senhor Presidente da Câmara tem a palavra para reagir.” -----

----- **O Senhor Presidente da Câmara**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -

----- “ Muito obrigado Senhora Presidente, Senhores Deputados. -----

----- Senhora Deputada, relativamente às condições de trabalho do Município são conhecidos os esforços que temos feito da valorização do serviço público, que significa que a Câmara tem apostado ao longo dos últimos anos em termos mais trabalhadores, mais trabalhadores no desempenho das funções centrais do Município e numa política de progressiva melhoria das condições de trabalho para todos que aqui

exercem e desempenham a sua atividade profissional e vivem grande parte das suas vidas ao serviço do Município da Cidade. A Informação Escrita não é um espaço para relatórios qualitativos detalhados mas terei todo o gosto em poder fazer-lhe chegar aqueles que entenda analisar. -----

----- Relativamente à questão dos orçamentos participativos acho que a recuperação tem corrido a bom ritmo e, aliás, já se regista uma execução dos orçamentos participativos de anos posteriores àqueles que o Senhor Deputado referiu.-----

----- Relativamente ao Senhor Deputado Fernando Correia, Senhor Deputado eu sei que o PCP tem a sua cultura e tem uma cultura muito própria e muito forte e que tem as mudanças de orientação política são lentas. Ocorrem, não sempre, também ocorrem, também ocorrem e que as mudanças são lentas e, por isso, eu não estou à espera, não estava à espera de o ouvir subir ali acima e um ano depois vir dizer, Senhor Presidente está aqui o PCP assume que se errou quanto à opção sobre a Carris, pronto, não estava à espera de o ouvir dizer, mas também não estava à espera de o ouvir ali subir e vir negar o que é a realidade e a realidade é esta: a Carris está melhor! E a Câmara de Lisboa pegou numa empresa que estava a caminho da destruição, que perdeu 600 trabalhadores em 4 anos e perdeu 100 autocarros em termos líquidos numa frota de 600 e foi capaz num só ano de inverter um ano, um ano, peço imensa desculpa, a Carris passou para a posse da Câmara, a posse da Câmara em fevereiro de 2017, não se equivoque, é que eu já ouvi os Senhores Deputados quando falam para os jornalistas virem dizer “Não, não, o que conta é a data que se começou a falar do assunto”, mas não, a data sobre a qual nós ficamos acionistas majoritários, totais da Carris, aliás, o único acionista da Carris com comando sobre a Carris foi o dia 1 de fevereiro de 2017 e por isso, é notável aquilo que está a ser feito ao nível da recuperação da Carris e a recuperação que foi feita com os dados que lhe disse de no último trimestre o crescimento do número de passageiros transportados ser de 4,3 em janeiro já ser-se 5 por cento e significa que nós ainda não estamos a falar do crescimento que vai decorrer da entrada da nova frota e dos mais de 200 autocarros que vão entrar da frota da Carris que começam a chegar em junho, junho.-----

----- Diz o Senhor Deputado, bom mas o global do ano não mostra isso, e diz o Senhor Deputado e o Metro cresceu mais rápido, sim, Senhor Deputado, por uma razão simples que é fácil entender, é que o Metro, como infraestrutura pesada, que já lá está, tem uma capacidade de receber afluxos de pessoas que cheguem a mais. O problema das companhias de autocarros é mais problemático, que é quando desapareceram autocarros e desapareceram motoristas e desapareceu oferta, não é possível ter crescimentos tão rápidos sem nós melhorarmos e sem nós aumentarmos a oferta. -----

----- Ora, foi precisamente este trabalho notável que foi feito pelos Trabalhadores da Empresa, pela Administração da Empresa e pelo Município de foco e de aposta no transporte que nos permitiu ainda sem a chegada dos novos autocarros estarmos a recuperar face a janeiro de 2017 a oferta em 6 por cento, isto é, nós temos mais 6 por cento de quilómetros oferecidos hoje na Cidade de Lisboa do que tínhamos há um ano atrás. -----

----- Isso Senhor Deputado não há comentário que diminua, como não há comentário que diminua o facto de nós termos sido uma empresa, termos sido uma entidade que passou a contratar pessoas, trabalhadores para o serviço público sem concessão, sem privatização, sem qualquer outra intenção que não a de prestar um bom serviço público e que tenham o compromisso já concretizado este ano de continuar a contratar, ampliando-se até mais 250 trabalhadores, que é o que nós queremos este ano.-----

----- Significa isto o seguinte: nós estávamos certos na aposta que fizemos da Municipalização da Carris, nós estávamos certos em termos confiado na nossa vontade na nossa determinação, na nossa energia, na vontade, na determinação da energia dos trabalhadores da Carris, que sempre nos apoiaram e sempre acreditaram no futuro da empresa e aquilo que nós conseguimos não só ano, Senhor Deputado, imagine o que o balanço que lhe vou fazer daqui a um ano, quando aqui estiver a debater consigo, é porque com mais de 200 autocarros que entretanto chegaram, com mais trabalhadores a serem contratados, Senhor Deputado, eu como lhe digo, eu não espero que o Senhor Deputado chegue ali acima e que vá dizer “Senhor Presidente parabéns, tinham razão”, não espero isso, mas esperam que provavelmente a realidade faça com que suba ali num tom um pouco diferente do que aquele que utilizou.-----

----- Por último, não quero deixar sem resposta o seguinte: o Senhor Deputado falou de uma questão sobre a questão da recuperação dos títulos próprios. Eu sou um forte opositor dessa medida e, aliás, tenho que confessar, eu nessa medida tenho um alinhamento completo com a orientação do PCP sobre a matéria, aliás, na Câmara aprovou-se por unanimidade, por Proposta do PCP no mandato anterior, o caminho do Passe Único Metropolitano de nível Metropolitano, de âmbito Metropolitano, eu acho que é esse o caminho, eu sou um grande defensor desse caminho... Não, não é no futuro, é já, é o que nós temos que nos bater, mas é que eu não me posso bater por um Passe Único e ao mesmo tempo partir o Passe e dizer que na minha companhia, que eu giro, crio o meu próprio! Eu não tenho autoridade para exigir aos outros, eu não tenho autoridade para exigir ao Estado, não tenho autoridade para trabalhar com os meus colegas na Área Metropolitana para acabarmos com este sistema de centenas de títulos, elegível, caro e construímos um Passe Único acessível, eficaz para toda a gente, se eu a primeira medida que faço é partir os Passes da Carris e começar a criar eu próprio os meus títulos.-----

----- Foi esse, aliás, o grande erro quando estas companhias eram geridas na mão do Estado que, quando se autonomizar precisamente isto do sistema dos L, é um erro que nós não podemos cometer e, por isso o nosso caminho é um caminho que neste caso é de convergência com a opinião do PCP, convergência convicta, não é, é uma questão de política e de orientação, a mobilidade tem que ser pensada, gerida ao nível da Área Metropolitana, o Passe, o tarifário, o sistema de informação, a bilhética, eventualmente como a própria marca têm que ser tendencialmente únicos, para não dizer nos primeiros únicos, porque o utente tem de ter acesso a um transporte de qualidade, acessível e não tem que estar sujeito a este sistema que, basicamente o que

favorece é a apropriação de rendimentos, por alguns, e não o benefício daqueles que precisam de transporte público. Muito obrigado.”-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “ Muito obrigada também Senhor Presidente. Nós vamos prosseguir agora, vamos passar a um outro Partido, é o Grupo Municipal do PEV.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Sobreira Antunes (PEV)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito boa-tarde a todos.-----

----- Da Informação Escrita do Senhor Presidente da Câmara, para o período entre Dez. 2017/Jan. 2018, “Os Verdes” gostariam de obter esclarecimentos bem mais precisos sobre um conjunto de questões.-----

----- Na página 5 é feita uma referência ao apoio à organização do Festival da Eurovisão da Canção de 2018. Sabemos que em Julho passado foi assinado um acordo entre a RTP e a Câmara e o Turismo de Lisboa, que prevê o apoio destas duas últimas entidades à realização do Festival. Também já sabemos que a Câmara a vai avaliar, através do Fundo de Desenvolvimento Turístico, que no Orçamento do Município para 2018 dispõe de uma verba de 16,3 milhões €, aqui se incluindo o apoio a custos logísticos e de organização, que o retorno esperado só em receitas de turismo ronda os 25 milhões €, mas nada mais se especifica sobre os seus previsíveis impactos.-----

----- Perguntamos, Senhor Presidente, tanto a nível de segurança e a nível de mobilidade, se vão ser adotadas medidas excecionais e transitórias de segurança, e se vai haver cortes de trânsito que afetem os municípios ou, em alternativa, o reforço de transportes públicos.-----

----- Mas para além destes impactos e dos proventos financeiros, temos a questão laboral, que preocupa tanto juristas, como a CGTP, a UGT e a própria Confederação do Comércio e Serviços de Portugal. É que a RTP com o apoio do Instituto Português do Desporto e Juventude, abriu candidaturas para 400 voluntários do Festival da Eurovisão que apresentem, entre outros requisitos, espírito de iniciativa e total disponibilidade horária, contrapondo-lhes (citamos) “a possibilidade de se divertirem imenso!”. Ou seja, mais de um terço do total das 1.100 pessoas, que vão estar envolvidas em tudo o que rodeia o Festival da Eurovisão, desde a preparação até a desmontagem (de 1 de Abril a 15 de Maio) fá-lo-ão em regime de voluntariado.-----

----- Gostaríamos de saber se a Câmara está disponível para apoiar estratégias de tão flagrante trabalho gratuito, esperando depois obter o seu quinhão do retorno financeiro.-----

----- Uma segunda questão, ainda de carácter financeiro. Sabemos que o Casino Lisboa atribuiu mais de 367 milhões € em prémios ao longo de 2017, transformando este num novo recorde absoluto de prémios pagos num único ano, valor que representa um aumento na ordem dos 33 milhões €, face aos quase 334 milhões € em prémios distribuídos em 2016.-----

----- Ora, como a página 15 da Informação Escrita, que se reporta às receitas do Casino, informa que estas ascendem a cerca de 2 milhões €, gostaríamos de entender

melhor qual tem sido a evolução da aplicação destas verbas, mas, principalmente, qual o destino, quais os projetos e a percentagem previstas aplicar em 2018, no âmbito das contrapartidas do Casino de Lisboa. -----

----- Continuando com outras valências financeiras, a página 27 informa sobre a realização de diversas reuniões da Direção Municipal de Gestão Patrimonial com investidores e/ou interessados em ativos imobiliários municipais e, noutro parágrafo, que estará a ser preparada uma nova ‘Lista de Ativos’, com verificação cadastral e ocupacional, valorização e enquadramento urbanístico tendente, suspeitamos, a uma nova onda de hastas públicas. -----

----- Perguntamos: será que o executivo está a ser cauteloso e a seguir uma correta gestão patrimonial, salvaguardando finalidades de curto prazo, nomeadamente, incluindo-as num dos programas municipais de habitação ou reservando os terrenos para construção de futuros equipamentos sociais, como centros de saúde? Ou será que quando precisar de os construir terá de os edificar num qualquer concelho vizinho? Não será que a Câmara se está a pôr a jeito da especulação imobiliária, quando nos vem sempre afirmando que o Município não padece de constrangimentos financeiros? Senhor Presidente, pode contextualizar a que se devem estas voluntárias aproximações a investidores ou fundos imobiliários? -----

----- Já agora, saltemos até à página 59 e seguintes, quanto à manutenção de Edifícios Municipais, e também à página 77, onde somos alertados de que esteve em curso um levantamento para a identificação de frações devolutas a reabilitar, tanto em património disperso como em frações devolutas em edifícios parcialmente municipais. -----

----- E o que “Os Verdes” pretendem saber é se este inventário já está concluído, quantas frações são e que destino lhe vai ser dado? Reservam-se à venda ou a serem inseridas num Programa de Arrendamento a Custos Acessíveis, que permita a constituição de uma bolsa de fogos a partir do património municipal imobiliário disperso? -----

----- Continuando a falar de património na cidade, passemos agora ao famosíssimo e não menos malogrado Contrato Inominado com a SGAL, referido na página 30. -----

----- Ora, pelas Demonstrações Financeiras a 31/12/2017, decorrente da análise da conta corrente com esta Sociedade Gestora, ficámos a saber que terão sido “identificados valores devedores duplicados e mensurações desenquadradas”, pelo que a vereação terá tido necessidade de proceder ao provisionamento dos montantes em excesso. Consta mesmo ser necessária uma correção que contemple a conciliação de saldos com a SGAL e que o referido contrato ainda prevê a existência de contrapartidas em numerário e em espécie, pelo que (citamos) “o saldo atual com a SGAL não reflete a respetiva atualização monetária”. -----

----- Senhor Presidente, neste contexto, confirma que a Câmara poderá ter dívidas à SGAL superiores a 20 milhões €? Qual o ponto de situação e a conta corrente real com esta Sociedade até Dez. 2017, quem deve o quê a quem? Se vai haver novas áreas a transmitir, de que malhas se trata e, muito concretamente, a que usos e fins se destinam?-----

----- Na página 79 e seguintes são apontadas algumas iniciativas em curso em alguns Gabinetes de Apoio aos Bairros de Intervenção Prioritária - GABIP - que, curiosamente, pouco diferem das descritas na anterior Informação Escrita. Não se intui, portanto, que tenha havido muitas novidades nesta matéria, pelo que seria pertinente divisarmos iniciativas em curso ou previstas no muito curto prazo. Por exemplo, na Informação Escrita de há 4 meses, os 221 fogos do Bairro Portugal Novo aguardavam por uma articulação com o IRHU, no âmbito da avaliação conjunta do ponto de situação das cooperativas e uma decisão de intervenção no Bairro. Hoje, perante a inação, os moradores optaram por avançar com uma petição. Pergunta-se: qual a entropia em todo este processo? -----

----- Também se sabe que no final de 2011, a Câmara procedeu à constituição de GABIP, onde incluiu as Áreas Urbanas de Génesse Ilegal, tendo por função assegurar a reconversão das AUGI. Conviria, por isso, perceber, como está a decorrer a articulação, técnica e institucional, dos processos de reconversão das AUGI, entre todos os Serviços Municipais, o executivo, as Juntas de Freguesia envolvidas e as respetivas Comissões de Administração Conjunta e seus moradores. -----

----- A par destes processos, em Julho passado, a Câmara anunciou, para 2019, a demolição integral de um quarteirão no Bairro da Cruz Vermelha do Lumiar, após o realojamento dos seus cerca de 300 moradores em novos ou reabilitados fogos, pondo termo à situação de isolamento e insegurança que atualmente ali se vive. -----

----- Em causa está a construção de 130 fogos, numa empreitada com um preço base superior a 12 milhões € e um prazo de execução fixo de 600 dias (cerca de 20 meses). Assim, 8 meses decorridos, pretendemos saber em que fase se encontra este processo. -

----- Para finalizar, e mudando de tema, a Direção Municipal de Recursos Humanos enumera, na página 32, a existência de 343 contratos de prestação de serviços. -----

----- Ora, como sabemos, a Lei nº 112/2017, de 29/12, estabelece os termos do programa de regularização extraordinária dos vínculos precários de pessoas que exerçam ou tenham exercido funções que correspondam a necessidades permanentes da Administração Pública, de autarquias locais e de entidades do sector empresarial do Estado ou do sector empresarial local e que a mesma abrange os trabalhadores que exerçam ou tenham exercido funções no período entre 1 de Janeiro e 4 de Maio de 2017. -----

----- Senhor Presidente, foram ou não identificados os trabalhadores a que correspondam necessidades permanentes dos serviços, estando já o executivo a tratar da integração destes funcionários no seu Mapa de Pessoal? Se sim, quando pondera que este processo esteja concluído? Obrigado.”-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado Senhor Deputado.”-----

----- **A Senhora Deputada Municipal Cláudia Madeira (PEV)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Obrigada Senhora Presidente, a Senhora Secretária, Senhor Presidente da Câmara, Senhores Vereadores e Senhores Deputados. -----

----- Sobre a Informação escrita do Senhor Presidente da Câmara, Os Verdes têm ainda mais algumas questões a colocar. -----

----- Relativamente ao projeto escolar Crescer Saudável, que tem como objetivo melhorar os estilos de vida e o consumo alimentar das crianças e das suas famílias, gostaríamos de saber se entretanto foi repostado na Escola Básica Santa Clara, pioneira neste projeto. Perguntamos isto pois a última informação que obtivemos foi que tinha sido extinto nesta escola por iniciativa da Câmara, sem qualquer justificação. -----

----- Gostaríamos igualmente de saber se as refeições já são novamente confeccionadas no local por meios próprios, em vez de ser contratada uma empresa para esse efeito. Relembramos que até este ano letivo, as refeições eram confeccionadas na escola, situação que se deveria ter mantido. -----

----- Sobre o antigo Campo de Tiro a Chumbo, no dia 12 de Fevereiro, Os Verdes fizeram mais uma visita ao Parque Florestal de Monsanto e puderam constatar que estão a decorrer obras no Monte das Perdizes. -----

----- Na Informação Escrita encontramos apenas duas breves referências, e gostaríamos de saber em concreto que intervenção está a ser feita no antigo Campo de Tiro, e por que razão não foi esse projeto divulgado e debatido, tendo em conta que esta Assembleia aprovou, por unanimidade e aclamação, em Fevereiro de 2017 e no âmbito do Debate Temático sobre Monsanto, que os investimentos realizados fossem alvo de discussão e apreciação públicas, tendo como premissa base o interesse público e que beneficiassem o acesso e usufruto da população ao Parque Florestal. -----

----- Sobre o amianto, um assunto que Os Verdes tantas vezes têm trazido a esta Assembleia, esta Informação Escrita, assim como as anteriores, nada diz sobre o assunto. No início do anterior ano letivo, o executivo dizia que havia 13 escolas com amianto. Desde essa altura, quantas escolas foram entretanto intervencionadas para remover o amianto?-----

----- Há também outro assunto que gostaríamos de abordar que é o projeto previsto para o terreno adjacente ao Jardim de Infância e à Escola Básica de Telheiras. Este espaço foi arranjado em 2015 e está atualmente ao dispor de toda a população, muito em particular da comunidade escolar, sendo um fator fundamental para a qualidade de vida naquela zona. -----

----- Entretanto, há um projeto anunciado pela paróquia, a quem a Câmara cedeu o terreno, que prevê um edifício com dois pisos e inclui um centro paroquial, uma igreja e uma capela mortuária, e que apresenta dimensões e dinâmicas totalmente desadequadas, face à estreita proximidade com as escolas, além de que irá destruir o jardim que é usado pelas crianças. -----

----- Perante isto, a Câmara pondera a hipótese de vir a permutar aquele lote por outra qualquer parcela de terreno? E vai ouvir os moradores de Telheiras sobre este assunto? -----

----- Para terminar, Os Verdes não podem deixar de referir que esta Informação Escrita do Senhor Presidente da Câmara reflete opções que fazem com que Lisboa se afaste do conceito de cidade para todos. A Câmara promove assim uma Lisboa de

consumo em vez de uma Lisboa vivida, e a Lisboa das pessoas está a dar lugar à cidade do especulador. -----

----- E o executivo não só assiste a isto, como é agente ativo desta descaraterização e desta desumanização, em que os interesses particulares falam mais alto e em que a máxima é deixar o mercado funcionar. Podemos dar o exemplo do Hospital da Luz, da venda do triângulo dourado em Alcântara e da tentativa de destruição dos hospitais do Centro Hospitalar Lisboa Central. -----

----- Era fundamental que o executivo estivesse do lado das populações na reivindicação da manutenção destes hospitais mas, mais uma vez, optou por se colocar ao lado dos promotores imobiliários. -----

----- Várias áreas são atingidas pelo desmembramento e esvaziamento de serviços municipais essenciais - da higiene urbana aos espaços verdes, passando pela cultura e pelo desporto -, sendo as palavras de ordem concessionar e privatizar, como nos casos do Capitólio, do Maria Matos, do Pavilhão Carlos Lopes, dos torreões do Terreiro do Paço, e dos terrenos e equipamentos em Monsanto, que foram também entregues à gestão privada. -----

----- Era, por isso, importante que o executivo ouvisse de facto as necessidades das populações em vez de insistir em manter tudo na mesma e em acentuar as desigualdades, fragilizar a Câmara e pôr em causa um conjunto de direitos, chegando inclusive a pôr em causa o direito à cidade. Obrigada.” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “ Muito obrigada Senhora Deputada. Tem a palavra o Senhor Presidente da Câmara para reagir.” -----

----- **O Senhor Presidente da Câmara**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -

----- “Muito obrigado Senhora Presidente, Senhores Deputados, confesso que se torna praticamente impossível qualquer que fosse o tempo que eu tivesse de discorrer sobre as dezenas de matérias e questões pontuais que aqui foram colocadas, irei às mais centrais. -----

----- Primeiro a Eurovisão, a Câmara não tem nenhum anúncio para voluntários nem para trabalhadores Eurovisão, questão que gostava de clarificar; segundo, a medidas excepcionais de segurança admito que haja as medidas apropriadas a um evento desta natureza e com esta envergadura; terceiro, medidas excepcionais trânsito sim haverá, estão a ser articuladas com a Polícia de Segurança Pública haverá reforço da Carris e gostava de frisar também que este é um evento que são eventos pontuais do ponto de vista do número de dias, excetuando o que será o *Village* na zona que ficará no Terreiro do Paço e que ficará cerca de 15 dias no Terreiro do Paço. -----

----- Relativamente à questão das verbas do Casino, bom, nós não recebemos nem de longe nem de perto as receitas dos prémios do Casino. A nossa verba atual deve andar, ronda os cerca de 10/11 milhões de euros ano, relativamente a isto e é aplicada num conjunto de projetos que é dado indicativamente, eu posso pedir que seja fornecida esta lista. -----

----- Sobre as questões do património, Senhor Deputado, nós não abdicamos do princípio da gestão ativa do património, a pior coisa que a Câmara podia fazer era ter o património e deixá-lo ficar quieto sem lhe tocar, significa que nós temos que, isso fazê-lo era um grave desperdício do que é um grande instrumento de política pública que a Câmara tem ao seu dispor e, por isso é perfeitamente normal que o que vá acontecer durante o ano de 2018 é que vá acontecer que vamos ter alienações de património que não estão afetos a projetos específicos estratégicos do Município e vai haver aquisições de património, dirigidas a áreas críticas do Município e, aliás, relativamente em breve a Assembleia Municipal vai ter que se pronunciar sobre umas e sobre outras. É por isso que essa afirmação só traduz esta realidade, é nós termos que saber gerir aquilo que temos, nem uma atitude de alienação sem contrapartida tem adequação, nem uma atitude de proteção e de preservação de tudo aquilo que temos que significa que estamos a usar bem os recursos, temos que saber gerir de forma ativa. -----

----- Relativamente à questão do Bairro da Cruz Vermelha foi aprovada em julho, estava a Senhora Vereadora aqui a confirmar, em Reunião de Câmara a empreitada para o início, o lançamento da empreitada para o início da construção do novo Bairro e da reabilitação, que vai permitir depois o realojamento das pessoas que estão nas atuais casas. -----

----- Relativamente aos precários ainda este mês vão ser iniciadas as Comissões Arbitrais bipartidas para proceder ao processo de regularização. -----

----- Relativamente à questão da Igreja de Telheiras, é conhecida a história também, este era um direito de superfície que foi constituído em favor da Igreja no âmbito de um processo mais vasto de operação patrimonial em 2003 e a que depois é renovado quando se dá a integração da EPUL na Câmara de Lisboa. Por isso neste momento está escrito esse contrato e por isso que aguardamos é naturalmente, vamos ver como é que corre o diálogo entre a Freguesia, a população, a Igreja, tem havido pronunciamentos de parte a parte e a Câmara estará sempre disponível a fazer parte da solução e não parte do problema!-----

----- Por último, relativamente à Senhora Deputada, bom, eu acho que a realidade desmente relativamente a toda a apreciação política geral que faz e não deixa de ser notável que é capaz de fazer a afirmação de que a Câmara tem uma política para o capital, antipessoas, etc. etc. esse conjunto adjetivações que usa precisamente no dia em que nós fazemos um programa que é habitar o centro histórico em que vamos proteger um conjunto de pessoas que são desprotegidas pela Lei Nacional da República e que nós envolvemos recursos extraordinários para podermos fazer precisamente a proteção dessas pessoas nessa situação, e que também seja capaz de o dizer e ter essa frase ignorando a apresentação que hoje aqui fiz do que é o maior programa que a Autarquia já alguma vez fez destinado ao envelhecimento a lidar com a questão social na Cidade de Lisboa que tudo isso para a Senhora Deputada seja rigorosamente nada, porque o que interessa é a missão do slogan que já veio de casa, olhe, o que o slogan não cola nem com a realidade nem com a Cidade e muito menos com a governação do Partido Socialista na Câmara de Lisboa. Muito obrigado.” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigada Senhor Presidente.-----

----- Nós temos ainda quatro intervenções de Grupos Municipais, portanto, o PAN, o Bloco de Esquerda, os Independentes, que não são grupo, mas de qualquer maneira também têm o seu tempo e o MPT.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Miguel Santos (PAN)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Obrigado Senhora Presidente, Senhores Secretários, Senhor Presidente da Câmara, Senhores Vereadores, Colegas Deputados Municipais, Público em geral, trabalhadores, imprensa.-----

----- Eu vou começar por um tema que já foi aqui referido, mas talvez com um enfoque diferente. A questão do arvoredo da Cidade de Lisboa foi das questões que mereceu mais atenção no mandato passado relativamente ao desconforto, e às vezes até mais do que isso, dos cidadãos relativamente às questões das podas e dos abates e outras questões conexas e eu creio que o trabalho da Assembleia foi um trabalho de louvar na medida em que a há quase nove meses, oito meses e qualquer coisa geraram um presente uma criança nova para a Cidade, que é o Regulamento do Arvoredo.-----

----- Esse Regulamento do Arvoredo é aquilo que deveria estar a ser respeitado e não está a ser respeitado! O Regulamento do Arvoredo deve ser um guia, não só para a Câmara como para as Juntas e nós aplaudimos isso, porque a as árvores não escolhem quem são os seus tutores. As árvores têm a sua vida própria e os cidadãos amam as árvores e não querem muito saber se é a Junta, se é a Câmara que trata delas, querem é que elas sejam tratadas com regras, tais como aquelas que foram aprovadas nesta Assembleia.-----

----- Foi há nove meses, quase, e nesses nove meses uma das medidas mais importantes era a execução de uma plataforma informática que iria dar informação aos Municípios sobre todas as árvores do Município sobre o estado fitossanitário georreferenciada e que daria oportunidade aos cidadãos de saberem quando é que vai ser feito um tratamento, quando é que vai ser feito um abate e porquê, e tudo isso foi aprovado e está previsto e é ainda não aconteceu.-----

----- Qual não é o meu espanto quando hoje vejo, aqui no nosso Jardim Fernando Pessa, uma série, um conjunto de árvores, apenas com um papel a avisar que vai haver tratamentos ou vai haver podas nos dias 8 e 9, salvo erro, e continuamos na mesma sem saber que tipo de tratamentos e porquê, qual é a razão, o que é que vai ser feito, ou seja, continuamos, apesar de termos nesta Assembleia aprovado um Regulamento Municipal que permite aos cidadãos fazerem algum seguimento daquilo que o Município ou as Freguesias estão a fazer, continuamos exatamente às escuras.-----

----- Eu acho que isto é inaceitável! É inaceitável, não há possibilidade a dar mais força e mais razão aos cidadãos quando se indignam com este tipo de procedimentos e, portanto, eu gostava que esta questão e o Regulamento que foi aprovado nesta Assembleia, fosse levado a sério pela Câmara que manifestamente não está a ser.-----

----- Relativamente ainda à questão das árvores, nós estamos confrontados com obras, questões de imobiliário, todos os dias, e sabemos que há centenas de árvores que estão a ser ou incluídas em projetos imobiliários ou que estão a ser abatidas ou outra coisa como acontece, por exemplo, no projeto que vai ser feito para a Fundação Aga Khan. -

----- São poucos exemplares que não serão substituídos e por isso já fizemos também um requerimento para que a Câmara nos possa esclarecer relativamente a esta matéria, ou seja, mais uma vez e voltando à questão do Regulamento do Arvoredo parece que nós andámos a fazer um esforço enorme para tentar consensuar a posição da Câmara com as Freguesias e não valeu de nada, porque cada um continua a fazer aquilo que muito bem entende relativamente a esta questão!-----

----- Eu passaria a um outro ponto que tem a ver com uma notícia que saudamos, da Direção Municipal de Gestão Patrimonial que iria ser feito ou irá ser feito um estudo para a inventariação dos locais potencialmente contaminados na Cidade de Lisboa e no projeto de classificação de comportamentos sísmicos dos solos da Cidade de Lisboa, gostaríamos de saber para quando os resultados públicos desses estudos, dada a importância de que ambos se revestem para a Cidade? E quando falamos do para quando, isto tem a ver com muitas das promessas que são feitas a dada altura, em 2014 foi prevista, foi prometida a Revisão da Carta Educativa, a Revisão da Carta da Atividade Física, isto porque existe uma Lei que diz que estes documentos têm que ser revistos regularmente. Isto foi na Informação Escrita do seu Presidente em 2014, estamos em 2018. Já foi revista? Vai ser mostrada a esta Assembleia? -----

----- Lemos também com interesse que a Direção Municipal de Habitação e Desenvolvimento Local está a elaborar um Guia de Boas Práticas no âmbito do reforço sísmico, também sobre este Guia gostaríamos de saber quando estará pronto e disponível para o público? Ou será como a Revisão das Cartas, que decorridos 4 anos ainda estão em curso? -----

----- Relativamente à Casa dos Animais de Lisboa, na página 91 ficámos com algumas dúvidas, o que significa a expressão “outras espécies”? Verificamos os números e temos recolhido 176 animais mortos, recebido 221 cadáveres de Municípes, o que perfaz 397. Contudo, temos a incineração de 961 cadáveres. De onde vêm estes animais? De clínicas? E são cães e gatos? -----

----- Quanto às colónias, a presente Informação Escrita refere que foram criadas 42 novas colónias de felídeos, no âmbito do problema CED, captura, esterilização e devolução. No período de 1 de dezembro a 31 de janeiro e na Informação Escrita anterior no período de 26 de outubro a 30 de novembro, que foram criadas 28 novas colónias no âmbito do mesmo programa. O que entendem por criar colónias? Que recursos disponibilizaram? -----

----- Relativamente à Quinta Pedagógica, ainda no que concerne a animais verificámos que nos indicadores globais relativos à Quinta Pedagógica, não foram precisamente o maior atrativo da Quinta, os animais. Assim e porque o bem-estar animal é uma preocupação de todos e todas, gostaríamos de passar a ver refletida na Informação do Senhor Presidente indicadores sobre esta matéria, nomeadamente o

que acontece aos animais que ali nascem, por exemplo, os leitões ou os pintainhos, porque sabemos que não há condições para albergar todos os que aí nascem. -----
----- Não querendo cansar a Assembleia com o tema dos animais, já não é a primeira vez que ficamos com dúvidas quanto ao assunto do controlo de pragas e pombos, na Informação que hoje estamos a debater, vem a referência à captura de 1482 para envio para a avaliação do estado sanitário, mas não é apresentado o resultado da avaliação, não é explicava a forma de captura, nem se os animais são capturados e mortos. -----
----- Como nota final, gostaríamos de assinalar a nossa estranheza pelo facto de o Teatro Maria Matos, matéria que tanta polémica tem criado, não constar da Informação Escrita. Muito obrigado.” -----
----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----
----- “ Muito obrigada Senhor Deputado. Senhor Presidente tem a palavra para reagir.” -----
----- **O Senhor Presidente da Câmara**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -
----- “ Muito obrigado Senhora Presidente, Senhor Deputado. -----
----- De forma muitíssimo telegráfica, eu partilho das preocupações do Senhor Deputado relativamente a toda a temática do arvoredado. Eu acho que precisamente o ponto a que devemos chegar é aquele que referiu, tem que haver um sistema que seja transparente, que seja credível, independentemente da entidade que o gere. É precisamente isso que eu acho que deve acontecer e que eu defendo que deva acontecer e espero que o trabalho que foi feito relativamente ao Regulamento do Arvoredado e agora o trabalho que é feito no terreno, que seja possível a durante os próximos meses podermos precisamente transmitir e assegurar isso aos cidadãos.-----
----- Como digo não tenho ilusão de convenceremos todos sobre a bondade das ações em todas as árvores que são intervencionadas, sei que isso não é possível por definição, mas tenho a consciência também que temos um grande caminho para percorrer para que haja um nível bastante mais significativo de confiança, independentemente da entidade que gere.-----
----- Relativamente a várias questões que colocou eu não lhe posso neste momento dar resposta, posso-lhe depois fazer chegar a informação escrita relativamente a elas, a Carta Educativa encontra-se a ser trabalhada, assim da mesma forma que o Manual relativamente aos riscos sísmicos, quando elas estiverem disponibilizadas aqui as traremos. Muito obrigado.” -----
----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----
----- “ Muito obrigada Senhor Presidente. Vamos prosseguir.” -----
----- **A Senhora Deputada Municipal Isabel Pires (BE)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----
----- “ Obrigada Senhora Presidente. Senhora Presidente, Senhor Presidente da Câmara, Executivo, Senhoras Deputadas e Senhores Deputados. -----
----- A informação escrita do presidente da câmara municipal de lisboa que hoje apreciamos refere-se, ainda a um período relativamente curto, um mês, e com certeza

estará já e como foi referido na intervenção inicial está algo desatualizado visto estar já em março. -----

----- De qualquer forma, há algumas questões aqui colocadas que são importantes e que, provavelmente, ainda se mantém ou, por esta altura têm já desenvolvimentos, já terão tido desenvolvimentos. Assim, em primeiro lugar, importa fala da Carris e de questões de mobilidade na cidade. Tem sido um ponto fundamental da análise que o Bloco de Esquerda tem feito na cidade e tem que ser uma das principais prioridades de qualquer executivo em qualquer cidade, diga-se. -----

----- Sabemos que o que foi feito durante o tempo do governo PSD/CDS foi de uma brutalidade imensa para o serviço que é prestado, para a manutenção do material circulante e mesmo para os trabalhadores e trabalhadoras, tanto da Carris como do Metro. O desinvestimento e o abandono foram de tal ordem que a recuperação será necessariamente mais lenta do que são as necessidades efetivas. A Carris, que é o que está hoje sob alçada do município, tem, segundo os dados, invertido o ciclo de perda de utentes. Isso é obviamente positivo, mas não pode descurar o facto de ainda existirem muitas falhas no serviço e ser necessário acelerar o processo de renovação da frota. -----

----- Segundo a informação dada, foram admitidos 42 trabalhadores, perguntamos qual a calendarização para a admissão de mais trabalhadores, porque eles são necessários. Relativamente à frota, tivemos entretanto oportunidade de em audição ao vereador da mobilidade esclarecer o número de autocarros que começam a chegar no 2º semestre deste ano, e sobre isso perguntar qual será a estimativa de renovação de frota obsoleta e de que forma é que os concursos existentes para novos autocarros permitirão aumentar o número de viaturas disponíveis e a que ritmo. -----

----- Apesar de não estar indicada na informação escrita, não é possível desligar estas questões sobre a Carris com uma pergunta sobre o plano de mobilidade para a zona ocidental. É uma zona da cidade que tem sido sucessivamente esquecida, mas que terá nos próximos meses e anos uma melhoria significativa. Assim, perguntava a relação entre os concursos recentes de novos autocarros com o plano de mobilidade da zona ocidental? Ou se, por outro lado, este plano tem previstos meios específicos ao nível do material circulante da Carris? -----

----- Outra parte muito importante da mobilidade é o estacionamento e os meios de transporte suaves. Assim, perguntar se há previsão de abertura das novas estações que já se vêm em várias zonas da cidade mas que ainda não funcionam (por exemplo na praça do município ou na avenida da república, aqui mesmo em frente à Assembleia Municipal. Também questionar se há previsão para, na próxima fase de expansão, o Gira ficar presente na cidade universitária, um local por excelência para ter este tipo de meio de mobilidade. -----

----- No que toca a estacionamento, não há propriamente informação específica na informação escrita, mas ela não pode ser dissociada da discussão sobre mobilidade, porque é um dos instrumentos que permite dissuadir a entrada com carro próprio dentro da cidade. Porque esse continua a ser um dos grandes problemas de Lisboa, seja do ponto de vista ambiental, seja do ponto de vista de criação de dificuldades à

circulação dos próprios transportes públicos. Gostaríamos de aqui reforçar a necessidade de apostar em parques mais próximos dos limites da cidade e de grandes pontos de transporte, sejam comboio, metro ou autocarro. Porque se facto a questão do estacionamento e da entrada do número de carros na Cidade continua a ser um dos problemas, um dos grandes problemas de Lisboa, seja do ponto de vista ambiental, seja do ponto de vista de criação de dificuldades à circulação dos próprios transportes públicos, embora aqui também tenhamos já algumas melhorias e gostaríamos também de reforçar que estes parques dissuasores devem ser o mais próximo possível dos limites da cidade e dos grandes pontos de transportes, ao invés de estarem mais deslocados para o centro. -----

----- Por outro lado, há um tema que não está referido na informação escrita do presidente, mas que consideramos importante. Foi anunciado um programa especial de distribuição de 100 casas no centro histórico de Lisboa para dar uma resposta urgente a situações de despejo. É uma proposta importante, claro, embora chegue tarde para responder a um problema para o qual temos vindo a alertar há muito tempo, e é possível que não chegue para responder a todos os casos. Mas a questão que fazemos é: sabendo que o prazo de candidatura termina a 5 de maio, qual é, depois disso, o tempo que se prevê que demore a atribuição destas habitações? -----

----- Outro tema que aqui colocamos tem a ver com o plano do executivo de atração de empresas para o município, também se tem dito muito da necessidade de habitação.

----- Ora, se está identificado e está a tentar-se responder ao próprio (daí se ter dito que há necessidade de mais escritórios na cidade) e, por outro lado, e se está identificado e se se está a tentar responder ao problema da escassez de espaços para escritórios de empresas, grandes empresas, se instalarem na cidade, a parte da habitação ligada a isto está a ser descurada. Há vários relatos de empresas, médias empresas, que saíram de países como os Estados Unidos para se instalarem em Lisboa, mas que estão em sérias dificuldades de terem trabalhadores suficientes porque estes não conseguem arrendar casa nos preços que existem em Lisboa e portanto temos aqui outro problema para resolver que não é apenas a construção de espaços para instalar empresas, para instalar emprego mas também tudo o que advém de pessoas virem para Lisboa trabalhar ou mesmo estudantes que sejam da cidade de Lisboa poderem arrendar uma casa na cidade com os preços que existem e, portanto, devemos falar também do preço da habitação quando falamos também da relação que isto tem com a criação, ou não, de emprego. -----

----- E aqui não podemos deixar de referir que o exercício que o CDS fez relativamente à questão da habitação está um exercício invertido, foi completamente ao contrário daquilo que seria a lógica e esquece-se que quem vem para cá trabalhar tem de facto de ter acesso à habitação e ignora por completo aquilo que foi a Lei que foi criada pela governante do CDS Assunção Cristas, a Lei das Rendas que ignoram completamente que contribuiriam de sobremaneira para a especulação imobiliária na Cidade de Lisboa e, portanto, passam uma tábua rasa completa sobre aquilo que foi a responsabilidade do CDS na cidade de Lisboa para a dificuldade que hoje existe de pessoas mais jovens.-----

----- Por exemplo, pessoas que estão à procura do primeiro emprego ou pessoas que vêm de fora para estas novas empresas poderem encontrar um local onde habitar a preços razoáveis. Nestes relatos que vos falava, que chegaram ao Grupo Municipal do Bloco de Esquerda temos inclusivamente empresas, neste caso era uma empresa canadiana que veio para Lisboa porque considerava que temos, e isso é um facto, temos a nível de engenharia pessoas muito capazes para trabalhar, no entanto aquelas pessoas, nomeadamente as que vinham de fora, estavam todas a morar fora de Lisboa porque não conseguiam manter o nível das rendas que existem na cidade de Lisboa. ---

----- Portanto, esta questão da criação de emprego, o tipo de emprego que se cria, a economia que se quer para a cidade está intimamente ligada com a questão da habitação e, portanto, aqui também dizer que são precisas mais medidas, ir mais longe de facto naquilo que é a visão que o município tem para a habitação e para os problemas das rendas, que obviamente não está desligada de uma questão nacional, sabemos bem disso, mas temos que trabalhar para que de facto essas alterações possam acontecer e de facto nós podemos ter muitos espaços para escritórios daqui a uns anos, mas se as pessoas que aí trabalham não conseguem arrendar uma casa em Lisboa a preços razoáveis tudo se torna muito mais complicado e por isso continuamos a dizer que o problema da habitação, além da mobilidade, deve ser central na política da Cidade, não só porque é em primeiro lugar uma questão de dignidade para tantos e tantas que estão a ser despejados dos seus locais de residência de há décadas. -----

----- Mas também porque é um dos fatores que marcam a organização de tudo o resto que existe na cidade, sejam os transportes públicos, os espaços verdes, o emprego, o investimento, serviços, enfim, tudo aquilo que constrói a cidade gira muito em torno do problema da habitação e aí também pedir um comentário sobre todas as questões que foram aqui colocadas e perceber quais é que são as medidas mais próximas também que estão previstas. Obrigada.”-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “ Muito obrigada Senhora Deputada. O Senhor Deputado Miguel Santos pediu a palavra para uma interpelação à Mesa. -----

----- Tem a palavra o Senhor Deputado Miguel Santos.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Miguel Santos (PAN)** no uso da palavra fez a seguinte interpelação à Mesa: -----

----- “ Senhora Presidente, eu queria interpelar a Mesa no sentido de constatar que este formato não está a funcionar de forma adequada, isto terá que ser corrigido, eventualmente em sede de revisão do Regimento porque é um facto que o Senhor Presidente não respondeu a muitas perguntas, não só do PAN, mas dos outros Partidos e assim não faz sentido ter. -----

----- Eu imagino que o Senhor Presidente possa dar a palavra a outros Vereadores quando não se sinta tão à vontade para responder, mas as perguntas que são feitas são importantes e como tal não devem ser desconsideradas. Muito obrigado.” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “ Muito obrigado Senhor Deputado, fica o apelo que em sede de grupo de trabalho de Regimento nós nos debrucemos sobre esta matéria e vamos prosseguir. ---

----- O senhor Presidente tem a palavra para responder ao Bloco de Esquerda.” -----

----- **O Senhor Presidente da Câmara**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -

----- “Senhora Presidente, eu peço desculpa, quero responder à intervenção do...”-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “ Senhor Presidente, pelo desculpa mas a intervenção do Senhor Deputado foi uma interpelação à Mesa, o Senhor Presidente não pode responder a uma interpelação à Mesa, eu peço imensa desculpa, ao Senhor Deputado poderia ter respondido há pouco.” -----

----- **O Senhor Presidente da Câmara**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -

----- “ Eu responderei à Senhora Deputada do Bloco de Esquerda, gostava de dizer que infelizmente não tenho a capacidade de responder às dezenas de questões que, por vezes me são colocadas sobre as várias questões de pormenor nas várias matérias, que por mais importante, quero que entendam não como uma desconsideração, que não é, mas pura e simples impossibilidade de por vezes, até terem informação com o detalhe que os Senhores Deputados querem. -----

----- Relativamente à segunda questão colocada, sobre as questões da Carris, a Senhora Deputada frisou bem os pontos centrais, a Carris está em recuperação, a Carris conseguiu fazer uma operação da maior dificuldade que foi levantar-se de uma empresa a caminho da destruição e ser hoje uma empresa que recuperou o seu brio, que recuperou o seu orgulho, recuperou a capacidade de crescer, está a transportar mais passageiros, trimestre após trimestre está a solidificar esta capacidade de resposta está de novo a admitir trabalhadores. Tem os concursos lançados para a aquisição de novos autocarros e por isso está ciclo de recuperação e de expansão da sua atividade, o ano de 2018 será inequivocamente um ano de afirmação da Carris e todos os dados vão mostrar precisamente isso mesmo. -----

----- Do ponto de vista concreto, admissões de trabalhadores foram admitidos 164 trabalhadores em 2017, temos o objetivo de admitir 250 trabalhadores em 2018, dos quais nos últimos 100 dias entraram já 42 trabalhadores, aqui maioritariamente afetos ao serviço dos elétricos, guarda-freios. -----

----- Relativamente aos autocarros, os concursos que estão em causa montam a cerca de 200 autocarros, os três concursos que estão em causa e o que vai ser feito é o seguinte: vai ser lançado um novo concurso para dotar a Carris de mais autocarros ainda e só depois de haver essa nova disponibilidade é que se vai proceder gradualmente à substituição dos mais antigos, isto é, ao contrário do que muitos propalaram o processo da aquisição de autocarros pela Carris não é um jogo de soma zero em que nós estamos a substituir unicamente frota, embora gostasse de dizer que só a substituição de uma frota, com a idade que a Carris tem, que a da Carris tem, por uma frota nova, só isso acrescentaria muita oferta à Carris, porque são menos

autocarros que passariam, muito menos autocarros parados nas garagens em manutenção, muito menos autocarros com avarias, muito menos autocarros com perturbação, e sem dúvida seria o serviço de mais qualidade! Só a substituição da frota que já ultrapassou em grande parte o tempo de vida útil dos autocarros seria um grande ganho para a Carris, mas o que vai haver um aumento líquido muito significativo do número de autocarros ao serviço, porque o que nós nos propusemos é recuperar a capacidade operacional, recuperar a capacidade de oferta da Carris. -----

----- Terceiro aspeto relacionado com isto, é o seguinte: eu tive a oportunidade da minha intervenção de referir o grande trabalho que estamos a fazer com os Municípios da Área Metropolitana de Lisboa e onde a Carris também terá um papel. Não há solução para as questões centrais da mobilidade do Município de Lisboa, que ainda por cima é uma Área, Lisboa é o Centro de uma Área Metropolitana bastante centrada na Cidade de Lisboa, não há nenhuma solução de fundo que não envolva uma abordagem de âmbito metropolitano, ora, isto significa falarmos não só dos investimentos na capacidade e na qualidade dos meios pesados de acesso a Lisboa, mas também do que vai ser o funcionamento da oferta do serviço de transportes públicos rodoviários neste novo grande momento, que é uma grande oportunidade e responsabilidade para os Municípios, que é o facto de serem autoridade de transportes e de serem responsáveis pela operação, serem responsáveis integrais pela operação a partir do dia 31 de dezembro de 2019. -----

----- É isso precisamente que estamos a trabalhar, é neste sentido que estamos a construir as soluções com os Municípios que que são nossos vizinhos, porque de outra forma não conseguiremos atacar de frente o problema. -----

----- Relativamente à questão da Gira, as bicicletas partilhadas, o que temos previsto é que até 31 de março possam entrar em funcionamento entre 30 a 40 estações adicionais, depende agora de questões técnicas associadas à obra física da ligação dos ramais de eletricidade e que possamos fazer crescer este número até às cerca de 140 estações. -----

----- Posteriormente, melhor, entretanto dei orientações no sentido de se fazerem os estudos preparativos do que será a nova fase seguinte da Gira, isto é, nós hoje já temos o grau de confiança suficiente de que a Gira é um bom sistema, é um sistema de sucesso, cumpre uma função essencial na mobilidade, diria eu, que permita uma adaptação para portugueses de último quilómetro, no sentido da ligação entre meios de transporte público, a ligação entre o transporte público e grandes pontos de utilização de frequência de pessoas, seja de habitação, seja da residência e o nosso objetivo é que as principais áreas estejam cobertas. -----

----- Em minha opinião, o próximo ciclo deve abranger naturalmente a Cidade Universitária, isso está já falado com a Universidade, a própria colocação de estações na Cidade Universitária e deve abranger também a zona das Amoreiras e as zonas de Telheiras e zonas do Lumiar como fortes áreas residenciais. -----

----- Último ponto, Senhora Deputada, sobre a dinâmica económica e habitacional e para dizer que tenho total concordância com o que diz, toda a questão estratégica do desenvolvimento da Cidade e da Área Metropolitana tem que funcionar articulando

estas três dimensões, a dinâmica económica e a criação de emprego e a forma como é que ele se organiza dentro desta Área Metropolitana, em particular na Cidade de Lisboa, como é que nós queremos as oportunidades, mas isso de pouco servirá se nós não resolvermos em primeiro lugar a questão da mobilidade, para infelizmente aqueles muitos que tiveram que sair do Centro ao longo de décadas, para zonas mais extensas e que temos que criar condições para que eles não sejam duplamente penalizados, que a situação atual, isto é, pessoas que tiveram que sair do centro da Área Metropolitana e, ao mesmo tempo, são as pessoas que pagam os transportes mais caros, são as pessoas que que que pagam mais para poderem vir trabalhar e que, por isso tem uma dupla penalização sobre os seus rendimentos e terceiro lugar a questão do acesso à habitação e da política de habitação. -----

----- O programa que aqui trouxe, que aqui trouxemos hoje, pretende ser uma resposta a um problema concreto específico localizado de grande importância, quer do ponto de vista social, quer do ponto de vista urbano, mas obviamente que a grande resposta está, as duas grandes respostas estão em primeiro lugar no que creio que tem que ser alterado em matéria de acesso e de regime de arrendamento, os progressos feitos na alteração do regime foram no sentido positivo, mas acho que é preciso ir mais longe relativamente à questão da garantia dos contratos e da questão da duração dos contratos. Em segundo lugar, no âmbito da esfera do Município a concretização de um amplo programa de renda acessível que permita fazer para as classes médias assegurar o direito à habitação, o mesmo que em décadas anteriores foi feito na Cidade de Lisboa relativamente à habitação social. -----

----- Acho que o grande desafio que temos pela frente, do ponto de vista do acesso é precisamente esse e não tenho a menor dúvida que teremos a este nível um Mandato bem-sucedido, cumprindo as metas e os objetivos a que nos propusemos. Muito obrigado. “-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigada Senhor Presidente. Os últimos serão os primeiros, portanto, depois da Senhora Deputada temos a Senhora Deputada Patrícia Gonçalves, ainda no tempo dos Independentes e no final o MPT, o Senhor Deputado Mário Freitas, os últimos serão os primeiros, portanto, cá estaremos.” -----

----- **A Senhora Deputada Municipal Teresa Craveiro (IND)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Boa-tarde Senhor Presidente, Mesa, Senhor Presidente, Vereadores, Caros Colegas, Público e também Serviços Municipais. -----

----- De algumas ações e projetos inventariados pelo Senhor Presidente nós selecionados algumas ações já aqui debatidas, mas muito numa ótica de que as políticas e nomeadamente num princípio de Mandato, elas têm que ser muito abordadas para serem monitorizadas e avaliadas, para que no final dos quatro anos possamos corresponder às expectativas que foram criadas nesse mesmo programa. -----

----- Relevam-se assim as medidas e os projetos para a melhoria do reforço dos transportes públicos e uso das bicicletas e também a respetiva circulação na via

pública, trazendo uma questão fundamental, nós estamos a construir ou pretende-se construir um paradigma do desenvolvimento sustentável onde a coesão social e a equidade vêm pelos transportes e, portanto, vão resolver as assimetrias de algumas áreas de que já hoje foi citado a zona ocidental, tão martirizada como a Universidade e os estudantes que há 20 anos esperam melhorias efetivamente de acessibilidade e dessa mesma resolução da assimetria que constitui a zona ocidental. -----

----- Relativamente à Carta dos Equipamentos de Saúde e de Equipamentos, nós dizemos e ficamos contentes, está na página 48, essa Revisão das Cartas, que corresponde àquilo que aprovámos em janeiro por unanimidade, a Revisão das Cartas, porque é preciso atualizá-la de acordo com a tomografia e as projeções demográficas e a congratulamo-nos imenso que esteja já na agenda política a questão dos cuidados continuados, que ainda a semana passada aqui falávamos, que só temos 47 na Cidade, com 90 da Misericórdia e com os que se vão perspetivar agora novo projeto, de molde a que nos resta apenas, e não muito menos importante, de facto avaliar o que é em instalações hospitalares e o que é que elas podem fazer delas, que não seja apenas o imobiliário ou a habitação. -----

----- Relativamente à questão do Projeto Habitar o Centro Histórico, que não estava efetivamente na informação, mas que ele está e porque foi posteriormente identificado, congratulamo-nos com o projeto e achamos que ele pode ser um começo de um trabalho do um modelo de turismo sustentável, é hoje um novo desafio às Cidades construir um turismo sustentável, com aquilo que o Presidente falava da multi funcionalidade, mas também de que uma Cidade boa ela é primeiro que tudo para os residentes e depois para os turistas e não o inverso! -----

----- E por último falar também que lamentamos que a Carta de Ruído. O Plano de Redução do Ruído depois de tantas transformações ocorridas no betuminoso e nas vias e também na afabilidade dos passeios, não haja uma nota de saber o que é que está a acontecer culpando o ruído, sabendo que há um grande competitivo de população exposta ao ruído e que dá problemáticas de saúde. -----

----- Por último, gostaríamos de deixar aqui um repto que a próxima informação do Senhor Presidente pudesse ser contemplada e formatada nos eixos estratégicos do plano das Grandes Opções do Plano para que possamos ver e monitorizar o que efetivamente são as ações e medidas ligadas aos eixos estratégicos e, portanto, muito obrigada.” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigada senhora Deputada. Agora a Senhora Deputada Patrícia Gonçalves.” -----

----- **A Senhora Deputada Municipal Patrícia Gonçalves (IND)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Boa-tarde Excelentíssima Senhora Presidente da Assembleia Municipal, Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara, Excelentíssimos Senhores Vereadores, Senhoras e Senhores Deputados. -----

----- Venho em representação dos Deputados Municipais Independentes apreciar a Informação Escrita do Senhor Presidente da Câmara Municipal de Lisboa relativo aos meses de dezembro de 2017 e Janeiro de 2018. -----

----- Começo por saudar a iniciativa “A Sua Árvore em Lisboa”, a plantação de árvores com munícipes, valorizamos muito a integração das populações nas ações desenvolvidas pelas Juntas de Freguesia e pela Câmara e entendemos que nunca são de menos as ações que façam a ponte entre a vida quotidiana e ação política necessária para uma Cidade melhor, e acrescento que da nossa parte participamos nesta ação ativamente de enxada na mão e que podem contar connosco para ações futuras. -----

----- Saudamos também o Workshop sobre eficiência hídrica na Cidade de Lisboa, em que os responsáveis pelo planeamento e gestão do espaço público e espaços verdes da Câmara, as Juntas, as empresas de manutenção e o especialista se juntaram para discutir soluções de sequeiro e eficiência de rega e a água reciclagem em Lisboa. -----

----- Consideramos que a formação técnica e científica sobre soluções para a Cidade é fundamental e esperamos que como referido este modelo continua a ser utilizado para discutir outras questões como, por exemplo, a da eficiência energética, o urbanismo verde e a qualidade do ar. -----

----- Gostaríamos ainda de referir que, apesar de não constar desta informação acompanhámos o lançamento do plano de adaptação às alterações climáticas, uma peça essencial na Área Metropolitana de Lisboa e que estaremos especialmente atentos à sua implementação. -----

----- Sendo um dos enfoques deste plano a melhoria e maior articulação entre os transportes públicos, o investimento nos meios de transportes partilhados, como as bicicletas e motas, realçamos também a nossa preocupação com o número de veículos automóveis que todos os dias entram e saem de Lisboa, sabemos que a estratégia para reduzir este número de entradas e saídas não pode senão passar por soluções que envolvam os vários Municípios da Área Metropolitana e as empresas do setor da mobilidade que a que operam e estaremos atentos a estas soluções, das quais já é exemplo, a criação de bolsas de estacionamento integradas com passes a preços reduzidos, que devem ser mais, e competitivos com o transporte privado para que a estratégia funcione também não podemos esquecer que é preciso diminuir a utilização do automóvel dentro de Lisboa e que, para tal é fundamental a articulação entre as diversas formas de transporte público, desculpem, articulação essa que se encontra numa situação crítica especialmente algumas zonas menos centrais da Cidade e esta é uma questão que acompanhamos atentamente. -----

----- Continuaremos a eleger como prioridades a ecologia, o ambiente e qualidade de vida dos lisboetas, mas não podemos deixar de afirmar também que todas as medidas sustentáveis que possam ser tomadas em Lisboa, que possam ajudar no combate à crise ambiental global que vivemos devem ser tomadas. Obrigada.” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “ Muito obrigado Senhora Deputada. Senhor Presidente, quer reagir às intervenções doas Senhores Deputados Independentes? Faça favor” -----

----- **O Senhor Presidente da Câmara**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -

----- “ Senhora Presidente, Senhores Deputado, de forma muito breve agradecer as intervenções e dizer o seguinte: indiscutivelmente este mandato tem que ser um mandato com uma particular atenção às questões do planeamento e da arquitetura relativamente às infraestruturas quer escolares, mas fundamentalmente de saúde e fruto de dois acordos de grande importância, o primeiro com o Ministério da Saúde relativamente aos Centros de Saúde e o início, esperamos nós, neste mandato da construção do novo hospital, que vai ser no fundo catalisador do conjunto mudanças importantes que é preciso promover de adaptação na Cidade. -----

----- Mas em segundo lugar o acordo com a Santa Casa, a que fiz aqui referência, porque claramente neste acordo demos início a uma parceria para uma ambição antiga e uma necessidade antiga da Cidade que se prende com a rede de cuidados continuados, porque não é a primeira vez que na Câmara e a Cidade tenta abordar este assunto de forma integrada, mas infelizmente no passado não houve nem os meios institucionais no Estado Central nem os parceiros adequados para que a disponibilidade que a Câmara demonstrou há uns anos atrás, para a construção de oito unidades avançasse. -----

----- Ora, o acordo com a Santa Casa da Misericórdia tem a seguinte arquitetura: é que a Câmara fornece os terrenos e constrói, financia a construção e constrói os equipamentos, eles depois são geridos pela Santa Casa e, por isso, as questões que obstaculizava a resolução desta necessidade encontra-se neste momento ultrapassados e, por isso, agora, o trabalho que temos a fazer é um trabalho já maior, mais fino do ponto de vista da planificação e depois do seu desenho e da sua concretização. -----

----- Relativamente à questão que foi colocada pela Senhora Deputada dos Independentes, acho que tudo aquilo que corroborou do plano de adaptação às alterações climáticas é, obviamente, crítico do ponto de vista da ação da Cidade e quero frisar muito aquilo que aqui referiu, não há estratégia eficaz para a redução do número de carros que todos os dias circula na Cidade de Lisboa, se nós não olharmos em primeiro lugar para as entradas e saídas de carros na Cidade de Lisboa, porque o número de carros que circulam na Cidade decorre de dois universos, um dos residentes e que são à partida os que têm mais possibilidades e nos quais nós estamos a trabalhar em criar mais oportunidades e possibilidades de transporte público no interior da Cidade de Lisboa, mas depois há um segundo universo que é quase o dobro do primeiro, que são o número de automóveis que todos os dias entra na Cidade de Lisboa ou para vir aqui trabalhar ou para simplesmente atravessar a Cidade de Lisboa relativamente a outros destinos e, por isso, não há solução!-----

----- Quem pense que consegue resolver isto numa ilha ou com alguma solução mágica dentro das fronteiras do Município, por mais parques que construam está equivocado, porque uma vez que os carros entrem de fora no Município de Lisboa, uma vez que as pessoas que moram a em Oeiras, em Cascais, em Sintra, em Loures, em Odivelas, na Amadora, em Vila Franca, no Barreiro, no Seixal decidam e sejam,

umas decidam por opção própria, outras que sejam obrigados porque simplesmente é mais barato entrar em Lisboa de automóvel e fazerem a sua vida e dar resposta às suas necessidades de automóvel, uma vez que o façam não utilizam o transporte público. ---
----- Ora o trabalho que há a fazer é um trabalho a gigantescos, mas que nós estamos a fazê-lo com grande empenho e com grande determinação, porque é feito com grande convicção, é que ou resolvemos isto nestes termos e neste campo de batalha ou nós não vamos conseguir resolver o problema nem da mobilidade da Cidade, nem da qualidade de vida e também não o resolveremos da nossa obrigação e do nosso contributo no combate às alterações climáticas. Muito obrigado.” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “ Muito obrigada Senhor Presidente. Agora sim o Senhor Deputado Mário Freitas, para terminarmos esta já longa sessão. -----

----- Senhores Deputados, eu tenho presente que o nosso Regimento diz que as Reuniões não podem demorar mais de 320 minutos, ou seja, 5 horas e 20 minutos. Acontece que nós começámos às 3h 15m, as tais 5h e 5m terminarão às 20h 35m, acho que podemos se for necessário para o Senhor Deputado usar o seu tempo, termos aqui uma tolerância de quatro ou cinco minutos, penso que não é por aí, mas tem que chamar a atenção para isto, portanto, estamos próximo do fim, vamos a isto.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Mário Freitas (MPT)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “ Muito obrigado Excelentíssima Senhora Presidente da Assembleia Municipal, Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Municipal de Lisboa, Senhores Vereadores, Caros Colegas, Público presente, comunicação social. -----

----- Começo a minha intervenção por felicitar o Senhor Presidente da Câmara na intervenção que fez aqui, nomeadamente na parte que toca ao protocolo elaborado pensando na nossa população menos jovem, população que sustentou a nossa sociedade. -----

----- E que num ano em que passam 70 anos da definição de Saúde – Organização Mundial da Saúde (OMS) – do completo bem-estar físico, mental e social e nós olhamos para o ciclo de vida, e verificamos que é muitas vezes os menos jovens que menos têm programas de promoção da sua saúde, de proteção da sua saúde, e que vêm a sua qualidade de vida prejudicada, nomeadamente, em termos urbanos. -----

----- E isso, por isso, merece uma felicitação, esse protocolo, ainda que mereça também uma preocupação, que se prende com o investimento previsto, que se calhar merecia muito mais atenção e muito mais investimento. -----

----- Da análise do documento em si, começo por evidenciar e comentar *o plano de expansão da rede GIRA*. -----

----- Não obstante esta rede de bicicletas partilhadas ter estado vários anos sem sair do papel (deveria ter começado a funcionar em 2009), ao qual acresce o facto de ter estado cerca de três meses em fase piloto (21 de junho a 7 de setembro de 2017), o Partido da Terra saudou a Câmara Municipal de Lisboa pela expansão da rede, que

conta já com 43 estações e 409 bicicletas, o que corresponde aproximadamente a 1/3 da rede total prevista.-----

----- De relembra que em sede da 8ª Comissão Permanente no âmbito da Orçamento Municipal para 2018, o Senhor Vereador da Mobilidade e Segurança, Miguel Gaspar, apontou como data de conclusão para a instalação da Rede Gira o final do primeiro trimestre deste ano.-----

----- Considerando que o primeiro trimestre termina este mês, o Partido da Terra enquanto partido ecologista, que considera a promoção do uso da bicicleta em meio urbano como fulcral, não só para a mobilidade da população, mas sobretudo, para a defesa do ambiente, para a melhoria da qualidade de vida e para o desenvolvimento sustentável da *Nossa Lisboa*, pretende saber se o executivo está em condições de assumir que a 31 de março o sistema estará a funcionar na sua plenitude, ou seja com 140 estações e 1.410 bicicletas conforme previsto.-----

----- Ainda na temática da mobilidade, não poderíamos deixar de fazer referência à transferência da Carris para a alçada da Câmara Municipal, e que à data mereceu algumas reservas deste Grupo Municipal.-----

----- Do acordo com o documento em apreciação a *Carris inverteu o seu ciclo negativo*, apresentando um crescimento de 4.3% de clientes no último trimestre de 2017, terminando Dezembro com um aumento de 5.9%, quando comparado com o mesmo período homólogo no ano anterior, reflexo do reforço do número de trabalhadores e da redução da supressão de serviços em cerca de metade.-----

----- Pese embora este primeiro ano da gestão da Carris pela Câmara Municipal se afigurar positivo, entende o Partido da Terra, que de facto ele é, em particular para os seus trabalhadores, pois os seus utentes continuam a ser confrontados com os problemas que já subsistiam no passado, isto é, tempos de espera elevados, eliminação de algumas carreiras e o preço dos passes. Ao qual acrescem muitas e variadas avarias nos painéis, que indicam o tempo de espera entre autocarros.-----

----- A este propósito, gostaríamos de questionar o Senhor Vereador Miguel Gaspar, se os 55 painéis avariados e que se encontravam em fase de resolução à data da sua audição, já se encontram solucionados.-----

----- Por fim, e não obstante o Partido da Terra compreender que a herança recebida era pesada, e que o espaço temporal de um ano se tornar prematuro para tirar ilações, defendemos que é preciso mais investimento na frota de modo a melhorar substancialmente o serviço prestado aos seus utilizadores, em especial quanto aos tempos de espera, que poderá ser alcançado por uma lado através de uma fiscalização mais eficaz, talvez diária ao nível dos corredores *BUS*, e por outro, pela extensão dos “Semáforos inteligentes” a todas as faixas de *BUS* existentes na cidade.-----

----- Caros Colegas, é com agrado que o Partido da Terra, após dois anos da aprovação do Projeto do Parque Ribeirinho Oriente desenvolvido pelo *atelier FC Arquitetura Paisagista*, constata que a Câmara Municipal de Lisboa finalmente adjudicou esta obra, devolvendo aos lisboetas e a quem visita a cidade um novo espaço verde onde será possível usufruir de uma panóplia de espaços, atividades e

usos, preservando a identidade portuária e industrial da área envolvente, ao mesmo tempo que reaproxima o contacto direto entre a cidade e o Rio Tejo. -----

----- Considerando que este novo espaço verde se insere na nova área urbana delimitada pelo empreendimento do *Prata Living Concept* (projeto desenhado em 1998 pelo arquiteto Renzo Piano) e pelo Plano de Pormenor da Matinha onde existem solos contaminados, e que a sua execução será faseada, o Partido da Terra sendo um partido com sérias preocupações ambientais gostaria de saber que medidas serão tidas em conta neste âmbito, nomeadamente ao nível do consumo energético e de água.-----

----- Para além deste novo espaço verde, importa destacar o “Parque Florestal de Monsanto”. Por um lado, por ter sido um dos locais privilegiados pela ação “A sua árvore em Lisboa” que permitiu aos Municípios plantar árvores, e por outro pelas obras de beneficiação, em curso, dos trilhos existentes neste parque, decorrentes do Orçamento Participativo (Orçamento Participativo) de 2014. -----

----- Senhor Presidente, se em relação ao primeiro ponto o Partido da Terra saúda o executivo pela iniciativa, quanto ao segundo ponto gostaríamos de tecer um comentário e solicitar alguns esclarecimentos: -----

----- O Partido da Terra apresentou em Dezembro de 2014 e uma Recomendação “Por um orçamento participativo com mais informação e participação” que alertava para o facto da avaliação do Orçamento Participativo se centrar apenas no processo de escolha e de preparação das candidaturas, deixando de fora uma avaliação pública da execução dos projetos aprovados por parte da Câmara Municipal. Neste contexto, o Partido da Terra gostaria de saber qual o motivo do atraso destas obras. -----

----- De qualquer forma, saúda esta iniciativa, não só por colocar em prática um processo de cidadania com quatro anos de atraso, mas também por esta operação ser um complemento para a acalmia de tráfego automóvel, e que é tão necessário nesta zona, como já tem vindo a ser defendido nesta Assembleia pelas diversas forças políticas. -----

----- Finalizando os espaços verdes, é referido, entre outros, na página 93 do documento em apreciação e *cito* “Execução de Relatórios técnicos de análise visual de arvoredo em projetos da DMPO e pedidos de autorização para abate de árvores”. -----

----- O Partido da Terra não compreende e muito menos pode aceitar que se continuem a abater ou transplantar árvores por motivos de projetos de construção.-----

----- A título de exemplo, foi colocado *on line* e afixado no local a informação de que 15 árvores de médio e grande porte (Jacarandás, Acer e Freixo) iriam ser abatidas/transplantadas em sequência das obras de urbanização decorrentes do pedido de licenciamento de construção do edifício FPM41 na Av. Fontes Pereira de Melo n.º 39 a 43 e Av. 5 de Outubro 2 a 4. Neste ínterim, o Partido da Terra - MPT solicita um cabal esclarecimento desta situação. -----

----- Portanto, Senhor Presidente, Senhores Vereadores, não e por se promover a plantação de novas árvores, na sua maioria jovens, que o Partido da Terra – MPT esquece os arboricídios que vem ocorrendo um pouco por toda a cidade, coincidentemente, deste a Reforma Administrativa de Lisboa. Talvez a solução passe por equacionar o retorno do arvoredo ao Universo da Câmara Municipal. -----

----- Por último, e pese embora houvesse muito mais a dizer, gostaríamos de felicitar o Executivo mais uma vez, terminando como comecei, por dois feitos:-----

----- Primeiro, por mais uma edição das “Olisipiadas”. Estes jogos da Cidade, de facto têm vindo a constituir-se como uma alavanca para a promoção da prática da atividade física e do desporto, parte fundamental da Promoção de estilos de vida saudável, em particular para crianças e população jovem de Lisboa, que ganha ainda maior relevância nesta altura em que a *Nossa Lisboa* venceu a candidatura a Capital Europeia do Desporto 2021.-----

----- O segundo, pela “Adesão do Município à PORPAV – Associação da Calçada Portuguesa”, não obstante defender que mais que aderir à PORPAV, a Autarquia tem de reconhecer a importância da profissão de calceteiro, acarinhando-a e dignificando-a. Para alcançar este feito deve repensar a recente substituição da calçada portuguesa por placas de cimento branco, bem como por pedra de lioz, que numa tentativa de tornar a circulação mais confortável e segura veio a verificar-se a sua rápida deterioração e difícil limpeza.-----

----- E é isto que temos para dizer. Muito Obrigado!”-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Obrigado Senhor Deputado, Senhor Presidente da Câmara tem a palavra para reagir, eu penso que ainda tem um minuto e tal dos Independentes e se precisar de tempo do MPT ainda terá tempo do MPT.”-----

----- **O Senhor Presidente da Câmara**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -

----- “Muito obrigado Senhora Presidente. Senhor Deputado, quero em primeiro agradecer as suas palavras sobre várias áreas de intervenção da Câmara e registar a convergência relativamente a algumas matérias, de facto, o programa e o protocolo com a Santa Casa da Misericórdia de Lisboa relativamente à questão do envelhecimento é estratégico e seria estratégico em qualquer país da Europa Ocidental, é mais estratégico num país como Portugal que tem fluxos migratórios muito baixos e que por isso está confrontado com uma dinâmica de envelhecimento, mas o que eu gostava de destacar sobre este neste tema era o seguinte: é que o envelhecimento deve ser encarado como uma oportunidade e como um privilégio que a sociedade de hoje está a ter, porque isto representa um grande sucesso da nossa sociedade ter conseguido melhorias na medicina, melhorias do ponto de vista do seu funcionamento que permite que as pessoas vivam mais tempo e mais importante, vivem mais tempo com mais qualidade no tempo que vivem! E nós temos não é de olhar para isto com a realidade sempre do lado negativo, bom e só e o financiamento da Segurança Social, claro que temos de tratar dessa matéria ou como é que nós lidamos com a questão da atividade, nós temos que ver isto como uma oportunidade, hoje as pessoas que atingem o que é a idade da reforma chegam muitas vezes na plenitude da sua capacidade de contribuir do ponto de vista da vida da Cidade! -----

----- E é esta mudança de paradigma que nós quisermos traduzir no programa que soube que que assinamos com a Santa Casa, isto é, o envelhecimento não é um problema que a Cidade tem que gerir, não, o envelhecimento é uma realidade para o

qual a Cidade se tem que adaptar, vendo nele a extraordinária riqueza extraordinária oportunidade que é hoje as pessoas chegarem uma idade mais avançada, muitas delas com condições de contribuírem do ponto de vista ativo, com um contributo útil e relevante que a Cidade não pode desperdiçar, porque nós não podemos tratar da mesma forma hoje o que é a mesma idade numérica como a tratávamos há várias décadas atrás, onde ela ficou definida como a idade da reforma. É que há época aquela idade estava associado a uma degeneração e a uma deterioração da capacidade física e intelectual que hoje não existe e por isso não são as pessoas que tem que ficar para trás numa Cidade, é a Cidade tem que se adaptar a ser a casa das pessoas e nós a aproveitarmos todo esse potencial. -----

----- Aproveito, aliás, para responder ao Deputado do CDS, que há pouco dizia “Não, mas 100 milhões, não é não é muito dinheiro”, não, mas este é o dinheiro que é necessário e nós não incluímos aqui as verbas que são verbas muito elevadas e muito avultadas do funcionamento corrente dos equipamentos, o que nós aqui consideramos são os programas específicos de construção e de investimento em equipamentos que não existem, e é uma parte significativa do programa, e consideramos aqui as verbas dos programas novos de acréscimo àquilo que existe, por exemplo, na área da atividade o que nós lançamos é um programa de reforço das iniciativas de vida ativa que venham a ser realizadas por tantas entidades de cariz diferente, mas a verba que está considerada não é o que nós hoje gastamos, a verba que está a considerada é o que é que nós vamos gastar a mais sobre aquilo que hoje um considerável conjunto de entidades já hoje faz. -----

----- Quando nós falamos da qualificação das respostas, por exemplo, dos cuidadores existentes é o acréscimo face àquilo que hoje é realizado e não inclui, gostava de frisar, o que são as verbas de funcionamento, que em muitos casos são verbas bastante superiores em meia dúzia de anos às verbas resultantes ao investimento.-----

----- Quero-lhe agradecer essas palavras e sinalizar isto, lidar com o envelhecimento é uma oportunidade para a Cidade de Lisboa e devemos fazê-lo no respeito pela dignidade humana, valorizando a atividade e valorizando a autonomia, em conforto e em segurança. -----

----- A segunda questão que coloca sobre as matérias de natureza de mobilidade e natureza de ambiente eu creio que os progressos que estão a ser feitos são claros, a chave que está a permitir desbloquear esta é uma visão muito clara, em que temos que o transporte público no centro da política de mobilidade, isso significa um conjunto transformações em várias áreas e vários domínios, significa como discutimos muito no passado toda a questão da mudança do espaço público e do espaço urbano, organizado o automóvel ir progressivamente sendo devolvida às pessoas para a sua fruição, essa estratégia só é possível com um sistema de transporte público eficaz que para ser verdadeiramente eficaz, tem que ser interligado com a dinâmica Metropolitana. -----

----- É precisamente isso que nós estamos a fazer e por onde nós queremos continuar! -

----- A última área, já referida por vários Senhores Deputados, é a questão do arvoredo. Eu tenho bem consciência da delicadeza e da sensibilidade do tema. Também não

tenho ilusão quanto ao unanimismo que possamos obter sobre intervenções concretas, mas acho que é nossa obrigação alargarmos, aqui sim, a confiança da Cidade relativamente à intervenção que as diversas entidades fazem, acho que temos essa obrigação de o fazer. Estamos no quadro institucional novo, houve um conjunto de intervenções que, na minha opinião, resultaram da inação que houve durante muitos anos, não estou com isto a dizer que não tenha havido erros, porque tê-los-á havido certamente e alguns com significado, importa-nos corrigir, importa-nos de reduzir a probabilidade de esse erros acontecerem e acima de tudo aumentar a confiança das pessoas relativamente à gestão que é feita, sabendo com convicção que nunca poderemos agradar a todos e que há pessoas com visões diferentes e com sensibilidades diferentes e que nem sempre estamos de acordo sobre isso. Muito obrigado.” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado Senhor Presidente. -----

----- Senhores Deputados, terminámos esta parte dos nossos Trabalhos, eu queria deixar aqui dois avisos simples e rápidos. O primeiro é que eu pedi aos Senhores Peticionários que estavam aqui desde as 6 horas para se irem embora porque entendi que já não íamos ter tempo para discutir a Petição e não era razoável que aqui estivessem. -----

----- O segundo, Senhores Deputados, já que falámos tanto em envelhecimento eu queria daqui da Mesa dar uma grande e viva saudação ao Partido Comunista Português que faz hoje 97 anos e é o mais antigo Partido que nós conhecemos! Com 97 anos e de boa saúde, é obra! Parabéns! -----

----- Muito obrigado Senhores Deputados, cá estaremos para semana para uma Sessão Extraordinária, a Mesa agora vai tratar de ver como é que fazemos a Ordem de Trabalhos e como é que nos organizamos, mas obrigada pela vossa compreensão.” -----

----- A sessão terminou, eram vinte horas e quarenta minutos. -----

----- **Nota:** As propostas votadas na presente reunião foram aprovadas, em minuta, nos termos da deliberação n.º 353/AM/2018 tomada pela Assembleia, por unanimidade, na reunião realizada no dia 21 de Novembro de 2018. -----

----- Eu _____, a exercer funções no Gabinete de Apoio à Assembleia Municipal lavrei a presente ata que também assino, nos termos do disposto no n.º 2 do art.º 57.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, do n.º 2 do art.º 90.º do Regimento da Assembleia Municipal de Lisboa e do despacho da Senhora Presidente da Assembleia Municipal de Lisboa exarado em 6 de Novembro de 2017 na folha de rosto anexa à Proposta n.º 1/SMAM/2017. -----

-----A PRESIDENTE -----

Índice de Anexos Ata nº 13 de 06 de Março de 2018

ANEXO I – Proposta de Recomendação 01/02- Devolução aos Lisboetas da taxa Municipal de Proteção Civil com juros;

ANEXO II – Recomendação 012/22 /BE) – Pela eventual devolução das quantias indevidamente pagas a título de Taxa Municipal de Proteção Civil com juros indemnizatórios;

ANEXO III – Recomendação 02-23 (PSD) – Pela Reposição da confiança nos serviços municipais;

ANEXO IV – Moção 012/06 (BE, PS, IND) – Pela garantia de pagamento de juros indemnizatórios em caso de declaração de inconstitucionalidade com força obrigatória com força obrigatória geral de norma tributárias;

ANEXO V – Recomendação 13/02 (PCP) – Ressarcir os munícipes dos prejuízos causados pela Taxa Municipal de Proteção Civil;

ANEXO VI – Proposta 734/2017 – Aprovar a revogação parcial e prorrogação das medidas Preventivas em área adjacente ao Museu Nacional de Arte Antiga por motivo da elaboração do Plano de Pormenor de Reabilitação Urbana das janelas Verdes, para efeitos de envio à Assembleia Municipal;

ANEXO VII – Parecer da 3ª. Comissão Permanente relativo à Proposta 734/2017;

ANEXO VIII – Recomendação 012/21 3ª. Comissão Permanente sobre a Proposta 734/2017;